



Escola de Sociologia e Políticas Públicas
Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

O Papel do Município na Implementação do Ensino Superior:
Estudo de Caso do Município da Matala-Huíla (Angola)

António Manuel

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora, Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto, Professora Coordenadora
Instituto Politécnico de Leiria

Co-orientadora

Doutora, Ana Catarina Larcher Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro de 2014

AGRADECIMENTOS

Após dois anos de árdua dedicação, eis que alcancei o grande objectivo da minha vida académica que é a dissertação de mestrado em estudos africanos.

Para a concretização desta dissertação, devo exprimir o meu sentimento de profunda gratidão às pessoas que não se pouparam a esforços que directa ou indirectamente me apoiarem, não só com os seus vastos conhecimentos sobre o assunto investigado, mas também proporcionando-me conselhos e encorajamentos de vária ordem. Neste sentido, permitam-me destacar:

O senhor Administrador do Município da Matala e os seus colaboradores que me concederam todas as condições necessárias para recolha de dados;

Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto e Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, pela dedicação, zelo e paciência no acompanhamento dos meus trabalhos;

Os meus colegas dos MEA 20 e MEA 21 que sempre me encorajaram;

A minha família pelos sacrifícios acrescidos a que se sujeitou durante a minha ausência sem nunca terem deixado de me apoiar nos momentos mais difíceis;

As minhas grandes amigas Paula Abreu e Maria de Fátima, que tanto se empenharam na organização do meu processo de matrícula no ISCTE – Lisboa.

Finalmente, na minha condição de crente, agradeço a Deus que me concedeu vida e força para conclusão desta dissertação.

António Manuel

RESUMO

Em Angola, a extensão universitária a nível de províncias é um facto evidente, mas a municipalização do ensino superior está, ainda, numa fase experimental.

A implementação do ensino superior nos municípios, constitui, a nível nacional, um dos objectivos do Ministério do Ensino Superior. Na Província da Huíla, o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HLA), em 2011 e 2012, implementou o ensino superior, a título experimental, apenas em quatro municípios, designadamente: Caconda e Caluquembe a Norte, Chibia e Matala a Sudeste (2012).¹

No presente trabalho propusemo-nos investigar as estratégias concebidas e aplicadas pelos líderes locais na implementação do ensino superior em Matala, relacionando-as com a aquisição de competências da parte dos estudantes da sala do ISCED local, enquanto suporte de acção para resolução de situações problemáticas e de questões imprevisíveis, de forma eficaz e eficiente.

Com base nos objectivos referidos, desenvolveu-se um estudo empírico em Matala, através de uma análise qualitativa, com aplicação de técnicas de observação, entrevistas exploratórias e aprofundadas, consubstanciadas numa amostragem não probalística, procurando uma real representação da população geral.

Os resultados de estudos permitem confirmar três das hipóteses da pesquisa, que eram as seguintes: H1 – os líderes locais tiveram um papel fundamental na implementação do Ensino Superior no município da Matala; H2 – administrativamente, a sala do ISCED, em Matala, está organizada de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); H3 – o corpo docente promove competências pedagógicas aos formandos dentro das limitações materiais disponíveis. Relativamente às competências dos estudantes (H3), concluiu-se que as mesmas ficaram comprometidas devido, por um lado, à falta de docentes em algumas disciplinas, nomeadamente de Língua Portuguesa e línguas estrangeiras (Inglês e Francês). Por outro lado, à inexistência de equipamentos fundamentais como, o apetrechamento da biblioteca e recursos informáticos.

Palavras-chave: Educação, Desenvolvimento, Formação, Ensino Superior, ISCED-HLA

¹ Último município a implementar a sala do ISCED.

ABSTRACT

In Angola, the university extension at the level of provinces is an existential fact but the municipalization of higher education stills at an experimental stage.

The municipalization of higher education is one of the challenges of the Ministry of Higher Education. Specifically in the case of the province of Huila, the Instituto Superior de Ciências da Educação de Huda (ISCED-HLA) in 2011 and 2012 had implemented higher education on an experimental basis in four districts, namely: North: Caconda Caluquembe and the Southeast: Chibia and Matala (2012).

The aims of this study is investigate the strategies designed and implemented by local leaders in the implementation of Higher Education in Matala, questioning the impact on human development relating it to the skills training students in the room ISCED place, while support for action resolution of problematic situations and unpredictable issues effectively and efficiently. Based on the objectives enshrined, we developed an empirical study in Matala by observation techniques, exploratory interviews and in-depth, applied in a diverse sample, looking for a real representation of the general population.

The study results allow us to confirm three of the hypotheses of the study, which were as follows: H1-local leaders played a key role in the implementation of higher education in the municipality of Matala; H2 – administratively, a "room" of ISCED in Matala is organized according to the Institutional Development Program (IDP); H3 – promotes faculty teaching skills to trainees; H4 – the implementation of ISCED has the primacy solve the shortage of teachers for the education of the local population. Regarding the skills of students (H3), it was concluded that the process was still early and it was difficult to assess, and there are still fulfill some basic requirements so there is a research based, where teachers have all the necessary material for the education of students, particularly through the equipping of the library and computer labs.

Keywords: Education, Development, Formation, Higher Education, ISCED-HLA

ÍNDICE

ÍNDICE DE QUADROS.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	VIII
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	IX
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	
1.1. Problemática, pergunta de partida e objectivos da investigação.....	5
1.2. Método de Investigação – Estudo de caso	6
1.3. População do Estudo-Constituição da Amostra	8
1.4. Contexto do Estudo	9
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	
2.1. Relação entre educação e desenvolvimento.....	11
2.1.1. Educação e Desenvolvimento em África.....	14
2.2. Evolução da formação de professores para o Ensino Primário, Secundário e Superior em Angola.....	17
2.2.1. A educação em Angola na época da colonização	18
2.2.2. A Política Educativa Desenvolvida em Angola de 1926 até 1958	23
2.2.3. A Educação na Fase do Colonialismo Tardio, de 1958 a 1974	26
2.2.4. A Educação no Período Pós-Independência (de 1975 a 2012).....	29
2.2.5. Uma Visão Global do Ensino Superior.....	37
2.2.6. Caracterização do Ensino Superior em Angola	38
2.2.7. Sector da Educação na Província da Huíla	45
2.3. Evolução do poder municipal em Angola.....	49
2.3.1. Caracterização sócio histórica e geográfica do Município da Matala	51
2.3.2. Caracterização institucional Município da Matala.....	53
2.3.3. Caracterização Social da Educação.....	55
CAPÍTULO III – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS	
3.1. Líderes Académicos Provinciais (LP).....	59
3.1.1. Razões para Abertura da Sala do ISCED-Matala	59
3.1.2. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala	60
3.2. Líderes Municipais e Tradicionais.....	61
3.2.1. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala	61
3.3. Coordenadores de curso	63
3.3.1. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala	63
3.4. Os docentes	65
3.4.1. Opinião dos docentes sobre a abertura da sala do ISCED-Matala.....	66

3.5. Estudantes	67
3.5.1. Opinião dos alunos sobre a abertura da sala do ISCED-Matala	71
3.6. Directores das Escolas Secundárias da Matala, Iº e IIº Ciclos.....	72
3.6.1. Opinião dos Directores das Escolas Secundárias da Matala, Iº e IIº ciclos sobre a Abertura da Sala do ISCED-Matala	72
3.7. Chefe de Repartição Municipal de Educação	73
3.7.1. Opinião do Chefe de Repartição Municipal de Educação sobre a Abertura da Sala do ISCED-Matala.....	73
3.8. Empresários.....	73
3.8.1. Opinião dos empresários sobre a abertura da sala do ISCED-Matala	73
CONCLUSÃO	75
BIBLIOGRAFIA.....	79
ANEXOS.....	I

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Frequência de alunos e alunas em escolas oficiais entre 1846 e 1862.....	22
Quadro 2.2 Datas de criação e localização das escolas de habilitação de Professores de Posto.....	28
Quadro 2.3 Datas de Criação e locais de fixação de Escolas do Magistério Primário.....	29
Quadro 2.4 Estudantes angolanos inscritos em universidades portuguesas,.....	39
Quadro 2.5 Ensino eclesiástico Superior em Angola.....	40
Quadro 2.6 Regiões Académicas	42
Quadro 2.7 Efectivo Pecuário Existente	46
Quadro 2.8 Escolas, Salas e alunos do Ensino Primário 2008/2011-Huíla.....	47
Quadro 3.1 Ponto Médio por frequência.....	65
Quadro 3.2 Alunos inscrito por sexo.....	68
Quadro 3.3 Média de idades dos alunos entrevistados.....	68
Quadro 3.4 Estudantes Inscritos por Cadeiras	69
Quadro 3.5 Distribuição dos estudantes em três cursos	70
Quadro 3.6 Distribuição dos estudantes por municípios adjacentes a Matala	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1 Número de estudantes universitários inscritos nas universidades portuguesas	39
Figura 2.2 Número de alunos inscritos na UAN entre anos lectivos de 1975/76 e 1986/87....	41
Figura 2.3 Divisão Administrativa de Angola	53
Figura 2.4 Infra-estruturas Escolares no Município de Matala	57
Figura 3.1 Percentagem de alunos inscritos por sexo	68
Figura 3.2 Média de idades dos alunos entrevistados	69
Figura 3.3 Número de estudantes inscritos por cadeira	70
Figura 3.4 Distribuição dos estudantes em três cursos.....	70

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

CGE – Campanha Global pela Educação

COOPEDU – Cooperação e Educação

END – Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento

EPT – Educação para todos

ESRI – Environmental Systems Research Institute

FAO-UCPER – Unidade de Coordenação dos Programas de Emergência e Reabilitação da
FAO em Angola

FESA – Fundação José Eduardo dos Santos

GSIGM – Gabinete de Sistemas Integrados de Gestão Municipal

HLA – Huíla

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGCA – Instituto Geográfico Cadastral de Angola

IOM- International Organization for Migrations

ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação

MCTES – Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MEA 20 – Mestrado em Estudos Africanos geração 20

MEA 21 – Mestrado em Estudos Africanos geração 21

MESA – Ministério do Ensino Superior de Angola

MINADR – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ODMs – Objectivos do Desenvolvimento do Milénio

ONGs – Organizações Não Government

PDI – ISCED/Huíla Plano de Desenvolvimento Institucional (2013-2020)

PDI – Matala, Programa do Desenvolvimento Integrado (2009-2013)

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RNB – Rendimento Nacional Bruto

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SEES – Secretário do Estado para Ensino Superior

UAN – Universidade Agostinho Neto

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNITA – União para Independência Total de Angola

INTRODUÇÃO

A extensão do subsistema do Ensino Superior em Angola caminha progressivamente em todo o território nacional, sendo um dos imperativos do estado angolano com o objetivo de suprir a grande demanda dos estudantes que se constata em toda a dimensão do país². As instituições do ensino superior existentes em 18 províncias revelam-se incapazes de absorver o elevado número de estudantes que concluem o 2º ciclo do ensino secundário ou equivalente. A situação é apresentada pelo Secretário de Estado para o Ensino Superior (SEES), (Nascimento, 2005: 5) que a justifica através de duas razões fundamentais: de ordem interna e externa. A primeira, diz respeito a escassez de infra-estruturas (edifício escolares) e de recursos humanos qualificados e a segunda relaciona-se com a exiguidade da rede de instituições do Ensino Superior ainda existente no país.

É nesta conjectura que o governo angolano procura adoptar políticas de expansão da rede de instituições de ensino superior nos municípios. A municipalização do Ensino Superior constitui um dos desafios do Ministério do Ensino Superior de Angola (MESA). No caso específico da província da Huíla, o Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED-HLA), no exercício da sua autonomia, em 2011 e 2012, implementou o ensino superior, a título experimental, em quatro municípios, designadamente: a Norte, em Caconda e Caluquembe, e a Sudeste, em Chibia e Matala (2012). Segundo o Boletim Informativo do ISCED-Lubango (1990: 4), “o Instituto Superior de Ciências da Educação tem como missão ensinar o ‘saber-fazer’ pedagógico e o saber investigar” e nesta linha responder às necessidades da população local.

O município de Matala é um dos catorze municípios da província da Huíla com um potencial económico bastante promissor. Os habitantes de Matala têm como principal

² Plano de implementação das Linhas mestras para a melhoria da gestão do subsistema do Ensino Superior de 15 de Dezembro de 2006, demonstra que “há fraca capacidade de absorção das instituições do Ensino Superior tendo em conta a procura elevada que se regista em todo país. Podem ser observadas as seguintes situações: 1) dos candidatos ao 1º ano do Ensino Superior, são admitidos apenas 22% a 29%, sendo 16% a 19% no ensino público e 6% a 10% no ensino privado, havendo assim um défice de 71% a 78% de vagas” (Secretaria de Estado para o Ensino superior, 2006: 5), enquanto a maioria dos países da Região Austral de África têm no mínimo 3% dos seus efectivos escolares no Ensino Superior (Nascimento, 2005: 4).

actividade a agro-pecuária, possuindo uma vasta área de terra disponível para a prática agrícola (413 267,5 hectares) (Sitra, 2009: 73).

Escolha e Delimitação do Tema

A escolha do tema decorre de dois pressupostos fundamentais. Em primeiro lugar, o mundo contemporâneo tem primado pelo princípio da prática de boa governação, directiva dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), “com o objectivo principal de reforçar as instituições públicas aos níveis nacional e provincial para uma governação económica sustentável e redução da pobreza”, (PNUD Angola, 2007: 35). Este desafio integra também a extensão da rede escolar de todos os subsistemas de ensino, porque a escola desempenha um papel crucial para o desenvolvimento humano. Para reforçar esta ideia podemos recorrer às palavras de Vieira (2002: 12) quando refere que “a escola, ainda é por excelência a instituição que tem a responsabilidade de contribuir para o investimento intelectual dos indivíduos e para o aperfeiçoamento da sociedade”.

Em segundo lugar a implementação do ensino superior no município da Matala oferece à população local a oportunidade de ter acesso a uma formação superior³, sem necessidade de ter que percorrer três centenas de quilómetros até à cidade do Lubango, com os diversos inconvenientes que isso pode envolver. Portanto, a implementação do ISCED no município da Matala está na linha da descentralização do ensino superior.

Objecto de Estudo

Pretendemos saber com a nossa investigação quais os procedimentos implementados pelos líderes locais e pela direcção do ISCED-HLA para a criação da sala do ISCED-Matala de forma a contribuírem para melhor atendimento da escolarização da população local e que benefícios as populações consideram ter alcançado.

Neste sentido, a questão de partida que vai orientar esta investigação é a seguinte: que estratégias os líderes provinciais e municipais e direcção do ISCED-HLA implementaram para

³ Segundo Eugénio da Silva (2012: 89) “A formação de quadros é a tarefa primordial da universidade da qual depende o desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das ideias, factores que integram os pilares da economia e do desenvolvimento sustentado. Aqui reside o papel da universidade como “motor da sociedade”, não se limitando a reproduzir a ordem social vigente mas produzir nova ordem social baseada no progresso”.

a criação da sala ISCED-Matala e qual o impacto desta medida no desenvolvimento social do Município.

Objectivos de Estudo

Para a concretização desta investigação definimos os seguintes objectivos:

- 1 – analisar o papel dos líderes locais e da direcção do ISCED-HLA no processo de alargamento do ensino superior na Província da Huíla, Município da Matala;
- 2 – analisar as estratégias usadas para implementação do ensino superior;
- 3 – reflectir sobre a opinião dos beneficiários do ensino superior na Matala em termos do impacto alcançado, nomeadamente na qualidade dos formandos.

Fases que compõem esta pesquisa

A primeira parte do estudo apresenta a metodologia utilizada na pesquisa apresentamos a escolha e delimitação do tema, objectivos do estudo, e definimos a questão de partida que orienta a investigação em curso. Definimos o método de estudo, as técnicas de recolha e tratamento de dados.

O segundo capítulo contém o enquadramento teórico subdividido em três sub-capítulos. O primeiro refere-se a abordagem conceptual sobre a relação entre educação e desenvolvimento, o segundo capítulo faz a descrição da evolução do ensino primário, médio e superior no contexto das políticas educativas levadas a cabo quer pela colonização portuguesa, quer pelo governo angolano e a evolução da formação de professores para os níveis de ensino ministrados em Angola; o terceiro sub-capítulos diz respeito à evolução do sistema administrativo local e ao seu papel na implementação do ensino superior ISCED-HLA no município da Matala.

O terceiro capítulo contém a apresentação, análise e comentário dos resultados obtidos através do trabalho de campo no município da Matala, estabelecendo-se a relação entre o enquadramento teórico e a análise dos dados. Por último, na conclusão são estabelecidas as relações entre as partes que constituem este estudo, é dada resposta à pergunta de partida e são levantadas questões para as investigações futuras.

CAPÍTULO I – Enquadramento Metodológico

1.1. Problemática, pergunta de partida e objectivos da investigação

Neste capítulo tratamos dos dados resultantes da pesquisa a partir da nossa pergunta de partida: que estratégias os líderes provinciais e municipais conceberam e aplicaram na implementação do ISCED-HLA no município da Matala e o impacto que esta sala tem no desenvolvimento global do município.

A pergunta de partida como fio condutor, serve de guia de orientação à nossa pesquisa na obtenção dos resultados esperados. Assim, procuramos seguir os princípios postulados por Quivy e Campenhoudt (2008) que a formulação da questão seja precisa, clara, concisa e exequível para melhor compreensão e interpretação de fenómenos. Os mesmos autores ainda afirmam que no domínio da investigação em ciências sociais, a definição da pergunta de partida quando for bem elaborada vai permitir roturar com os preconceitos e as noções subjectivas que enfermam a pesquisa. Esta visa a construção dos conhecimentos sobre a realidade vivencial a que estamos envolvidos.

A construção do objecto de estudo e do trabalho de campo apoiam-se nos “quadros teóricos e metodológicos explícitos, lentamente elaborados, que constituem um campo pelo menos parcialmente estruturado, e esses conhecimentos são apoiados por uma observação dos factos concretos” (Quivy e Campenhoudt, 2008: 20). Para o efeito, recorreremos as regras de rigor científico, na medida que a “ciência consiste na utilização de métodos científicos sistemáticos de investigação empírica, na análise de dados, no pensamento teórico e na avaliação lógica de argumentos para desenvolver um corpo de conhecimentos acerca de um objecto” (Giddens, 2001: 642).

À partida, convém sublinhar que, o termo extensão é contextualizado em duas modalidades: uma ligada na política de prestação de serviços dentro da comunidade, na divulgação de eventos, na difusão da cultura e na transferência de tecnologias, e que a “universidade prove a sua utilidade através da implementação de actividades ligadas ao desenvolvimento, mesmo sem ter a componente de investigação” (Neubert, 2008: 25). A segunda, está ligada com o processo formativo que está em estreita ligação entre o processo de ensino e a aprendizagem, em que o principal actor neste processo é o estudante que assimila e produz os conhecimentos para solução de problemas complexos. Diz Hengemühle (2005: 4) “o conhecimento é a chave que possibilita ao sujeito abrir fechaduras enigmáticas que dão acesso à compreensão do mundo e à solução de problemas complexos”.

Considerando o nosso objecto de estudo, na forma da pergunta de partida: que estratégias os líderes provinciais e municipais conceberam e aplicaram na implementação do ISCED-HLA no município da Matala e o impacto que esta sala tem no desenvolvimento global do município, com a permissão prévia dos inquiridos⁴ que não concordaram com o anonimato partiu-se para as entrevistas que constam nos anexos F a Q, tendo em consideração as especificidades dos interlocutores e as informações relevantes que cada grupo poderia transmitir.

1.2. Método de Investigação – Estudo de caso

A presente investigação assenta metodologicamente na designação de Estudo de Caso que segundo Sousa e Baptista (2011: 56) trata da “exploração de um único fenómeno, limitados no tempo e na acção, onde o investigador recolhe informação detalhada”. Da mesma forma, Ponte (2006) considera que:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse. (Ponte, 2006: 2)

1.3. Técnicas de Recolha e Tratamento de Dados

A nossa pesquisa, inserida na área de ciências sociais, apoiada numa visão holística, permitiu-nos compreender a essência de certos fenómenos sociais que não estavam nas nossas previsões. É sobejamente concebido que a construção do conhecimento na base do modelo de análise, implica por parte do investigador a criatividade e “imaginação sociológica” (Mills, 1982). Com a interacção entre o geral e o particular, vice versa, fez-nos com que as questões formuladas fossem adaptadas a construção do modelo da análise. Assim, seleccionamos criteriosamente os métodos e técnicas de recolha de dados, Sousa e Baptista (2011: 70), consideram as técnicas como um “conjunto de processos operativos que nos permitem recolher os dados empíricos que são uma parte fundamental da investigação”.

⁴ Os líderes Provinciais e Municipais não concordaram com o anonimato.

Nesta conformidade, utilizamos entrevistas semi-estruturadas para recolha da informação. Pretendemos atingir os seguintes objectivos:

- compreender as motivações dos estudantes inscritos, dos agentes civis e dos líderes governamentais em relação à implementação do ensino superior no município da Matala;
- constatar se na opinião dos entrevistados as características da Sala do ISCED-Matala estão de acordo com os princípios estabelecidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-ISCED);
- identificar os pontos fortes e fracos que podem influenciar à formação de professores para o ensino primário e secundário;
- conhecer a opinião dos alunos sobre o ensino ministrado na Sala-ISCED da Matala;
- conhecer o impacto do ensino superior no desenvolvimento do capital humano e do Município da Matala em geral;
- saber das necessidades de formação em outras áreas do saber.

Desta forma, construímos doze guiões de entrevista que constituem aos anexos de F a Q, considerando a especificidade de cada grupo de interlocutores. As entrevistas encontram-se registadas em suporte de áudio. Foram realizadas em Setembro e Outubro de 2012, e Fevereiro de 2013, conforme os anexos F a Q, onde constam as respostas dos informantes.

Os guiões apresentados em anexo são o resultado final de um conjunto de questões que foram previamente testadas, considerando os objectivos da investigação, tendo havido a necessidade de efectuar algumas correcções.

Instalados no terreno com autorização prévia das Entidades locais (Direcção do ISCED-HLA, instituições municipais da Matala, administração local, escolas do ensino secundário I e II ciclos, estabelecimentos dos empresários e embala do soba grande) foi-nos permitido o acesso aos gabinetes dos entrevistados com as audiências marcadas num horizonte temporal previamente definido. As entrevistas decorreram harmoniosamente, não se tendo verificado qualquer constrangimento ou interrupções, cumprindo sempre os princípios ontológicos e cívicos.

As entrevistas aos estudantes foram realizadas na base do critério de chegada do estudante para que não se verificasse atrasos de entrada na sala de aula.

Como técnicas de tratamento das entrevistas recorreremos à análise de conteúdo. Esta consiste na organização, preparação e interpretação das informações obtidas de forma sistemática, caso por caso. Seleccionamos os dados mais relevantes em consonância com a pergunta de partida, objectivos e com as hipóteses formuladas no nosso trabalho de investigação. E de acordo com o postulado de Quivy e Campenhoudt (2008: 165) que a análise

de investigação deve observar três etapas: a preparação dos dados; análise das relações entre variáveis; e a comparação dos resultados observados com os resultados esperados e a interpretação das diferenças.

1.3. População do Estudo-Constituição da Amostra

Os entrevistados foram:

- a- 30 alunos, estudantes do ISCED da Matala (alunos de história, psicologia e pedagogia). Foram encontrados de forma aleatória e constituem 1/3 do total dos alunos da sala - ISCED da Matala (120). São 75 alunos do sexo masculino e 35 alunas do sexo feminino.
- b- 9 professores foram entrevistados de todo o universo. Destes a maioria deslocam-se do Lubango para a Matala diariamente para leccionar. São 1 professora e 8 professores, entre estes um de nacionalidade cubana.
- c- 3 dirigentes do ISCED do Lubango, entidade que abriu a sala na Matala: o director para os assuntos académicos, os 2 coordenadores dos cursos pos-laborais (pedagogia, psicologia, história, geografia, biologia, matemática, informática, física, química, português-inglês e francês) na medida em que foram eles que coordenaram a abertura da sala na Matala.
- d- O administrador da Matala e o soba Grande da Matala.
- e- O chefe de repartição municipal de educação.
- f- O director da escola secundaria da Matala , 1º ciclo, onde funciona a sala do ISCED, entidade que cedeu a sala e o director da escola secundária da Matala, 2º ciclo, porque os estudantes da sala do ISCED, na sua maioria são docentes destas escolas.
- g- 3 empresários com actividade na Matala (agro-pecuária e comercial).

A população da amostra foi agrupada em categorias e subcategorias, de forma a facilitar a análise das informações e o tratamento dos dados disponibilizados pelos informantes, conforme o postulado de Bogdan e Biklen (1994: 221) “determinadas questões e preocupações de investigação dão origem a determinadas categorias”. Assim, as entrevistas foram elaboradas tendo em consideração as características específicas dos interlocutores e considerando as funções que exercem nas instituições públicas ou privadas. Encontram-se designados com as seguintes siglas: LP e LM, líderes provinciais e líderes municipais, respectivamente; P, ES e EP para designar professores, estudantes e empresários agro-pecuários, respectivamente.

1.4. Contexto do Estudo

O estudo decorreu no Município da Matala. O rio Cunene banha todas as comunas da Matala. Nele está erguida uma barragem hidroelétrica que fornece energia às Províncias de Huíla e Namibe. Além disso, é considerado como grande fonte piscatória para os habitantes locais.

Este dispõe já de algumas infra-estruturas sócio económicas. A escola onde funciona a sala do ISCED-Matala, foi construída em 2011, e inaugurada em 07 de Novembro do mesmo ano pelo governador da província da Huíla, Isaac Maria dos Anjos (Anexo S). É um edifício moderno, bem localizado adaptado às características de terreno, reunindo portanto são as condições adequadas para o funcionamento de um edifício escolar. O município dispõe de uma moagem de cereais e de uma fábrica de concentração de tomate, estando uma segunda a ser restaurada.

O município da Matala apresenta-se como um município com potencialidades económicas. No entanto, para o seu desenvolvimento local necessita de quadros com formação superior nas distintas áreas do conhecimento (opinião do Administrador, anexo I).

CAPÍTULO II – Enquadramento Teórico

2.1. Relação entre educação e desenvolvimento

A educação e o desenvolvimento são processos que evoluíram em contextos históricos diferentes, com impactos sociais e económicos subordinados às lógicas e às políticas dos governantes no poder nas distintas formações sócio-económicas vivenciadas nos séculos passados. Esta afirmação ajusta-se às reflexões de, Khôi (1990, citado por Vieira, 2003: 144) que “a educação e o desenvolvimento nem sempre são coincidentes, nem sempre caminham juntos”.

Deste modo, para que a educação contribua para o desenvolvimento económico da sociedade, é necessário que se cumpram, quatro funções segundo propõe Musgrave (1979), designadamente: Função Económica, Função Social, Função de Mudança e Função Cultural que se resumem na perspectiva do autor: de acordo com a Função Económica, a educação deve, em primeiro lugar, preocupar-se com a formação de quadros necessários para cada sector da sociedade, tanto em número de pessoas como na qualidade técnica. das mesmas; Função Social, que consiste em reconhecer o mérito próprio de cada um, segundo os seus talentos, sem desvalorizar os menos dotados; em relação à Função de Mudança, a educação deve ter em conta a preparação do sujeito para a adaptação, em função da época e das circunstâncias em que se insere; finalmente , a Função Cultural relaciona-se com a diversidade cultural e étnica dos alunos, respeitando os diferentes padrões do contexto de origem de cada um. (Musgrave, 1979).

Logicamente, a educação na escola tem por missão formar a criatura humana, em particular a criança, jovem ou adulto, dotando-a de capacidade cognitiva, afectiva, social e psicomotora que lhe proporcionará um desenvolvimento multifacetado, enriquecendo de certa maneira, as suas potencialidades e, concomitantemente, poderão ajudá-lo na formação dos seus semelhantes “transformando uma inteligência inerte numa inteligência ágil, pela aquisição da ciência e da arte; orientando uma vontade indeterminada para uma vontade inclinada para o bem, pela aquisição das virtudes” (Prado, 1965, citado por Boynard *et al*, 1973: 18).

Portanto, a educação é promotora de desenvolvimento de qualquer país ou região. É neste prisma de pensamento que as organizações mundiais procuram sistematicamente implementar novas políticas conducentes a melhorar o sistema educativo de todos os países

do mundo. Como se pode constatar, foram ampliados os objectivos consignados no Fórum Mundial Sobre a Educação realizado em 2000, Dakar (Senegal) que se traduzem no seguinte:

- a) Desenvolver e melhorar em todos os aspectos a protecção e a educação da criança, nomeadamente as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- b) Assegurar que as necessidades educativas de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo a programas adequados tendo por objectivo a aquisição de conhecimentos;
- c) Melhorar em 50 por cento os níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e assegurar para todos os adultos o acesso equitativo a programas de educação básica e permanente;
- d) Eliminar as disparidades de género na educação primária até 2005 e alcançar a igualdade de género na educação até 2015;
- e) Melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação visando a excelência, de forma a garantir a todos resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, nomeadamente no que respeita à leitura, à escrita, ao cálculo e às competências indispensáveis para a vida quotidiana. (UNESCO, 2000: 9)

O Fórum de Dakar foi promotor da preparação para a Conferência do Milénio realizada, no mesmo ano, em Nova Iorque (Estados Unidos da América). Participaram neste evento 191 países e 147 chefes de Estado e de governo. Desta cimeira foi emitida a Declaração do Milénio, um testemunho no qual estão exarados compromissos de carácter colectivo e imediato com vista à eliminação da pobreza e a melhoria das condições de vida da população do globo. A declaração foi assinada por 189 países, que se comprometeram a envidar maiores esforços no sentido de garantir que até 2015 “as crianças de todo o mundo – rapazes e raparigas – possam concluir um ciclo completo de ensino primário e que as crianças de ambos os sexos tenham acesso igual a todos os níveis de ensino” (ONU, 2000: 9).

A ideia fundamental consiste em alargar as opções dos indivíduos e dos seus grupos no sentido de serem satisfeitas as suas necessidades básicas por forma a salvaguardar a sua integridade física e moral e alcançarem um nível de vida digno, nas distintas dimensões como a educação, bem-estar material, cultural, saúde, habitação, etc. Quer dizer que o desenvolvimento passa a ser mensurado através da qualidade de vida numa perspectiva económica (distribuição dos rendimentos) do país (PIB *per capita*), mais a dimensão da educação, mensurada pela taxa de alfabetização e a condição de saúde, medida pela esperança de vida à nascença. As três dimensões são marcos referenciais para edificação de políticas de

bem-estar como condição “sine qua non” para o desenvolvimento do cidadão, tendo sempre em conta a sua dignidade.

Assim, conclui-se que o desenvolvimento humano “procura assegurar que as aspirações por uma vida melhor das pessoas mais carentes sejam plenamente consideradas rumo a uma melhor sustentabilidade ambiental” (PNUD, 2011). O desenvolvimento neste sentido é definido como “o processo de aumento das escolhas das pessoas, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno enquanto se preservam para as gerações futuras, proteger a segurança pessoal e alcançar a igualdade para todas mulheres e homens” (Amaro, 2003: 58).

Por este motivo, as sociedades integradas a globalização económica foram objecto de uma nova fórmula estabelecida pelo PNUD que introduziu novo cálculo dos parâmetros da educação, saúde e rendimento. Esta alteração está subjacente ao cálculo para dimensão da educação: “é substituída a alfabetização pela média de anos de escolaridade, bem como as matrículas brutas são reformuladas como anos de escolaridade esperados” (PNUD, 2010: 15). Quanto à dimensão do rendimento, o PIB⁵ é alterado pelo RNB⁶. A fórmula de cálculo recente, tem por objectivo avaliar e controlar as mudanças sociais que ocorrem num dado momento com vista a dar-se continuidade às reformas onde for necessário para que o desenvolvimento humano continue a alcançar progressos. Assim, cada dimensão é mensurada da seguinte forma:

O IDH é a medida geométrica dos três índices de dimensão. O fraco desempenho de qualquer das dimensões reflecte-se agora no IDH e já não existe substituíbilidade perfeita entre as dimensões (PNUD, 2010: 15).

Em consequências desta alteração o IDH de 2010 para Angola, decaiu em 2009, apresentando um IDH de 0,564 situando-se de 143^a, com a classificação negativa de

⁵ PIB (Produto Interno Bruto): somatório do valor acrescentado por todos os produtores na economia, residentes ou estrangeiros e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção, calculado sem fazer deduções por depreciação de activos de capital fabricados ou por esgotamento e degradação de recursos naturais (PNUD, 2010: 233).

⁶ RNB (Rendimento Nacional Bruto) *per capita*: somatório dos valores acrescentados por todos os produtores residentes na economia e no estrangeiro e de quaisquer impostos sobre os produtos (menos os subsídios) não incluídos na valorização da produção mais as receitas líquidas do rendimento primário (compensação de empregados e rendimentos prediais) do exterior, dividido pela população a meio do ano (PNUD, 2010: 234).

desenvolvimento humano atribuída pelo PNUD, “média”. Em 2010 registou um decréscimo destes valores para 0,403 – Angola passando para o 146º lugar entre 169 países do mundo. No ano seguinte (2011) o IDH de Angola continua em queda livre com o valor do IDH de 0,486, passando para 148º lugar, em 187 países (PNUD, 2011: 16). Neste índice, Angola tem suplantado a média da África Subsaariana, como consequência do aumento do RNB, resultante do sector dos petróleos que rende ao país mais de 80% no total de todas receitas e, paradoxalmente os indicadores da educação ficam aquém das perspectivas do desenvolvimento sustentável, permanecendo níveis elevados de pobreza, fome, doenças e de desequilíbrios na distribuição de riqueza (Ferreira, 2012: 49).

Depois da viragem do IDH, a educação ganha uma dimensão significativa no contexto das nações e com maior relevância por parte das Nações Unidas e os diferentes Estados que a consideram como factor determinante no desenvolvimento.

Contudo, a relação entre educação e desenvolvimento humano é necessariamente importante, na medida que a educação influi positivamente entre o capital humano e actividade laboral, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento económico sustentável, promovendo a modernização, democracia nas sociedades e paz entre os diferentes povos.

2.1.1. Educação e Desenvolvimento em África

A abordagem dos dois conceitos traz consigo alguma preocupação no que concerne ao tratamento teórico, partindo do pressuposto de que, quando se fala sobre o desenvolvimento se levanta também a questão da educação que já aludimos nas páginas anteriores. Todavia, torna-se necessário distinguir a educação formal da não formal. A primeira diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem no qual interagem duas personalidades (Professor e Aluno), enquanto a segunda é desenvolvida na comunidade e nas distintas instituições sociopolíticas.

No período pós-independência de alguns países africanos, sob o lema “mais educação-mais desenvolvimento”, a UNESCO organizou em Maio de 1961, uma conferência em Adis Abeba (Etiópia) na qual se traçaram objectivos relacionados com a formação de quadros humanos para que os mesmos pudessem contribuir, de forma eficaz e eficiente, para o desenvolvimento económico e social do continente. Nesta conferência participaram ministros

e directores de educação de vários países africanos⁷ propondo estratégias para favorecer o desenvolvimento económico e social do continente. Para o efeito procedeu-se ao diagnóstico das necessidades dos países participantes, quanto ao financiamento, equipamentos, formação de quadros e estratégias a desenvolver à consumação dos objectivos preconizados.

Vinte anos depois, realizou-se a conferência em Harare (1982) para avaliar os resultados alcançados, em relação aos objectivos traçados na conferência precedente, que foram considerados animadores no ponto de vista da formação de recursos humanos, mas mesmo assim, persistiam algumas insuficiências nos sistemas educativos africanos quanto ao sucesso escolar.

Em relação aos progressos registados nos sistemas educativos africanos, em 1980, ultrapassaram-se os níveis anteriormente atingidos, como a seguir se refere:

A taxa anual de progressão prevista pelo Plano de Adis-Abeba (5,6 por cento) tinha sido ultrapassada e atingia os 6,2 por cento; os efectivos tinham aumentado de 142 por cento entre 1960 e 1980; a taxa de escolarização no ensino secundário havia quadruplicado durante o mesmo período, e os efectivos do pessoal do ensino superior tinham sido multiplicados por oito. A escolarização de crianças do sexo feminino tinha, apesar da insuficiência ainda constatada, progredido mais rápido que a do sexo masculino; a taxa de analfabetismo dos adultos tinha diminuído fortemente (de quase 90 por cento a 60,6 por cento) (UNESCO, 2011).

Apesar das taxas percentuais acima expressas serem progressivamente animadoras quanto ao acesso da população africana à educação, não reflectem precisamente a qualidade do ensino desenvolvido naquela época.

Em Angola, Moçambique e Zâmbia, as reformas, nunca foram consistentes porque foram sempre implementadas e adaptadas, com base nos modelos importados dos países das antigas metrópoles colonizadoras ou dos países “que servem de modelo societal” (Ferreira, 2005: 108). Subjacente a esta situação, diz o autor em referência, ainda são observáveis as dificuldades meramente económicas no tange o bem estar das populações nas distintas

⁷ Participaram nesta conferência os seguintes países africanos: Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Ghana, Guiné, Quênia, Libéria, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Maurícias, Marrocos, Níger, Nigéria, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Malawi e Zâmbia (na altura Rodésia e Niassalândia).

dimensões como a exiguidade dos salários que não são compatíveis com o custo de vida⁸, ainda se associa a essa dimensão a inflação acentuada que afecta os funcionários da administração pública e privada, conseqüentemente a falta de quadros humanos qualificados, de material didáctico, de instalações e de laboratórios e de técnicas de informação e comunicação.

Assim, assiste-se a um grande abismo nos sistemas educativos africanos, ainda com a agravante de que existe um pequeno grupo sob alçada do governo no poder, denominado elite que usufruem do ensino enquanto a maioria da população, por carência de condições económicas, fica fora do sistema educativo. Esta elite, dizia (Dias, 1990: 291) “funcionava como a principal agência socializante e o transmissor da ideologia derivada de e submetida aos interesses das nações metropolitanas”. A suposta elite era creteriosamente seleccionada pelos detentores do poder para manobrar as instituições em benefício de si próprios. Logo, a educação passou a ser uma via fundamental no fortalecimento da “estrutura autoritária de classe em proveito de grupos dominantes, em vez de assegurar a liberdade, a igualdade, a autodeterminação, a criação de competências e a autoconfiança da maioria dos sujeitos históricos” (Dias, 1990: 277-278), havendo uma intrínseca relação entre a elite e a super estrutura política no poder em prejuízo da competência e da qualificação. Neste caso, a formação estava mais direccionada para a busca de uma profissão que garantisse a ascensão social em áreas de maior realce económica, descurando-se assim a aprendizagem, como meio de aquisição de competências que ajudam a solucionar os problemas complexos e os saberes diversificados.

A debilidade do desempenho da educação em África foi apontada em 1990 por Samoff que a chamou como “a ideologia da modernização”. Na verdade, a educação como fonte de produção dos saberes é concebida como uma das componentes fundamentais das sociedades Industrializadas. Quando se diz que a África subsahariana, não possui cultura de cidades⁹, as que existem foram construídas pelo colonizador que impôs a cultura de urbanização na qual implementou a educação formal a que os africanos tinham acesso limitado, no período da colonização, como foi o caso das antigas colónias portuguesas. A exportação da educação formal para a África aparece como promotor de um desenvolvimento em moldes ocidentais em detrimento das estruturas tradicionais onde existia a educação não formal mais apoiada na

⁸ O salário mínimo em Angola, cifra-se em 11.854.00 Kwanas equivalente a 100 00 USD até 2012. Disponível em: <http://www.mensasalario/angola/mais/salarial>

⁹ Segundo Ferreira (2004), exceptuo a Nigéria.

coesão familiar. Esta acção fez com que a herança colonial subvalorizasse as instituições de tradição africana, “e construindo e promovendo elites dirigentes com o objectivo de integração no sistema mundo, reconhecer que, se na Europa educação, na prática, é sinónimo de educação formal, em África a sociedade tem uma forte tradição de educação não formal”¹⁰, (Ferreira, 2005: 107).

Neste contexto, a relação entre a educação e o desenvolvimento em África é bastante complexa. Para erradicar ou reduzir tal situação, os Estados africanos devem promover estratégias que coloquem as necessidades básicas do pacato cidadão acima dos interesses pessoais dos governantes e (Ngonda, 2008: 31) acrescenta que “o Estado não é negócio de algumas pessoas [...] e exige que as elites que assumem as funções de homens de Estado tenham o verdadeiro sentido de Estado”.

Em suma, um dos grandes problemas que a África subsariana enfrenta está relacionado com os sistemas educativos que não olham para um desenvolvimento justo dos cidadãos como um todo “mas antes uma elite” (Ferreira, 2005: 107).

2.2. Evolução da formação de professores para o Ensino Primário, Secundário e Superior em Angola

Neste sub-capítulo vamos apresentar as etapas históricas mais relevantes da política educativa do regime colonial português no território angolano. Este assunto requer ainda muita investigação e o seu conhecimento é fundamental para se compreender a situação actual. Tal como afirmava (Graça, 2005: 47) “só é possível compreender plenamente uma situação num dado presente se neste for integrado quer o passado quer o futuro”.

Em seguida, sublinhamos a política educativa angolana sob orientação dos missionários que se instalaram no Kongo, a partir do século XVI¹¹, onde emergiram os primeiros núcleos escolares. Mais adiante, abordamos o interesse da colonização em implementar o ensino primário em meados do século XIX, durante a monarquia, e as alterações feitas durante 1ª República ligadas com as políticas educativas do Estado Novo e, conseqüentemente a formação de Monitores escolares, Regentes Escolares, Professores de Posto e Professores do

¹⁰ Educação não-formal, é como a educação formal, uma actividade organizada e sistemática, mas que, ao contrário desta, se dirige a certos grupos da população com vista aprendizagem determinadas: formação profissional dos jovens e adultos, vulgarização agrícola, educação sanitária e nutritiva, etc. (Khôl, 1990).

¹¹ Santos (1970: 15) “Desembarcaram no porto de Pinta no dia 29 de Março de 1491 e iniciaram imediatamente os trabalhos de missionação”.

Magistério Primário. Também referenciamos as contribuições do clero, especificamente, das igrejas [católica e protestante, concernente a formação de quadros angolanos (não Brancos)].

Por último, procedemos uma análise das reformas educativas introduzidas no período pós-independência, 1977/78, aquando da República Popular de Angola (RPA) e a reforma implementada em 2001, no seguimento das orientações saídas no Fórum Mundial Sobre Educação de Dakar (2000), como também fizemos menção sobre os cursos de formação acelerada, cursos de superação, cursos de formação de professores nos Institutos Médios Normal de Educação (IMNE) e nos Institutos Superior de Ciências da Educação (ISCEDs) com realce ao ISCED-HLA.

2.2.1. A educação em Angola na época da colonização

Portugal, durante a sua permanência, como colonizador de Angola, desde 1484 até 1975, procurou disseminar uma cultura diferenciada e discriminatória, em algumas regiões da África subsahariana e particularmente no solo angolano, no qual coexistiam duas sociedades distintas, designadamente a central e a periférica¹². A primeira era constituída pela população branca e assimilada, ao passo que, a segunda, era composta pela população negra, denominada indígena. Quem pertencesse a esta comunidade era tratado como um animal selvagem e “simples instrumento de trabalho” (Matos, 1926: 233).

No entanto, a palavra indígena, em verdade, possui conotações diferentes, dependendo do contexto como a palavra é usada. E no ponto de vista de Serra Frazão (1947, citado por Tanga, 2012: 10):

a palavra indígena provém do latim indu, reforçada de in, e geno, geração, (origem). Neste âmbito, podemos concluir que o termo não traz consigo nenhuma conotação negativa, porque cada um de nós é indígena pela natureza geográfica que nada tem a ver com a natureza racial ou a cor da pele.

As duas sociedades estabelecidas pelo colonizador, a central e a periférica, são caracterizadas tendo em consideração as relações ráticas que existiam entre brancos, mestiços e negros, que eram escrupulosamente separadas. Para o facto, Matos (1926: 233) citado por (Santos, 1970: 249) as colocou em cinco categorias:

¹² Silva, 2003: 56.

i) os selvagens com os seus costumes próprios, *ii)* os europeus que se embruteceram em contacto com os nativos e adoptaram costumes e hábitos correspondentes, *iii)* os nativos assimilados mas sem ocupação útil, os conhecidos *calcinhas*, *iv)* os nativos que adoptaram costumes e hábitos civilizados, integrando-se perfeitamente na vida social, *v)* os europeus que formavam o grupo orientador por excelência, promotores da elevação cultural, económica e social da província.

A separação racial dividia, os brancos, naturais da metrópole, considerados como promotores da civilização, por isso usufruíam de bens e serviços e de cargos da administração pública, dos brancos naturais de Angola considerados inferiores, posição que é realçada pelo (Pimenta, 2008: 198) “os brancos propriamente angolanos – os naturais do país – eram tidos como brancos de segunda e etiquetados pela administração colonial de euro-africanos, sujeitos às ordens dos agentes da civilização”. Havia discriminação social entre indivíduos da mesma raça, assente na origem geográfica e na cor da pele.

Esta estratificação social veio a ser a base económica e administrativa na qual se criaram as relações de produção com o núcleo de brancos e a restante população negra e mestiça. Neste contexto, Silva (2003: 58) esclarece o seguinte:

As clivagens raciais existentes neste contexto foram acentuadas pelas clivagens decorrentes da distinção entre “civilizados” e “não civilizados”: o grupo de civilizados era construído pela totalidade de brancos, por 90% dos mestiços e por menos 1% dos africanos que viviam na sociedade central¹³.

A política educativa em Angola, sob a direcção dos missionários, teve início em 1514, ano do surgimento dos “primeiros núcleos escolares no reino do Kongo. Cerca de 400 jovens, filhos das principais famílias, já frequentavam aulas em regime de internato em Mbanza Kongo, para além de existirem outros núcleos escolares em Nsundi e Mpango” (Zau, 2009: 307).

Todavia, a necessidade de Portugal desenvolver a política de expansão nos territórios africanos por si colonizados, começou desde os meados do século XIX, especificamente depois da independência do Brasil, em 7 de Setembro de 1822. Para essa política de expansão contribuiu a Conferência de Berlim, realizada entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885:

¹³ Os “indígenas” que passavam para o status de civilizados constituíam a categoria de “assimilados”.

Os objectivos da Conferência então divulgados consistiam, em primeiro lugar, em clarificar o estatuto de comércio internacional no Congo e o da navegação no Níger, e em segundo lugar, definir que as futuras anexões do território em África poderiam ser reconhecidas (Henderson, 1990: 15-16).

Com base nos objectivos Promulgados pela Conferência, Portugal inicia a ocupação efectiva dos territórios africanos em seu poder. Na época, Portugal, alimentava o sonho de unir duas Províncias Ultramarinas, Angola e Moçambique, através do denominado “Mapa Cor-de-Rosa”, contudo, a pressão Britânica (*Ultimatum* Inglês) e o recuo da coroa, ditou o fim do projecto e gerou a indignação e a desilusão. Os acontecimentos fizeram com que Portugal mudasse de atitude, passando para um sentimento mais patriótico alicerçado numa nova ideologia de carácter nacionalista, capaz de influenciar os intelectuais e os políticos da era. Essa ideologia era marcadamente racista, assentando na sobrevalorização do homem branco como ser superior, e, conseqüentemente na subestimação do negro, tendo servido de argumentação para atrair a fixação dos colonos portugueses em Angola (Dias, 1984; Neto, 1997).

Foi através desta argumentação que surgiu um grande fluxo de imigrantes para Angola com a missão de civilizar os negros, vistos como seres biologicamente inferiores, desprovidos de intelectualidade devido a fraca capacidade de aprendizagem. Dos defensores desta ideologia anacrónica destacam-se o José Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) e António Enes (1899).

Antes da realização da Conferência de Berlim, Portugal reputava o Brasil como seu segundo império, no que diz respeito aos aspectos económico e institucional. Sobre o aspecto económico realça-se que “Angola era fornecedora de mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar e para as minas do Brasil” (Martins, 1953: 9). Depois da perda desta parte do império, Portugal, para assegurar o terceiro império constituído pelos PALOP, elaborou um projecto para a sua colonização (Alexandre, 2000).

O projecto, que tinha como objectivo a ocupação do território através da imigração de famílias portuguesas, contemplava, para além de outras acções, a implementação da educação formal em Angola. Contudo, a presença portuguesa era insignificante, limitando-se a ocupar as zonas costeiras como Luanda e Benguela, devido à desconfiança do clima tropical da região causador de doenças tropicais que eliminavam vidas de muitos portugueses aí residentes, como também a má governação da administração colonial. Desta forma, o Estado português impôs aos seus militares e cidadãos que violavam a civilidade, uma imigração

forçada, através da condenação ao “degredo”. “Soldados e criminosos exilados, passaram a cumprir as suas penas em Angola, em vez de estarem encarcerados em Portugal” (Henderson, 1990: 28). Aqui o termo degredo deve ser entendido como: “uma forma de exclusão social, porque consiste no processo de marginalização social dos condenados. O isolamento, a ruptura e a diminuição ou ausência de laços sociais com o meio onde o condenado vivia, fazem do degredo uma forma de exclusão na sua dimensão social” (Cunha, 2008: 35).

O projecto de implementação de uma educação formal conhece uma nova etapa quando o Ministro do Estado, da Marinha e do Ultramar, Joaquim José Falcão, no reinado de D. Maria II, assina o decreto que oficializa o ensino em dois graus, o elementar e o ensino primário superior, como grau mais elevado de ensino. A partir desta data, “foi retirada às organizações religiosas a responsabilidade da instrução em Portugal e nas colónias” (Zau, 2009: 307).

Nesse período, Joaquim José Falcão dando continuidade à política de extensão do ensino oficial em Angola, criou a escola principal de instrução primária e promoveu o primeiro Conselho Inspector de Instrução Pública. A iniciativa não teve grande impacto porque as populações, na altura, não se encontravam motivadas nem preparadas para a frequência escolar. Dez anos depois, o Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, o Sr. Sá da Bandeira, subscreve uma portaria régia em 19 de Novembro de 1856, que determinava que “Os filhos dos régulos, sobas e outros responsáveis indígenas deveriam ser educados em Luanda. Essa educação deveria ocorrer às expensas do Estado, sob a orientação e vigilância das autoridades portuguesas e sob responsabilidade do governador-geral” (Santos, 1970: 134). O mesmo autor ainda sublinha que o respectivo grupo, depois de assimilar a língua e a cultura portuguesa teriam como função transmitir aos seus semelhantes os conhecimentos aprendidos.

A partir daquele momento os esforços para se criar um sistema de ensino em Angola não se esmoreceram e para colmatar a grande necessidade que se fazia sentir quanto à carência de professores, os presbíteros que tinham chegado em 1858, nomeados para exercerem as suas funções nas paróquias situadas ao longo do litoral até Benguela e nas zonas do interior norte, foram solicitados, pelo governo português, para ministrarem aulas no ensino primário. Desta feita, passaram a exercer simultaneamente a função de sacerdócio e a de professor. Nessa data, a nomeação destes docentes foi feita pelo governador-geral (Zau, 2009).

Em 1863, registavam-se no território angolano 24 escolas primárias, mas em 1869, esse número desceu para 16. Um estudo realizado pelo (Zau, 2009: 228) demonstra que o governador-geral de Angola elaborou um manuscrito, à guarda do Arquivo Histórico

Ultramarino, em Lisboa, no qual se pode verificar a frequência de matrículas escolares entre 1846 e 1862, onde se salienta um número de alunos do sexo masculino muito superior aos do sexo feminino, quadro 2.1. Este fenómeno, ainda hoje, é visível em algumas regiões do país.

Quadro 2.1 Frequência de alunos e alunas em escolas oficiais entre 1846 e 1862

Ano	Alunos	Alunas
1846	117	21
1847	295	25
1848	390	18
1849	439	08
1850	317	07
1851	341	?
1857	668	36
1858	649	14
1860	616	11
1861	812	33
1862	806	25

Fonte: Martins dos Santos, citado por Zau (2009: 312)

O decreto exarado a 30 de Novembro de 1869 pelo ministro da Marinha e do Ultramar, Luís Augusto Rebelo da Silva, não deixa de ser um complemento do decreto de Joaquim José Falcão, publicado a 14 de Agosto de 1845 que, tinham por objectivo imprimir maior dinamismo ao bom funcionamento da instrução primária nas colónias no período monárquico (de 1869 a 1910). Do ponto de vista político-administrativo, o decreto de 1869 incumbia o Estado em assumir a máxima responsabilidade de orientação do ensino e pelo controlo e fiscalização da actividade docente educativa.

No prenúncio do século XX, notou-se a extensão da política educativa em relação aos territórios africanos. Portugal deparando-se com a falta de recursos humanos qualificados para gerirem os sectores administrativos públicos em todos territórios africanos sob a sua jurisdição, implementou, em 1906, uma instituição de carácter formativa dos quadros que se denominou “Escola Colonial”. Esta instituição tinha como objectivo, em primeira instância, aperfeiçoar os recursos humanos já existentes na função pública e, em segunda instância, formar novos quadros para os órgãos administrativos (Zau, 2009).

Quatro anos depois, nascia a primeira República, proclamada a 5 de Outubro de 1910, período caracterizado pelo laicismo em que as ordens religiosas foram expulsas da metrópole e das colónias. Como consequência surgia a carência de docentes para leccionarem aulas no ensino elementar e que mais tarde a situação fora ultrapassada através do regresso das missões

católicas e protestantes. Depois da proclamação da República não se verificaram grandes alterações na política educativa colonial. No entanto, em Abril de 1912, foi determinado o cumprimento obrigatório da reforma ortográfica, decretada e publicada no Diário do Governo, em 12 de Setembro de 1911. Angola passou a usar, os mesmos princípios da ortografia que a metrópole, lei que ainda hoje vigora¹⁴. Assim, dando seguimento a estes princípios, o primeiro Governador Provincial de Angola (1910-1926), Norton de Matos, sob o decreto-Lei n.º 77, publicado pelo Boletim Oficial de Angola, nº 5, 1ª série, de 9 de Dezembro de 1921, declarava a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas missões e deixaria de ser permitido o ensino de línguas estrangeiras e das línguas africanas. “Aparentemente, estas últimas sob o protesto de poderem vir a prejudicar a ordem pública e a liberdade ou segurança dos cidadãos portugueses e das próprias populações africanas” (Zau, 2009: 234).

2.2.2. A Política Educativa Desenvolvida em Angola de 1926 até 1958

Depois do governo português ter ocupado definitivamente o território angolano no século XX procurou adoptar políticas conducentes à expansão da rede escolar em toda a dimensão do país. Esta política não chegou “de ser concretizada de forma efectiva devido, por um lado, à grande dimensão geográfica do território angolano, e, por outro, ao fraco desenvolvimento económico associado à estratificação social criados pelo próprio colonizador” (Silva, 2003: 5).

A implementação da política educativa em Angola, durante a permanência do colonizador, pode ser observada em duas fases, 1926-1958 e 1958-1974, conforme estabelece (Silva, 2003: 55).

O Colonialismo Clássico de 1926 a 1958

Em 1926 dá-se o golpe militar que determina o fim da primeira República e a instauração de uma Ditadura Militar. Em 1933, com o surgimento do Estado Novo, Ditadura Salazarista, surge uma reforma no ensino primário em Portugal que, também veio a estender-se nas províncias ultramarinas, incidindo sobre a reorganização do ensino primário. Nesta reforma destacou-se o Regulamento do Conselho de Instrução Pública da Colónia de Angola, em 29 de Outubro, no qual estava plasmado a diferença funcional do sistema de ensino em duas vertentes a saber:

¹⁴ Santos (1970).

- Ensino destinado aos europeus e “civilizados” tinha como objectivo a “unidade intelectual e moral da Nação Portuguesa”. A sua estrutura era idêntica à da metrópole¹⁵, integrando dois níveis de ensino, o primário e o secundário geral¹⁶, ambos sob a tutela do Estado. Surgiram, também, as escolas não estatais, de propriedade privada ou de ordem religiosa, regulamentadas pelas entidades estatais cujas taxas aumentaram progressivamente nos anos 30.

- o ensino para os “indígenas” residentes na sociedade central e nas periféricas, cujos objectivos estavam orientados em difundir nos povoados selvagens os melhores preceitos higiénicos e morais, os conhecimentos da nossa língua e ensinar-lhes um ofício que os tornasse úteis a si e à colónia. Em conformidade com a reforma de 1927, as escolas para os indígenas estavam tipificadas em duas categorias: as escolas-oficinas, estatais e profissionalizantes, ambas sob a tutela das missões.

Em relação à dinâmica do tipo de ensino em referência, podem classificar-se em duas fases: uma primeira que vai de 1926 à 1941 e uma segunda que inicia em 1941 até 1962.

Na sequência da reforma do ensino estabelecida em 1927, depois de três anos cria-se uma Escola de Ensino Normal Rural.

De forma a promover e desenvolver a instrução primária, o governo português, implementou medidas de carácter pedagógico, metodológico e administrativo, na formação de professores de posto escolar e de docentes de escolas de ensino particular, incluindo um estágio de dois semestres e ministrando as seguintes disciplinas: Pedagogia geral, Metodologias Didácticas do ensino primário, Feitos Pátrios (em função de Educação Moral e Cívica), Legislação escolar aplicável a Angola, Higiene Geral e Escolar, ginástica, Canto Coral. Algumas destas cadeiras ainda vigoram nas escolas de formação de professores (E.F.P) ex-IMNE, e nos institutos superiores, tais como os ISCEDs. As referidas medidas estão inseridas no Regulamento de Escola de Aplicação de Ensaios de Luanda, criado no âmbito da portaria de 27 de Julho de 1937¹⁷ e foram postos em prática “a partir de 26 de Março de 1938” (Zau, 2006: 237).

¹⁵ Silva (2003: 62), “O Papel Societal do Sistema de Ensino na Angola Colonial (1973-1974)”.

¹⁶ “... ministrar os filhos dos colonos e ao indígena civilizados o mesmo grau de cultura dos que permaneceram na mãe pátria;... contribuir para a integridade da Nação portuguesa” Cf. O preambulo do diploma nº 518, que aprovou a Reforma do Ensino Primário de 1927.

¹⁷ Santos (1970).

A Escola do Magistério Rudimentar (Escola Teófilo Duarte)

A Escola Teófilo Duarte (nome do governador geral de Angola), conhecida como Missão da Camunda, encontrava-se localizada na periferia da Povoação do Cuima, próximo da Missão Católica de Vilombo¹⁸, província do Huambo, tendo iniciado a sua funcionalidade oficial, em Fevereiro de 1950, sob a direcção da missão católica apoiada pelo Estado. No início do exercício, a sua direcção, encontrava-se a cargo do padre Manuel António de Sousa, português, natural de Goães, conselho de Amares, que depois de oito anos foi “substituído pelo padre Manuel Ribeiro” (Tanga, 2012: 49).

A Escola Teófilo Duarte tinha como objectivo formar professores que ministrariam o ensino rudimentar aos indígenas, sendo que, para a frequentar os candidatos “tinham que passar no exame oficial de Português de escola primária e ser católico romano” (Henderson, 1990: 122).

No início o curso era ministrado num período de dois anos por professores portugueses e pelos padres da congregação Espírito Santo que cumulativamente exerciam a função de docente e a de sacerdócio. Segundos os dados estatísticos conferidos por Henderson (Henderson, 1990), em 1954 estavam matriculados cento e cinquenta e três alunos, tendo formado entre 1952 e 1956, 592 professores (não brancos). Os professores formados naquela instituição de ensino tinham como perfil de saída baseada na seguinte orientação: “o futuro professor indígena deve estar liberto dos tentáculos do vício que tais centros populacionais ofereciam” (Vitória, 1957: 19).

Dez anos depois da concordata e do estatuto missionário, o governo português publicava a portaria nº 7079 que regulamentava a Instrução Rudimentar, instituindo um novo sistema de educação para as crianças africanas. Esta portaria decretava que a Língua Portuguesa como língua oficial em toda a instrução e, conseqüentemente, todas as disciplinas do plano de estudos teriam de ser leccionadas em português. A cláusula ainda hoje vigora em toda dimensão territorial, “como língua oficial, de unidade Nacional de comunicação internacional” (INIDE, 1996: 3). Quanto ao aluno, este era chamado a fazer uma jornada de evolução cultural durante a sua permanência no estabelecimento de ensino, comunicando com os seus colegas através da Língua Portuguesa. “Por isso, os alunos eram vistos como aqueles que estavam a fazer um percurso para o grau de civilização” (Tanga, 2012: 30).

¹⁸ Missão Católica do Vilombo, também conhecida “Missão de Caluongo” sob a Direcção do Padre Henrique e posteriormente pelo pároco Gabriel Bambi.

Os alunos indígenas, na sua maioria, confrontavam-se com problemas de precariedade quanto as condições sanitárias das escolas. A estrutura física das escolas do indigenato eram severamente criticadas por alguns missionários:

Na sua maioria, as escolas são palhotas térreas sem carteiras nem bancos, onde o único material escolar é um quadro preto, uma ardosia na mão de cada aluno, em que escreve cada um o que lhe é ditado tendo os joelhos, numa posição totalmente deformante e anti-higiénico contrariando todas as regras da pedagogia. Por vezes tem ainda o aluno um livro que há poucos dias de uso fica completamente inutilizado por falta de condições quer na escola mesmo em casa. Uma vez inutilizados os primeiros artigos escolares, os pais dificilmente se dispõem adquirir os segundos. (Santana, 1960: 96)

2.2.3. A Educação na Fase do Colonialismo Tardio, de 1958 a 1974

Nos últimos cinquenta anos o modelo clássico que figurava na metrópole e nas suas províncias ultramarinas sofreu algumas alterações, devido a pressões internas e externas, em todas as esferas da vida política, económica e social. No que diz respeito ao aspecto político, a metrópole enfrentou a crescente pressão da população angolana que exigia do governo português a sua auto determinação e a independência de Angola:

como pressuposto ao direito pelo ensino a todos os níveis, por um lado e crescente população estudantil (colonial e de “assimilados”) que reclamava solução alternativa um lugar de obrigação que tinha de licenciar-se em Portugal continental por outro (Teta, 2013: 31).

As pressões externas desencadeadas, sobretudo, pelas organizações internacionais, fizeram com que o governo português, promovesse a abolição do estatuto de indigenato em 1961. A sua revogação constituía uma mais valia para os angolanos, permitindo a emancipação do indígena que passou do súbdito a cidadão, abrindo o caminho à criação dos Estudos Gerais Universitários de Angola¹⁹. Em suma, a revogação do estatuto de indígena é

¹⁹ Santos (1970: 289), “O decreto-lei de 5 de Agosto de 1963 regulava o funcionamento dos Estudos Gerais Universitários de Angola e Moçambique. No dia 6 de Outubro desse ano, foram solenemente inaugurados os Estudos Gerais Universitários de Angola. Presidiu à cerimónia o Chefe do Estado, Américo de Deus Rodrigues Tomás, então em visita oficial a esta província ultramarina.”

consequência, não só das pressões internacionais, como também das reformas introduzidas pelo Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, contribuindo para o desaparecimento da dicotomia entre indígenas e europeus “e estabelecendo o princípio da igualdade de direitos e de deveres dos africanos e europeus” (Liberato, 2013: 35).

Com o início da luta armada de libertação nacional em Angola em 1961, o governo português procurou implantar em toda extensão territorial da província ultramarina uma rede escolar do ensino primário nos centros urbanos e em algumas zonas rurais com o objectivo de expandir a cultura e a língua portuguesa aos angolanos. Este objectivo estava consignado a um dos planos do ensino rural em Angola, sob o lema: “Levar a Escola à Sanzala”, 1961-62, de autoria de Manuel Castilho Soares que exercia, na altura, a função de Secretario Provincial da Educação. Esse plano começou a ganhar o ritmo de crescimento o que interessava Portugal, “mas o atraso que vinha detrás era muito grande, evidentemente, não podia ser superado a curto prazo” (Zau, 2009: 244).

Em 10 de Setembro de 1944, sob o Decreto-Lei nº 45908, é aprovada Reforma do Ensino Primário Elementar nas Províncias Ultramarinas. Esse diploma instituiu a escolaridade primária obrigatória e gratuita “para as crianças dos 6 aos 12 anos” (Soares, 2002: 13). O ensino primário era constituído por quatro classes precedidas de uma classe preparatória e formando um só ciclo, terminando com aprovação do exame da quarta classe. “A classe preparatória visava a prática do uso oral corrente da língua nacional e actividades preparatórias da receptividade para o ensino escolarizado” (Agência Geral do Ultramar, 1966: 43)²⁰.

Curso de formação de monitores escolares

Por volta de 1962, foram criados cursos de formação de monitores escolares. Habilitados com a quarta classe, iriam leccionar crianças da primeira à quarta classe. Os referidos cursos eram ministrados pelos professores portugueses, no período de férias entre Julho e Agosto. “Até 1964 foram formados mais de 500 agentes do ensino para leccionar as ‘crianças das aldeias do mato’” (Soares, 2003: 94). A formação “de monitores e regentes escolares atingiram uma

²⁰ O governo angolano também introduziu na primeira reforma em 1977, o mesmo ciclo com quatro classes precedido da classe de iniciação (PBRSEE, 1978: 30). O termo classe é usado de igual modo para referenciar cada escalão deste nível de ensino. Assim como, se manteve as terminologias em outros níveis de Ensino e a título de exemplo: ensino primário, ensino técnico profissional e o ensino superior.

taxa em cada um dos catorze distritos administrativos, o número de 2.413 alunos, em 1965” (Henderson, 1990: 340). Porém, essa expressão nominal não teve grande impacto no desenvolvimento do ensino em termos qualitativos porque os objectivos fundamentais da política portuguesa estava centrada na expansão da cultura e da língua portuguesa. Sem ter em conta a realidade angolana, o que constituiu uma limitação muito grande na formação da população em relação ao conhecimento concreto da realidade vivencial angolana e que deveria também ter em conta a situação geográfica e cultural dos angolanos.

Os regentes escolares (mais tarde designados, Professores de Posto) com habilitações literárias ao nível do primeiro ciclo do nível secundário, eram submetidos à formação de docentes com duração de dois anos. Esta formação passou a ser ministrada em 16 cidades, a partir do ano lectivo de 1961-1962, pelas missões católicas do Cuima (Escola Teófilo Duarte), Malanje, Caconda, Ondjiva (ex-Pereira d’Eça), Cachiungo (ex-Bela Vista), Huíla, Moxico, Gabela, N’Dalatando (ex-vila Salazar) e Vouga (Soares, 2003: 95). conforme espelha o quadro 2.2.

Quadro 2.2 Datas de criação e localização das escolas de habilitação de Professores de Posto

Ano	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	Total Geral
Salvador	21/08							
H. Carvalho		20/08						
Salazar			22/12					
Luanda				28/09				
Cabinda				28/09				
Benguela				28/09				
Caconda					25/07			
Andulo					20/08			
Sant. Comba					31/12			
Belize						25/08		
Carmona						05/12		
Luso							06/01	
Malanje							06/01	
Huíla							06/01	
Bela Vista							06/01	
Cuima							06/01	
Escolas/Ano	1	1	1	3	3	2	5	16

Fonte: Zau (2009: 242-243)

Em suma, a reforma do ensino primário nas províncias ultramarinas não foi capaz de promover mudanças estruturais no ensino porque não valorizou, como deveria a formação dos monitores escolares e o papel societal que lhe fora atribuído em Angola, tendo optado por centrar a formação de pessoais docentes nos professores de posto escolares, destinados às povoações estáveis (Soares, 2012).

Criação de Escolas de Magistério Primário

Por decreto ministerial nº 44240 de 17 de Março de 1962, inserido no Boletim Oficial nº 13/62 e sob proposta do governador-geral, foram implementados as primeiras duas escolas do Magistério Primário nas cidades de Malanje e Bié (ex-Silva Porto). Por falta de inscrições que justificassem a abertura do curso na localidade de Malanje, a mesma foi transferida para Luanda, em 4 de Agosto de 1963. Até 1974 existiam no país cinco Escolas do Magistério Primário, conforme o quadro 2.3.

Quadro 2.3 Datas de Criação e locais de fixação de Escolas do Magistério Primário

Ano	1962	1963	1967	1971	1974	Total
Silva-Porto	17/03					
Luanda		24/08				
Benguela			22/04			
Malanje				26/01		
Nova Lisboa					12/04	
Escola-Ano	1	1	1	1	1	5

Fonte: Zau (2009: 242)

A partir de 30 de Outubro de 1966, o Secretário Provincial da Educação, exarava um despacho de orientação sobre o exame de instrução Primária Elementar, mais conhecido por Exame de Quarta Classe, “se poderiam aceitar candidatos a frequência das Escolas de Habilitação de Professores de Posto. Os alunos que tivessem alcançado o primeiro ciclo liceal ou equivalente” (Zau, 2009: 241). Assim, em 1974 encontravam-se distribuídos nos 9 distritos, Luanda, Malanje, Benguela, Huambo, Bié, Zaire, Uíge, Moxico e Moçâmedes, os seguintes efectivos de docentes: 2350 professores primários e 1850 professores de posto, perfazendo o total de 4200 docentes.

Recorde-se que, vinte anos antes do actual decreto estava a funcionar timidamente as primeiras instituições de formação de professores designadas Escolas do Magistério Rudimentar que podem ser consideradas como o embrião das Escolas de Habilitação de Professores de Posto.

2.2.4. A Educação no Período Pós-Independência (de 1975 a 2012)

Angola, sob influência do regime colonial português, herdou um sistema educacional baseado na estratificação social, na dependência e nos valores europeus. As escolas encontravam-se

localizadas na sociedade central, organizada e dirigida pela população branca e a assimilada. Ao passo que a população não branca encontrava-se limitada de escolas nas suas zonas periféricas, situação que provocou um elevado analfabetismo, com uma taxa de oitenta por cento, uma das mais elevadas do mundo (PNUD, 2002: 26). Além disso, Angola era considerada como o ouro da coroa portuguesa, porque fornecia a mão-de-obra barata e de matéria-prima a preços baixos para os países industriais.

Contudo, a situação vivida pelos angolanos durante a colonização portuguesa, permitiu ao novo governo de Angola, assumir as rédeas do seu processo histórico, iniciando um movimento de mobilização e mudança da sociedade local a partir dos anos de 1974 a 1975.

Um dos movimentos que o governo angolano desencadeou foi, precisamente, a mudança do sistema colonial, com maior incidência à educação como principal factor para modificar a estrutura politico-ideológica vigente. A educação representava para Agostinho Neto como uma condição essencial para a construção do novo estado. Por isso, Neto advertia:

é preciso estudar. É preciso que os jovens vão à escola. É preciso que os pais vão à escola, que as mães vão à escola, que toda a gente aprenda o suficiente para que nós possamos ter a capacidade de transformar as grandes riquezas que temos, e a transformação é um capítulo dos mais importantes para qualquer país (Neto, 1978: 37)

Depois do governo angolano ter estabelecido os princípios de acessibilidade e da gratuidade do ensino em todos os subsistemas de educação, surgiram situações imprevistas que consistiram no surgimento da grande explosão escolar, com maior impacto nas classes da iniciação e da primeira classe, e a carência de infra-estruturas e de recursos humanos em quantidade e qualidade, criaram grandes dificuldades ao Ministério da Educação e Cultura em administrar e gerir os dois primeiros anos da pós-independência, conforme referenciamos nas páginas anteriores.

Desta feita, em 9 de Dezembro de 1975 o Estado angolano aprova a lei 4/75 de 9 de Dezembro, decretava a nacionalização do sistema educativo, criando um sistema de ensino geral de formação técnica e profissional. Dando sequência ao movimento de mudanças, no que concerne a política educativa para consolidação da independência é publicado, em 1977, o decreto nº 26/77, que definia a educação como um direito assente em princípios da universalidade conforme refere o artigo 27º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que propugna que “toda a pessoa tem direito a educação [...] a educação deve visar a plena

expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais” (Silva, 2009: 2).

Nesta conformidade, o ensino passou a ser obrigatório e gratuito. Deste modo, a escola deixa de ser “um espaço privilegiado de uma raça, religião ou confissão religiosa, passa a ser um espaço aberto a todo cidadão” (Mazula, 1995: 151).

Dois anos após a independência, o Estado angolano adoptou um novo Sistema de Educação e Ensino, abreviadamente designado (SEE), que veio a ser implementado em 1978, cuja base de análise partiu, nomeadamente, “da vivência real da política e da prática da educação colonial, a experiência de ensino acumulada durante a luta pela independência nas zonas libertadas, e os princípios socialista de educação e ensino” (República Popular de Angola - Ministério da Educação, Decreto-lei nº 40/80 de 14 de Maio).

Em relação a estrutura do sistema educativo, ela apresentava três subsistemas: o Subsistema de Ensino de Base, o Subsistema de Ensino Técnico-Profissional e o Subsistema de Ensino Superior.

O Subsistema de Ensino de Base integrava duas estruturas paralelas: a estrutura de formação regular – constituída pela escola de base caracterizada pela gratuitidade e obrigatoriedade, albergando três níveis de ensino, I Nível (da primeira a quarta classe, precedida da classe de iniciação), II Nível (quinta e sexta classes) e III Nível (sétima e oitava classes). Em termos de ensino e aprendizagem a estrutura de formação de adultos tinha os mesmos objectivos que a estrutura de formação regular.

O Subsistema de Ensino Técnico-Profissional contemplava o ensino médio (da nona a décima segunda classe) e as escolas de formação profissional dos quais se destacavam os institutos médios e com relevância os Institutos Médio Normais de Educação que são um dos sujeitos do presente trabalho no contexto de formação de docentes angolanos.

O Ensino Médio e o PUNIV tinham como objectivo fundamental a preparação dos estudantes para o seu ingresso ao ensino superior ou para a vida activa ou profissional. Este tipo de ensino assemelhava-se muito das instituições implementadas a partir do regime colonial.

Subsistema do Ensino Técnico Profissional

O Ensino Técnico-Profissional ascende o escalão do Ensino de Base, tendo como objectivo fundamental o prosseguimento de conhecimentos gerais que permitem ingressar no Ensino Superior, vocacionado à formação de técnicos médios “de ramos que interessem prioritariamente ao desenvolvimento socioeconómico do País” (PBRSEE, 1978: 39).

No plano de estudo do Subsistema do Ensino para a formação de quadros contemplava as disciplinas gerais e científicas correspondentes ao ramo optado pelo candidato. Assim, o Ministério da Educação e Cultura criou vários tipos de Institutos para uma fase prioritária, em função das necessidades que o país enfrentava na altura e no presente momento, eis a lista:

- Institutos Politécnicos – para formação de técnicos médios em Mecânica, Electricidade, etc.;
- Institutos Agrários – para formação de técnicos de agronomia, Zootécnica, Veterinária, etc.;
- Institutos Normais de Educação – para formação de professores do Ensino de Base;
- Institutos minérios – para a formação de técnicos para os ramos extractivos, com principal incidência para os petróleos;
- Institutos de Construções – para formação de técnicos de construção civil, estradas, pontes, desenhadores, etc.;
- Institutos de Saúde – para formação de técnicos de Medicina, Saúde pública, análise, operadores RX, etc.;
- Institutos de Planificação, Gestão e Administração – para formação de técnicos em Administração, gestão, planificação, contabilidade, estatística, etc.;
- Institutos de Química (PBRSEE, 1978).

A selecção dos candidatos formados pelos institutos médios, para o ingresso ao Ensino Superior, obedecia os seguintes critérios que constam no (PBRSEE, 1978: 40-41):

- a) Índices da Comissão Nacional do Plano, segundo a necessidade do País em termos de quadros superiores;
- b) Proporcionalidade fixada pelo partido no poder (M.P.L.A) de acesso dos candidatos, em função da sua origem de classe;
- c) Avaliação final dos candidatos, em função de trabalho escolar, da actividade política e sindical e a dedicação ao trabalho produtivo revelado pelos candidatos.

A formação de professores desempenhava um papel relevante na construção do País, via ao socialismo. Por isso, os IMNE preparavam os professores na base da doutrina Marxista-leninista, para leccionarem no ensino de Base, as oitos classes que estava assegurada por duas estruturas paralelas (a Regular e a de Adultos) formadas por oito classes subdivididas em três níveis de formação: o I Nível de quatro classes, o II Nível de duas classes, correspondendo ao

actual Ensino Primário, e III Nível de duas classes, correspondendo o actual Ensino Secundário I Ciclo, com mais uma 9ª classe.

Cursos de formação de professores implementados em 1977

O Comité Central do MPLA, na sua 3ª reunião plenária, realizada em Outubro de 1976, considerou de extrema importância a formação de professores para a radical mudança da Educação e Ensino com vista a criação do Homem Novo Angolano, dotado de uma consciência “e moral revolucionária, capaz de compreender e conceber cientificamente o mundo e a sociedade humana e de transformar revolucionariamente a sociedade angolana” (Programa e Estatutos do MPLA-PT, 1981: 26). Em consequência dessa orientação partidária, o Estado angolano intensificou cursos de Formação de docentes para que estes não fossem apenas agentes de ensino e aprendizagem, mas, sobretudo, activistas políticos à mudanças de consciência das novas gerações. A 3ª reunião plenária reafirmava que:

O professor de novo tipo é um activista que faz as massas anteverem a nova sociedade que elas irão construir. Por isso, na própria escola, as relações que estabelece com os seus alunos, os seus colegas e superiores hierárquicos, terão de ser relações de tipo novo, de responsabilidade, de disciplina, mas também de cooperação, de solidariedade e de liberdade (PBRSEE, 1978: 45).

Com base nesse sentimento, o Ministro da Educação e Cultura (MEC), António Jacinto do Amaral Martins, em 1976, implanta os seguintes cursos:

- 1º – Cursos de Formação Acelerada – com objectivo de formar agentes de ensino, habilitados com a 6ª classe num período de 20 semanas, recebendo conhecimentos pedagógicos e políticos;
- 2º – Cursos de Superação Permanente – visam aperfeiçoar agentes de ensino que o colonialismo os designou como monitores escolares que na altura eram cerca de 15.000 agentes em Angola. Para além dos monitores escolares estavam também a frequentar o referido curso “os professores de posto”, os primários e os professores do Ensino secundário, no regime à distância por forma a assegurar a funcionalidade das escolas.
- 3º – Cursos de Qualificação – com propósito de elevar o nível pedagógico e político dos professores primários diplomados no sentido de ascensão a qualificação de Técnico médio profissional, os cursos eram ministrados no período de um ano.

Na sequência da formação de quadros, implementou-se “as escolas provisórias que eram frequentadas pelas crianças com idades superiores a 12 anos que, por vários condicionalismos, não tiveram oportunidade de frequentar o Ensino Regular. Assim foram encaminhadas para as escolas provisórias com vocação grátis” (PBRSEE, 1978: 46-47).

Apesar do esforço governamental em transformar a educação e o ensino a favor das camadas desfavorecidas, com igualdade de direitos e deveres, sem discriminação social no acesso a todos os níveis de ensino, desde o básico ao superior, portanto, um ensino não elitista mas ligado as massas proporcionando-lhes uma formação com uma qualificação técnico-profissional, a reforma evidenciada pelo governo não foi consumada devido o reacender do conflito interno entre os três beligerantes (MPLA, FNLA e UNITA) e, conseqüentemente a presença de uma economia fragilizada que condicionou a dependência cada vez maior com o exterior, provocando deste modo a dívida externa. Assim o investimento que estava direccionada para a educação diminui consideravelmente, tendo sido transferido, uma parte, para as forças armadas.

Aliada a tudo isso, a explosão escolar que, “de um total de 512.942 alunos, em 1973, passou haver 1.026.291 crianças matriculadas na pré-primária e nos 4 primeiros anos de escolaridade” (Zau, 2009: 263), não foi seguido pelo igual crescimento de professores nem pela construção de novas infra-estruturas escolares. As existentes foram alvos da guerra civil,

as pesadas destruições de infra-estruturas escolares, particularmente nas áreas rurais, o absentismo no seio dos professores, a baixa frequência escolar e as limitações no Orçamento Geral do Estado para fazer face às necessidades de investimento em recursos humanos e infra-estruturas (Zau, 2009: 269).

Todo este acervo de vicissitudes provocou o decréscimo de matrículas no ensino de base nos subsequentes anos lectivos. Em 1980/81 estavam matriculados 1.736.552 alunos e em 1984/85 matricularam-se 1.220.210 alunos (Liberato, 2013: 48).

Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n.º 13/01 de 31 de Dezembro

Com o advento do novo milénio reforça-se a Reconstrução do Sistema Educativo para o período de 1995 a 2005, que o então Ministério da Educação (MED) tinha delineado um ensino vocacionado para o desenvolvimento humano sustentável, inserido no Plano-Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema da Educação. Depois da realização da Cimeira do Milénio, o Ministério da Educação e Cultura desenvolve o “processo profundo de revisão da

política e estratégias que regulam o sector” (PNUD-Angola, 2002: 26), o que implicou a necessidade de se elaborar as estratégias integradas para melhoria do sistema de 2001 para 2015. Assim, em 31 de Dezembro de 2001, a Assembleia Nacional aprova a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 13/01, publicada no Diário Da República nº 65, I Série, fruto das transformações sócio-económicas e políticas, especificamente, a mudança da economia centralizada de caris socialista para economia de livre concorrência, tal como afirmava Zau, (2009: 364) “a construção de uma sociedade livre, democrática, de paz e progresso social, inserida no actual contexto neoliberal imposto pela globalização, acabou por substituir os objectivos anteriormente direccionados para a construção de uma sociedade socialista de tipo marxista”.

Em função dos dois documentos acima referenciados proporcionaram as reformas que foram extensivas em todo sistema educativo, para um horizonte temporal de 15 anos ou melhor até 2015²¹.

O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), sob a orientação do Ministério da Educação, elaborou uma brochura com o título “Informação sobre a Implementação do Novo Sistema educativo – Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário” (INIDE, 2009: 9-10), que tem como propósito de explicar os objectivos da reforma educativa e o cronograma de actividades. Neste âmbito, o governo aprova o plano de implementação progressivo do novo sistema de educação, em 14 de Janeiro, Decreto nº 2/05. No seu artigo nº 2 consta que a implementação do novo sistema de educação far-se-á em cinco fases, a saber:

1ª Fase – Preparação (2002-2012), consistiu na preparação de condições necessárias para assegurar o normal funcionamento como:

- “Elaboração de novos planos e programas curriculares;
- Formação do pessoal docente e gestores escolares;
- Aquisição de meios de ensino e de equipamentos escolares;
- Adequação de sistemas de administração e gestão de instituições de ensino;
- Construção e reabilitação de estabelecimentos de ensino” (Artigo 3º).

²¹ Período determinado como meta para o cumprimento dos ODM, cujo o objectivo consistia em aumentar o número de alunos a frequentar o ensino primário de 1,5 milhões para 5 milhões em 2015.

2ª Fase de experimentação (2004-2010). Etapa que consiste na aplicação dos currículos (perfis de saída, planos de estudos, programas de ensino, os materiais pedagógicos produzidos). (Diário da República de Angola, 2001: 28)

3ª Fase de Avaliação e Correção (2004-2010). Esta fase serve para identificar insuficiências e a adequação dos currículos.

4ª Fase de Generalização (2006-2011). Esta fase traduz-se na aplicação dos novos currículos (perfis de saída, planos de estudo, programas de ensino e materiais pedagógicos) em todos os estabelecimentos de ensino não superior do País.

5ª Fase de Avaliação Global (a partir de 2012). Nesta fase procede-se “avaliação de todo o sistema” (Menezes, 2010: 16).

O Plano e a Estratégias Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação (2001-2015) têm sido aplicados como guia de orientação do governo angolano para o cumprimento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio, no toca, “alcançar o ensino básico universal”, “expansão da rede escolar, a melhoria da qualidade de ensino, o reforço da eficácia do sistema de educação e a equidade do sistema de educação” (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da educação, INIDE)

No que se refere a expansão escolar, é importante realçar a Universalização da classe de iniciação, constituindo um subsistema²² e do ensino primário de seis classes, desde a 1ª até a 6ª classe. Este nível de ensino vai permitir ao aluno uma frequência em linha horizontal a partir dos seis anos até aos onze anos.

O ensino secundário compreende dois ciclos: 1º ciclo com as 7ª, 8ª e 9ª classe. O 2º ciclo, “organizado em áreas de conhecimento de acordo com a natureza dos cursos superiores a que dá acesso e compreende a 10ª 11ª e 12ª classe” (Lei nº13/01, Artigo nº 19, Diário da República nº 65).

O subsistema do ensino superior “visa a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de actividade do país. Assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana” (Lei de Base do Sistema Educativo (LBSE), 2001, Artigo 35º).

O novo sistema de ensino integra “as crianças com necessidades educativas especiais no sistema nacional de ensino, assim como a generalização da carta escolar do ensino primário e secundário” (INIDE, 2009).

²² O subsistema de educação pré escolar estrutura-se em dois ciclos: Creche e Jardim infantil. Segundo o Artigo 12º da LBSE nº 13/01, os objectivos deste subsistema consistem em promover o desenvolvimento físico, moral, estético, etc.

Na Lei de Bases do Sistema de Educação (LBSE) contempla e institucionaliza a democraticidade, a gratuidade, quer no subsistema do ensino geral quer no subsistema de educação de adultos. A Língua Portuguesa é considerada como língua de comunicação entre diferentes povos a nível nacional, mas também serve de meio para ministração do ensino. Tal como aludimos nos textos anteriores.

Quanto à “equidade do sistema de educação”:

- Garantia da igualdade de oportunidades a todos os cidadãos através de um ensino primário de qualidade, atingindo particularmente as classes mais desfavorecidas;
- Redução das disparidades de género, atingindo particularmente os portadores de deficiências psicossomáticas e as assimetrias regionais no acesso à educação (INIDE, 2009).

2.2.5. Uma Visão Global do Ensino Superior

O processo de criação e desenvolvimento do ensino superior a nível global teve o seu início na Europa, com a denominação de *Studium General*, que significava estudos gerais, sem contudo, incluírem todos os ramos do saber. Posteriormente, como referem Piletti e Piletti (2003: 56) “pelos fins do século XIV, o nome *Studium General*, foi substituído pelo de *Universitas litterarum*, que adquiriu o sentido de instituição docente e de investigação dedicada a todos os ramos do saber”. Um outro aspecto salientado por esses autores é que as universidades nasceram numa perspectiva assente nas seguintes circunstâncias: o progresso das escolas monásticas e escolas catedrais; o vigoroso influxo da ciência e da teologia; o crescimento da modernidade que incentivava o interesse pelo ensino e pelo desenvolvimento do comércio; o movimento das cruzadas, que tirou a sociedade europeia do seu isolamento.

Estes factores fizeram com que as universidades começassem, não só a exercer a investigação como também influenciar o desenvolvimento das ciências, da economia, do estabelecimento dos princípios democráticos e dos direitos humanos. Deste modo, as universidades aparecem como uma das forças motrizes e sociais na Idade Média, e serviram de modelo para as universidades, no que se refere à pesquisa e à produção do saber.

Quando se fala de ensino superior ou educação superior significa referir-se ao escalão mais elevado dos sistemas educativos, significando geralmente uma formação concluída em universidades, escolas superiores, institutos superiores e politécnicos, que conferem cursos de graduação e pós- graduação.

2.2.6. Caracterização do Ensino Superior em Angola

A partir dos anos 60 do século passado até à primeira década do século XXI, o continente africano viu-se colonizado por países da Europa, principalmente Portugal, França e Inglaterra. E, Angola, figurando entre os territórios colonizados por Portugal, sofreu em larga medida a influência portuguesa em vários planos, incluindo o da formação escolar. No entanto, Portugal, país colonizador durante quase cinco séculos, apenas nos anos 60 do século XX, deu os primeiros sinais de querer criar o ensino superior em Angola, sendo então, o Professor Adriano Moreira, Ministro do Ultramar. Foi nessa altura (Outubro de 1961) que o governador de Angola, General Venâncio Deslandes, apresentou ao professor Adriano Moreira o projecto pioneiro para a Escola Superior Politécnica de Angola-ESPA, conhecido como “Plano Deslandes”, com o objectivo de se criar uma universidade em Angola (Soares, 2004: 151).

Em Abril de 1962, foram criados Centro de Estudos Universitários de Ciências Pedagógicas, de Investigação Médica, de Ciências Económicas, de Engenharia e Investigação Agronómica distribuídos por Luanda, Lubango e Huambo, Decreto Lei 44530, Artigo Iº, (Boletim Oficial de Angola, 1962: 1194). Mas a criação desses centros foi considerada inconstitucional²³ pelo Ministério do Ultramar português, em Julho de 1962, criando-se de seguida (Agosto de 1962) os Estudos Gerais Universitários integrados na Universidade portuguesa, com cadeiras e cursos que tinham equivalência em todo território português. Esses estudos gerais incluíam vários cursos entre os quais: Ciências Pedagógicas, Médico-Cirúrgicas, Engenharias Civil, Electrónica, Industrial, Agronómica, entre outros, Decreto-lei 48790 (Boletim Oficial de Angola, 1969: 12). O mesmo Decreto Lei de 11 de Dezembro de 1968, altera a designação de Estudos Gerais para a denominação de Universidade de Luanda. Todavia, há autores que se referem ao facto de que Portugal decidiu criar a universidade em Angola sob pressão de portugueses ali residentes, de forma a proporcionar formação superior aos seus filhos. Como podemos observar através do quadro 2.4 e figura 2.1, apesar da existência dos Estudos Gerais desde o ano lectivo de 1963/64, os estudantes angolanos continuaram até ao ano lectivo 1969/70 a dar primazia à prossecução dos seus estudos em universidades portuguesas na metrópole.

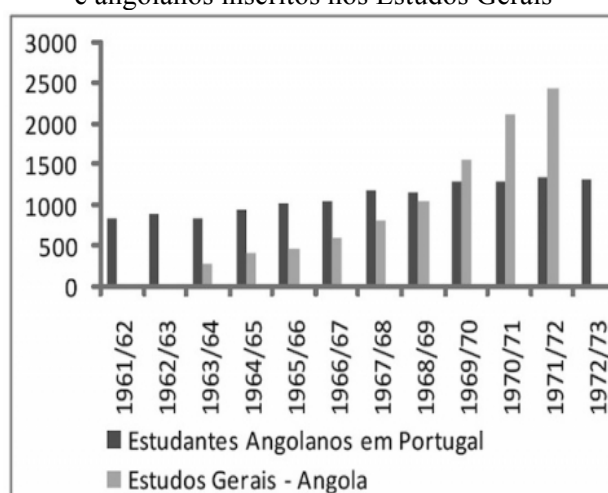
²³ Decreto nº 44 472 anulou o Diploma Legislativo nº3 235, assim como as Portarias nº 12 196 e nº 12 201.

Quadro 2.4 Estudantes angolanos inscritos em universidades portuguesas, em Estudos Gerais em Angola

Anos	Estudantes angolanos em universidades portuguesas	Estudantes angolanos matriculados nos Estudos Gerais em Angola
1961/62	855	
1962/63	896	
1963/64	839	286
1964/65	951	418
1965/66	1035	477
1966/67	1065	607
1967/68	1200	827
1968/69	1172	1074
1969/70	1305	1570
1970/71	1297	2088
1971/72	1345	2435
1972/73	1337	3094

Fonte: Anuário Estatístico do Ultramar e Anuário Estatístico da Província de Angola (1963: 9)

Figura 2.1 Número de estudantes universitários inscritos nas universidades portuguesas e angolanos inscritos nos Estudos Gerais



Fonte: Anuário Estatístico do Ultramar e Anuário Estatístico da Província de Angola (1963: 9)

Em 1975, antes da independência, a Universidade de Luanda criou dois pólos universitários com autonomia, designadamente, o pólo de Huambo e de Lubango. Com a implementação do ensino superior nos três distritos registou-se uma transformação significativa na política educativa de Angola.

A criação do ensino superior em Angola não foi, porém, apenas da iniciativa do governo português, mas também do clero. O número de estudantes matriculados nos Cursos de Filosofia e de Teologia, entre os anos lectivos de 1958/59 a 1972/73, com alguma variação pouco expressiva, foi sendo sempre crescente como podemos observar através do quadro 2.5.

Quadro 2.5 Ensino eclesiástico Superior em Angola

Anos lectivos	Número de estudantes matriculados
1958/59	87
1959/60	71
1960/61	71
1961/62	85
1962/63	105
1963/64	84
1964/65	89
1965/66	79
1966/67	92
1967/68	95
1968/69	104
1969/70	121
1970/71	145
1971/72	131
1972/73	117

Fonte: Anuário Estatístico do Ultramar e Anuário Estatístico da Província de Angola, (1963-1964: 87).

Na presente análise é igualmente importante entender a influência que os acontecimentos político-geográficos externo exerceram sobre Angola e que condicionaram, também, a implementação do Ensino Superior.

Na segunda metade do século XX, após o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, o Mundo encontrava-se política e ideologicamente dividido em dois blocos antagónicos. Por uma lado, o bloco capitalista ocidental que incluía os países da Europa Ocidental (Alemanha Federal, França, Inglaterra, Espanha, Portugal, etc.) e da América do Norte e do Sul liderados pelos EUA e por outro lado, o bloco socialista do leste constituído por países desse lado da Europa (Polónia, Alemanha do Leste, Hungria, etc.) encabeçados pela ex-União Soviética.

Esta divisão veio a fazer com que houvesse, a nível quase mundial um alinhamento de países a um ou a outro dos dois blocos. Foi assim que Angola, tornada independente em 1975, no seguimento da vitória militar de um dos partidos (MPLA) sobre os outros dois (FNLA e UNITA), se alinhou ao bloco do leste, implantando o modelo marxista da educação aos níveis primário e secundário, tendo, deste modo ficado a formação de quadros superiores aquém das necessidades reais do país devido a falta de um número suficiente de universidades. Uma grande parte de quadros superiores angolanos foi formada em universidades estrangeiras, com sistemas educativos diversos, em países ora do Leste ora do Ocidente que, em muitos casos, não correspondiam às necessidades do mercado de trabalho angolano.

Com a queda do Muro de Berlim e da implosão da União Soviética, o governo de partido único, numa postura de flexibilidade, permitiu a criação de universidades privadas que

complementando a acção da universidade pública, têm, desde então, dado o seu contributo para a educação e formação de novos e melhores quadros profissionais.

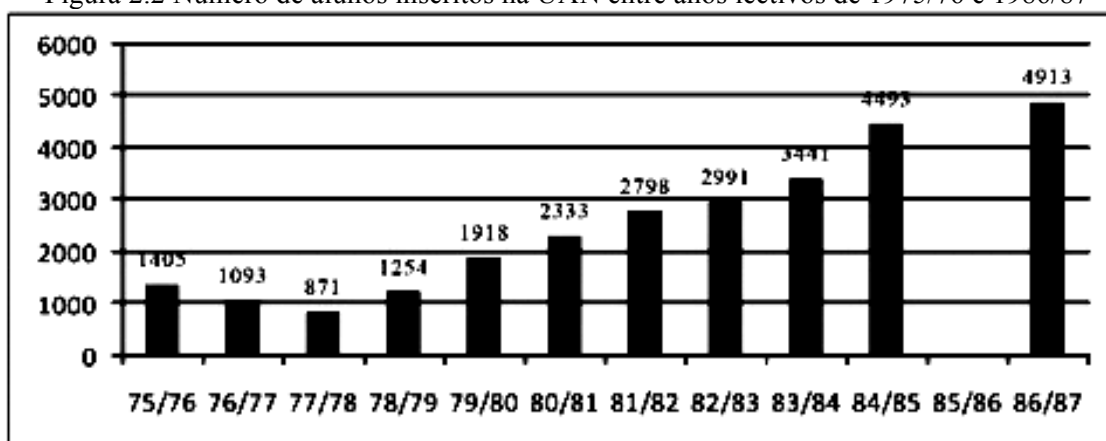
Universidade Agostinho Neto

Em 1976, um ano após a independência, a Universidade de Luanda passou a designar-se Universidade de Angola (portaria 77-A/76, com data de 28 de Setembro), e em 1985 (DR, nº 9 – I série, de 24/10/85) passou a chamar-se Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao seu primeiro reitor na Angola Independente e fundador da Nação Angolana. (Universidade Agostinho Neto, 2008: 3-4).

O exercício da prática da democracia na UAN, teve início no ano de 1997 com a realização das primeiras eleições para Reitor e Directores das Unidades Orgânicas. Estas incluíam: Faculdades, Institutos e Escolas Superiores. Cada uma destas Unidades encontra-se, ainda hoje, organizada em departamentos de ensino e investigação onde são ministrados vários cursos e especialidades em diversas áreas do saber científico.

De acordo com os dados presentes no figura 2.2 (Grilo, 1987: 16), apesar de não estarem disponíveis os dados referentes ao ano lectivo de 1985/86, o número de alunos inscritos na UAN foi aumentando, com excepção nos anos lectivos 1975/76 e 1977/78, onde se verifica um decréscimo do número de alunos (desceu de 1405, ano lectivo após a independência, para 871 alunos). Esta situação está relacionada com o início do conflito armado entre o MPLA, FNLA e UNITA.

Figura 2.2 Número de alunos inscritos na UAN entre anos lectivos de 1975/76 e 1986/87



Fonte: Grilo (1987: 25)

Distribuição espacial das Instituições do Ensino Superior

Um dos maiores constrangimentos para a distribuição espacial das instituições de Ensino Superior em Angola advém do longo período de guerra civil, uma vez que necessita de formar quadros humanos qualificados, não somente para reconstruir as infraestruturas danificadas pelo conflito armado, como para enfrentar novos desafios estabelecidos pelo processo da globalização. Neste sentido têm sido realizados avanços significativos na reconstrução das áreas destruídas pela guerra.

Angola tem apresentado um crescimento económico sem precedentes. É neste contexto que o governo angolano implementa políticas de reforma educativa, de extensão de ensino geral e na criação de regiões do subsistema do ensino superior, quer público quer privado em toda extensão territorial, sobretudo a partir de 2007 e 2009, com vista a incrementar estratégias para o desenvolvimento económico do país (ver anexo A). Cumprindo este objectivo o subsistema do ensino superior em Angola estende-se actualmente a sete regiões, assentando nas especificidades e nas estratégias de desenvolvimento económico do território nacional (Decreto nº 5/09 de 7 de Abril, publicado no Diário da República nº 65 I Série), como podemos verificar através do quadro 2.6.

Quadro 2.6 Regiões Académicas

Região Académica	Províncias	IES
I	Luanda e Bengo	UAN
II	Benguela e Kwanza-Sul	Universidade Katyavala Buila (Benguela) ISCED (Kwanza-Sul)
III	Cabinda e Zaire	Universidade 11 de Novembro (Cabinda) Escola Superior Politécnica
IV	Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje	Universidade Lueji A'Nconde (Lunda-Norte) Faculdade de Agronomia, medicina, medicina veterinária (Malange) Escola Superior Politécnica (Lunda-Sul)
V	Huambo, Bié e Moxico	Universidade Eduardo dos Santos (Huambo) Escolas Superior Politécnicas nas províncias do Bié e do Moxico
VI	Huíla, Namibe, Kwando-Kubango e Cunene	ISCED-HLA Universidade Mandume Yandemofayo (Huíla) Escolas Superreir Politécnicas nas províncias do Namibe, Cunene e Cuando Cubango;
VII	Uíge e Kwanza-Norte	Universidade Kimpa Vita (Uíge)

Fonte: Decreto Nº 5/09 de Abril

O Ensino Superior no Século XXI

O ensino superior em Angola na primeira década do século XXI, apresenta uma continuidade face aos avanços do final do século passado e pode ser considerado como coroado de êxitos em determinados aspectos, embora ainda se verifiquem algumas deficiências. Podemos, por exemplo, considerar bastante positiva a criação de universidades em quase todas as províncias, incluindo a da Huíla. Esta última tem até estendido a sua acção a quatro municípios, entre os quais se encontra o da Matala que tem sido objecto deste trabalho. Outro aspecto digno de realce é a dinâmica crescente na qualificação de docentes a nível de mestrado e de doutoramento ou outras competências adquiridas quer dentro, quer fora do país ao abrigo de bolsas de estudo internas e externas.

Há, contudo, aspectos menos positivos a considerar nesta evolução, como, por exemplo: o facto de os cursos existentes não integrarem os candidatos aprovados nos exames de acesso, sob pretexto de não terem alcançado o coeficiente mínimo pré- definido de 14 valores, e por vezes até aqueles que o tenham atingido ficam excluídos devido a critérios de selecção fixados posteriormente pela instituição sem conhecimento prévio dos candidatos que acabam por ficar fora do subsistema do ensino superior. Para além desta situação surgem outros constrangimentos subjacentes ao êxodo de docentes no período pós-independência e a fuga de quadros nacionais. Ainda hoje as universidades debatem-se com a necessidade de docentes com especialização específica para assegurarem as cadeiras que de certo modo promoveriam competências que permitiriam aos alunos participar no seu desenvolvimento pessoal e no enriquecimento da estrutura socioeconómica do país.

A consecução deste objectivo pressupõe a interacção consciente, sistemática e harmoniosa de todos actores sociais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, na investigação, e no estabelecimento de relações bilaterais através de uma boa cooperação entre as comunidades nacionais e internacionais por forma a elevar a qualidade da instrução e das instituições do ensino superior em Angola. Assim Cardoso (2008: 45), faz o seguinte apelo:

Uma verdadeira cooperação deve visar, antes de tudo, o desenvolvimento das sociedades africanas, através do desenvolvimento das suas instituições de ensino e de pesquisa, e não constituir um terreno de experimentações ou de propaganda com cobaias cegas através de financiamento disponível e que engaja os países africanos num outro ciclo de endividamento, seja ele de que tipo for.

As insuficiências que ensino superior angolano enfrenta não fogem, em regra, às das universidades africanas, em geral. Segundo a afirmação de (Neubert, 2008: 18)

A situação da maioria das universidades africanas é bem conhecida. Elas têm de lidar com classes superlotadas, bibliotecas ineficientes, falta de equipamento e por vezes edifícios muito mal conservados. As poucas universidades que funcionam bem situam-se na África do Sul.

Apesar de todos os problemas e da limitação de capacidades, as universidades africanas funcionam e, mais do que nunca, têm vindo a proporcionar o acesso ao ensino superior a um número crescente de jovens africanos.

Muito embora existam as insuficiências que têm criado alguns empecilhos quanto à formação dos jovens em termos de qualidade requerida, há que destacar algo de positivo que é reconhecido por (Neubert, 2008: 18), que a dado passo diz que, “actualmente, a sabedoria africana tem ganho reputação mundial”. Esta reputação consiste em valorizar a formação adquirida por muitos académicos africanos, dentro e fora dos seus países, com grande performance e que pela sua sapiência são contratados pelas universidades de países desenvolvidos, em particular da Europa e da América do Norte, auferindo bons salários em relação aos dos seus países de origem. Por este motivo deixaram de ensinar em universidades africanas.

A mobilidade de quadros técnicos africanos tem sido aquilo que se convencionou designar por “fuga de cérebros” (*brain drain*). Segundo a IOM²⁴, desde 1990 que África tem perdido cerca de 20.000 profissionais por ano. Em consequência, esse êxodo de técnicos afectou dramaticamente, não só o desenvolvimento das economias dos países da África Subsahariana, como também as instituições universitárias.

A aludida emigração dos técnicos africanos no geral, estava aliada, em parte, ao reacender dos conflitos armados, em geral e em particular no caso de Angola.

²⁴ Internacional Organization for Migrations, uma organização internacional congregando os governos de 122 países, sediada em Genebra (Suíça) e com estatuto de “observador” relativamente à organização das Nações Unidas.

Instituições Privadas do Ensino Superior em Angola

Em 1975, período da conquista da soberania nacional, Angola tinha uma única instituição pública de ensino superior, mas a partir de 1999 passou a contar com mais seis diferentes instituições privadas do ensino superior, nomeadamente, a Universidade Católica de Angola (UCAN), a Universidade Jean Piaget de Angola (UNI PIAGET), a Universidade Lusíada de Angola (ULA), o Instituto Superior privado de Angola (ISPRA), o Instituto Superior de relações Internacionais (IRI) e a Universidade Independente de Angola (UNIA). Actualmente, existe uma diversidade de universidades privadas e estrangeiras como a Universidade Aberta de Portugal e a Fundação Getúlio do Brasil. As universidades mencionadas estão em algumas províncias do país ministrando cursos de licenciatura e de mestrado.

2.2.7. Sector da Educação na Província da Huíla

A província da Huíla, segundo o (Relatório do Governo provincial da Huíla, 2011), situa-se a Sudeste da República de Angola, possui uma forma rectangular, é planáltica, com um clima tropical. A sua superfície territorial é de 78 879 Km² e faz fronteira com as seguintes províncias: a Norte, Benguela e Huambo; a Sul, Cunene; a Este, Bié e Kwando-Kubango; a Oeste, Namibe e Benguela. Estima-se que tenha cerca de 3.154.854 habitantes, apresentando uma densidade populacional de aproximadamente 38hab./Km². Regista, porém, uma distribuição bastante irregular no território, destacando-se: o Município do Lubango, com 450 hab./Km² (valor máximo) e o Município da Jamba com 6,5 hab./Km² (valor mínimo) (Anjos, 2011).

Administrativamente a Província da Huíla é constituída por catorze Municípios: Lubango, Quilengues, Humpata, Quipungo, Caconda, Matala, Caluquembe, Gambos, Cuango, Jamba, Chicomba, Chipindo, Chibia e Cacula. Possui 39 Comunas.

Etnologicamente, a população da Província apresenta uma identidade relativamente heterogénea, uma vez que é composta por seis grupos etnolinguísticos, nomeadamente, o Umbundo, Nhaneca-Humbi, Ganguela, Quioco, Herero e não Bantu.

Breve caracterização económica e social da província

A província da Huíla é uma das dezoito províncias com características climáticas favoráveis para o desenvolvimento económico e social da região, a zona norte é potencialmente rica em cultivo de cereais como massambala, massango, milho feijão e hortícolas. Demonstrativo, o relatório do governo da Huíla, apresenta dados do efectivo pecuário de 2011, conforme o quadro 2.7.

Quadro 2.7 Efectivo Pecuário Existente

1	2	3	4	5	6	7
Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves	Equinos	Asininos
1.243.073	1.127.100	261.700	316.100	472.800	2.132	4.441

Fonte: Anjos, 2011

No município da Jamba predomina os minérios de ferro e de ouro que em breve serão explorados depois de uma longa paralisação, devido ao conflito armado. Ao passo que na Chibia explora-se o granito negro e outras rochas ornamentais.

Em Matala existe o parque industrial para transformação do milho e tomate, ainda possui uma barragem hidroeléctrica que fornece energia as duas províncias: Huíla e Namibe.

Sector da Educação na província

A Província da Huíla, tem procurado aplicar políticas educativas conducentes a formação de crianças, jovens e adultos para garantir a paz e o desenvolvimento humano sustentável, em toda a sua extensão. Desta forma, o governo provincial está a restaurar as escolas em estado obsoleto e a construir novos estabelecimentos de ensino, de forma a evitar a grande demanda de alunos que se faz sentir em toda região planáltica e garantir o direito das gerações de hoje e das futuras no que respeita “a equidade às questões de imparcialidade e justiça social e de um maior acesso a melhor qualidade de vida” (PNUD, 2011).

A educação desempenha um papel crucial na promoção de uma nova consciência nacional. No entanto, por condicionalismos conjunturais e estruturais o governo local não tem honrado integralmente com os preceitos consignados nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), porque hoje encontramos crianças de e na rua sem amparo, algumas fora do sistema de ensino e tantas outras estudando ao ar livre, por vezes sem material didáctico. Como podemos observar através do quadro 2.8 entre 2008 e 2011 o número de escolas e salas de aula aumentaram, contudo não acompanharam o número, também crescente de alunos, havendo por isso, ainda um número elevado de salas ao ar livre (salas de aula improvisadas, debaixo de árvores, com os alunos sentados em adobes, latas de leite e cadeiras plásticas), embora com um decréscimo considerável entre 2010 e 2011.

Quadro 2.8 Escolas, salas e alunos do Ensino Primário 2008/2011 – Huíla

Escolas	2008	2009	2010	2011
Escolas	1660	1693	1713	1759
Salas de aulas	4551	5054	5161	5956
Alunos	632222	678.077	682270	695354
Turmas ao ar livre	4970	6506	6368	4476

Fonte: Anjos, 2011

O Sistema Educativo actual estrutura-se em três níveis: o primário, secundário e o superior. Antecede estes três níveis o subsistema de educação pré-escolar que se estrutura em dois ciclos: a creche e o jardim infantil. Os níveis primário e secundário encontram-se geral integrados no subsistema de ensino geral. O ensino primário encontra-se unificado por seis anos constituindo a base do ensino geral e o ponto de partida para os estudos a nível secundário.

De acordo com os dados fornecidos pela direcção provincial da educação, ciência e tecnologia da Huíla (ver anexo B), no ano lectivo de 2012/13, existiam nesta província tem 54 escola do I ciclo, com um total de 76.673 estudantes, 3 escolas do II ciclo com 22.223 estudantes e 3 escolas do II ciclo de ensino técnico-profissional com 1.018 alunos inscritos. Este panorama faz antever a necessidade de investimento em infraestruturas no II ciclo (quer geral quer técnico-profissional) de forma a garantir a prossecução dos estudos de todos os alunos inscritos, uma vez que este nível de ensino conta apenas com 6 escolas.

No que respeita à formação de professores e magistério primário, entre 2010 e 2012 formaram-se 2.564 professores nas 4 escolas existentes na província (2 de formação de professores e 2 de magistério primário), sendo que no ano lectivo de 2012/2013 encontravam-se inscritos 2.220 alunos, futuros professores.

Visão estratégica do executivo provincial para o Ensino Superior

O governo da província prevê o ingresso de 20.000 estudantes universitários por ano, oriundos de várias instituições do II ciclo (do ensino geral e do ensino técnico-profissional). Assim, torna-se necessário a criar infraestruturas, adquirir recursos informáticos e bibliotecas, que de certo modo contribuirão para formação de quadros com capacidade de inserirem-se na sociedade do conhecimento.

O governo local aconselha as direcções universitárias da província, no sentido de cultivarem nos estudantes, os seguintes valores: éticos e respeito às diferenças; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo a liberdade de ensino e de extensão em todas áreas do conhecimento (Anjos, 2011).

Em suma, a visão estratégica do governo consiste em investir na educação como factor do desenvolvimento humano com vista a promover a felicidade dos cidadãos, bem-estar da sociedade e no incentivo para uma cultura de paz e no exercício da democracia,

Considera que a promoção da educação para uma cultura de paz é actualmente tida pela UNESCO, como uma das tarefas universais e prioritárias de todos os universitários do mundo. Do mesmo modo, o autor refere que a democracia criativa e as liberdades académicas, passam incontornavelmente pela promoção de uma educação para a cultura da paz (Kajibanga, 2000: 147).

Instituições públicas e privadas do Ensino Superior na Huíla

Na província da Huíla a única Universidade pública existente é a Mandume Ya Ndemofayo, compreendendo na sua estrutura as faculdades de Economia, Direito e Medicina, ainda possui pólos nas Províncias do Cunene, Cuando Cubango e Namibe. A província contempla, o Instituto Superior Politécnico da Huíla (Arimba) e o Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla.

No que concerne ao Ensino Superior privado, a província conta com: Instituto Superior Politécnico Gregório Semedo; o Instituto Superior Politécnico Independente; o Instituto Superior Politécnico Pangeia; o Instituto Superior Politécnico Tundavala. Aguardam licenciamento no ministério, mas já em funcionamento, o Instituto Superior Politécnico Vida e o Instituto Superior Politécnico Sinodal de Angola, comumente chamado de Universidade Evangélica Sinodal de Angola UESA.

Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla

Instituto Superior de Ciências de Educação da Huíla, designado por (ISCED-HLA), situa-se no Lubango. Cidade que, em tempos remotos, foi uma das primeiras cidades do interior a possuir o ensino do segundo grau (Liceus), como o Liceu Nacional Diogo Cão, actual Universidade Mandume Ya Ndemofayo, a Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva, hoje

27 de Março, e a Escola de Regentes Agrícolas do Tchivinguiro transformada em Instituto Médio Agrário do Tchivinguiro – IMAT.

O ISCED-Lubango, fundado em 1980, possui uma reconhecida experiência na área das Ciências da Educação como Unidade Orgânica adstrita ao Centro Universitário do Lubango (CUL), até Abril de 2009. Neste espaço temporal, tinha filiais em algumas Províncias do país, como Luanda, Huambo e Huíla, confirmado a partir do Decreto nº 05/09, de 7 de Abril. Mas, sempre, dependendo da Universidade Agostinho Neto, única instituição Pública de Ensino Superior em todo o território angolano, conforme versa o seu Estatuto Orgânico (aprovado pelo decreto executivo nº 60\01 de 5 de Outubro), verificado (Universidade Agostinho Neto, 2008: 3). Feitas as mudanças e as reformas a nível da Universidade, a Huíla ganha uma nova universidade pública, a Universidade Mandume Ya Ndumufayo (situada no edifício da antiga escola do II Nível). Mas o ISCED-Huíla, continua a depender directamente do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia-MESCT, inserido na VI Região Académica, conforme o Decreto Presidencial nº 143/12, de 25 de Junho, embora tenha bastante autonomia, é com base nessa autonomia e derivada das reformas efectuadas no Ensino Superior, que se tornou possível realizar a Extensão Universitária, a título experimental.

O ISCED da Huíla compreende os seguintes Departamentos: Ciências da Educação (DCE), Ciências Sociais (DCS), Ciências Exactas (DCEX), Ciências da Natureza (DCN) e Letras Modernas (DLM).

Assim, a transformação do ISCED-Lubango em ISCED-Huíla, tornando-se uma instituição autónoma, aconteceu através do Decreto nº 7/9 do Conselho de Ministros, 12 de Maio de 2009, que confere ao ISCED-Huíla alguns princípios ligados ao ensino-pesquisa-extensão e de autonomia universitária (didáctico-científica, administrativa e de gestão financeira-patrimonial). Em 25 de Junho de 2012, sob o Decreto Presidencial nº 143, é aprovado o Estatuto Orgânico do ISCED-Huíla.

2.3. Evolução do poder municipal em Angola

A República de Angola organiza-se territorialmente em 18 províncias, 163 municípios e 523 comunas, que vão conhecendo progressivamente o processo de desconcentração, administrativa, política e económica. A desconcentração, de acordo o Decreto-Lei nº 2 /07, de 3 de Janeiro, do Ministério de Administração do Território (MAT) “é o processo administrativo através do qual um órgão da Administração Central do Estado transfere o poder a outro órgão da administração local do Estado”.

No Artigo 44º do mesmo Decreto, o poder da administração municipal é visto como o órgão desconcentrado da administração do Estado na província que tem como objectivo fundamental assegurar a realização das funções do Estado junto do município, cabendo-lhe a responsabilidade de promover e orientar o desenvolvimento económico e social, e garantir a prestação de serviços públicos da respectiva área geográfica. Primando sempre, pelo Programa de Governo do MPLA para 2012-2017. A elaboração deste programa obedeceu a um minucioso estudo, tendo como paradigma a crise económica e financeira internacional que, em 2009 “afectou severamente a economia nacional” (Programa do Governo do MPLA, 2012: 13).

Apesar da crise vivida, alguns projectos e promessas do partido foram satisfeitas, “embora nem todas as metas tenham sido cumpridas na sua plenitude” (Programa governo do MPLA, 2012: 13). Assim apresenta-se alguns factos assinaláveis:

A taxa de crescimento do PIB em 2007 de 23,2%. Em 2008 a taxa desce para 13,8%. Em 2009, com a crise a taxa do PIB caiu significativamente para 2,41%. Em 2010 houve uma ligeiro ascendente para 3,41%. Em 2011 a taxa de crescimento do PIB manteve-se com um pequeno descréscimo 3,4% e para 2012 prevê-se uma taxa de crescimento mais robusta de 8,9% (Programa do Governo do MPLA, 2012: 13-14).

O MPLA, partido no poder, reconhece que o seu programa de governação deve ser criteriosamente aplicado, passando pela melhoria de qualidade da governação, através da transparência, combate a corrupção, ao desperdício de recursos públicos. Toda esta visão, na nossa óptica, deve enquadrar-se num processo de sustentabilidade local à sustentabilidade ambiental e global, mas sempre ter em vista o princípio da democracia que consiste na participação de todos nos processos de decisão e na divisão das riquezas de forma equitativa.

Assim, alguns dos objectivos traçados a serem executados pela governação do MPLA 2012-2017:

1. Consolidar a paz, reforçar a democracia e preservar a unidade e a coesão nacional;
2. Garantir os pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento sustentável no ponto de vista territorial, económico e social;
3. O MPLA trabalhará para que o IDH de Angola actualmente situado em 0.403 se eleve para o patamar de 0.531, colocando Angola próximo dos países de rendimento médio quanto a qualidade de vida;

4. Apoiar os programas municipais de desenvolvimento integrado e combate à pobreza, em particular no meio rural, promovendo o acesso a uma alimentação de qualidade e a bens públicos essenciais à vida (água potável, saúde, educação, energia saneamento e habitação);
5. Redução da mortalidade materna e infanto-juvenil bem como da morbi-mortalidade por doenças do quadro nosológico nacional;
6. Continuar a expandir e melhorar significativamente a qualidade do sistema de educação;
7. Continuar o processo de expansão da infra-estrutura escolar do país a todos níveis do sistema de educação e ensino;
8. Prosseguir com as reformas nos diferentes subsistemas de ensino;
9. Assegurar o ingresso de 200 mil novos estudantes no subsistema do ensino superior.

2.3.1. Caracterização sócio histórica e geográfica do Município da Matala

A expansão colonial promoveu a fragmentação das sociedades tradicionais de Angola em geral. As fronteiras existentes são resultantes de:

pelo menos dois sedimentos históricos que, interpreta da seguinte maneira: O primeiro foi criado pelas próprias escolhas e invenções políticas africanas, ao passo que o segundo, que procurou sempre desconhecer o primeiro, depende essencialmente da presença estrangeira, isto é, das decisões europeias e mais ainda das operações levadas a cabo pelos europeus após a Conferência de Berlim em 1884 e 1885 (Henriques, 1997 :32).

No caso da Matala, a sua população actual é resultante da fusão de diversos povos provenientes do sul e do sudoeste de Angola que, fugindo do comércio negreiro, de trabalhos forçados perpetrados pelos europeus, e, também, do conflito pós independência, vieram fixar-se nesta região. Este fenómeno migratório é explicado por Anthony Giddens, ” como migração forçada” (Giddens, 2001: 260). Hoje, este município congrega o grupo linguístico predominante Nhaneca-Humbi que emigrou, não somente em circunstâncias já referidas, mas também para trabalhar em grandes empreendimentos que estavam a ser levados a cabo, como a barragem hidroeléctrica da Matala que fornece energia eléctrica às províncias da Huíla e Namibe. O número da população portuguesa na época colonial era elevado, em virtude do

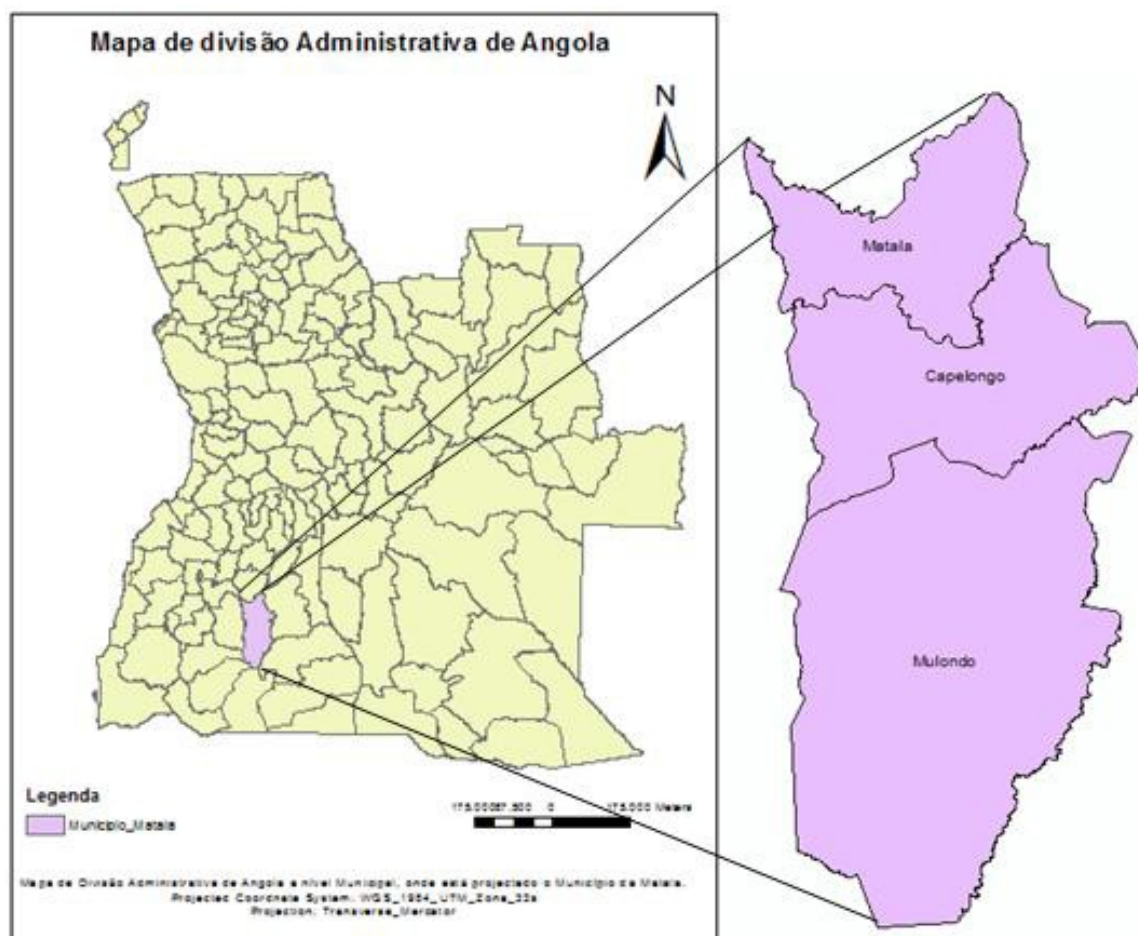
governo português ter adoptado políticas de colonatos para exploração agrícola onde se concentravam os cidadãos vindos da metrópole.

E, para controlar os empreendimentos referenciados e a respectiva população, quer europeia quer os ditos indígenas, o governo instalou o primeiro Posto Administrativo da região na localidade de Capelongo, a 28 de Outubro de 1959, pela portaria nº 14123. A Sede do Concelho de Capelongo é transferida de Vila Folgares para a Matala.

O termo a Matala, provém da língua Humbi, OMATALA que veio a ser traduzido para o português como LAGOAS, segundo o discurso dos habitantes e ratificado pelo Centro para o Desenvolvimento e Parcerias de Angola (CDPA) do Município da Matala. De facto, a Matala é rica em lagoas em toda dimensão da região. É nestas Lagoas que os habitantes praticam a pesca fluvial, capturando quantidades de peixes para sua subsistência e, por vezes, para comercialização.

O Município em referência possui uma extensão territorial de 9.070 km² e compreende as seguintes coordenadas geográficas: Latitude Sul – 14° 27' 26" e 16° 03' 00S"; Longitude Oeste – 14° 44' 20" e 15° 34' 08". Quanto à situação geográfica, o Município da Matala, fica situado na Província da Huíla, ver figura 3.1. A Matala é um dos 14 municípios da província da Huíla, situada a leste da mesma e dista 172km. O território do Município da Matala tem 222.880 habitantes, uma extensão de 9.065Km² (Nove mil e sessenta e cinco quilómetros quadrados) e uma densidade populacional 25 habitante por Km². Possui quatro comunas: Matala, Capelongo, Micosse e Mulondo. É limitado a Norte pelo município de Chicomba, a Sul pelos municípios dos Gambos e Quibanja (Província do Cunene), a Oeste pelos municípios de Quipungo e dos Gambos, a Leste pelos municípios da Jamba Mineira, Chipindo, e Cuvelai (Província do Cunene) PDI-Matala (2008: 9).

Figura 2.3 Divisão Administrativa de Angola



Fonte: João Hequer, 2011: 20.

2.3.2. Caracterização institucional Município da Matala

No decreto-lei nº 2/03/01, é estabelecido o quadro das atribuições competências, o regime jurídico de organização e o funcionamento dos governos provinciais das administrações municipais e comunais. O município da Matala foi enquadrado na classe B e passou a contar com um novo quadro orgânico, sendo, desde 2008 um dos 68 municípios que se tornaram unidades orçamentais do tipo B²⁵. Actualmente o Município, juridicamente tem o seu orçamento descentralizado, segundo a entrevista do Sr. Administrador.

²⁵ Decreto-lei nº 2 de 3 de Janeiro adapta uma tipologia de estruturação dos municípios ABC de acordo com o grau de desenvolvimento económico-social, a densidade populacional, a realidade orgânica funcional e potencial recursos.

Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica do município compreende um administrador municipal e os seus adjuntos, três administradores comunais e dois adjuntos. A administração funciona com os seguintes serviços:

- Serviço de apoio: consultivo (municipal de auscultação e concertação social), técnico, (secretária secção de estudos planeamento e estatística), Instrumental (gabinete do administrador municipal, gabinete do administrador municipal adjunto e o CDI);
- Serviços executivos: composto pelas secções dos assuntos económicos e produtivos, assuntos sociais; serviços comunitários fiscalização; secções municipais dos ministérios da educação saúde, assistência, reinserção social antigos combatentes e veteranos de guerra, juventude e desporto, família, promoção da mulher, habitação, agricultura e desenvolvimento rural registo e identificação civil e pelas: procuradoria, tribunal municipal delegação municipal do ministério do interior, repartição municipal das finanças e recentemente secção para o ensino superior (ISCED).

Os cargos de direcção são assumidos na sua maioria por técnicos superiores e médios (estes últimos em maior proporção) com excepção da comuna do Micosse onde esses lugares são ocupados por técnicos básicos.

Mecanismos de Orientação e Consulta

A participação é dos princípios estabelecidos na lei constitucional em conformidade com a lei em acima expressa. Desta forma, os munícipes devem ser chamados a fazer parte da definição da estratégia de desenvolvimento municipal, através do diálogo entre a população a administração e os órgãos governamentais partidários religiosos e as autoridades tradicionais, sobre os assuntos inerentes ao desenvolvimento, ordenamento do território e controlo da execução dos programas financiados pelo município. Este órgão designa-se conselho municipal de auscultação e concertação social tendo sido instituído, a 16 de Janeiro de 2008 e é composto por 45 membros de acordo com o decreto-lei nº 2/07.

Fundamental, também, no município é o Fórum Municipal, criado em 2008 com o objectivo de ajudar na organização e no desenvolvimento comunitário, integra os administradores comunais, as autoridades tradicionais e representantes dos sectores da igreja, empresários e organizações da sociedade civil. Destacáramos o papel fundamental que as autoridades tradicionais tiveram na instalação da sala do ISCED de Matala, nomeadamente, o papel do grande Soba, que analisaremos mais adiante neste trabalho.

2.3.3. Caracterização Social da Educação

A população da Matala na época colonial era estimada em cerca de 22018 habitantes sendo 67,28% africanos, 11,51% europeus e 1,21% eram Euro africanos (Sitra, 2009: 17). O número de Europeus era significativo, resultado da própria política colonial. Durante a época colonial verificou-se um fluxo de pessoas vindos de outros municípios, para trabalhar na construção da barragem, na montagem do caminho-de-ferro e preparação do sistema de rega nos campos.

Após a independência, o movimento da população para o município manteve-se, devido à insegurança e instabilidade político-militar (1975-2002). Esta tendência manteve-se após as eleições de 1992, com o recrudescimento da guerra, tendo neste período a população aumentado significativamente, devido a grande concentração de deslocados de guerra, à procura de tranquilidade, provenientes do Huambo, Bié, Cunene e de outras regiões.

No que concerne ao conhecimento de direitos e exercício da cidadania, existem no município, como referimos anteriormente, organizações que promovem a participação da população – CMACS e os Fóruns Municipais – no entanto é ainda muito frágil o conhecimento que os cidadãos têm das leis (e sem os quais não podem exercer em pleno a sua cidadania). A título de exemplo, sobre o registo da população,

0,8% dos agregados desconhecem que se devem registar, 0,9% não sabem onde registar-se e 2,9% consideram não ser importante [...] dos agregados com crianças dos 5 aos 9 anos e dos 10 aos 14 anos, apenas 35,6% estão registadas. As faixas etárias dos 15 aos 24 e dos 25 aos 49 anos de idade são as que têm maior percentagem (50% e 79% respectivamente) e as dos 0 aos 4 anos e com mais de 50 anos a menos (30,5% e 24,7% respectivamente). (Sitra, 2009: 35)

O mesmo problema se verifica sobre o índice de pessoas com documentos e com o licenciamento da terra.

A nível da educação, o município tem na sua estrutura um órgão que está incumbido de assegurar todas as acções respeitantes à educação: secção municipal de educação. Esta secção integra as seguintes áreas: gabinete para o ensino geral (gabinete pedagógico), ensino de adultos, alfabetização e cultura.

De acordo com os dados de 2012 (ver anexo C), existem no município 84 escolas do ensino primário, para 8.216 alunos matriculados; 8 escolas do I ciclo do ensino secundário, para 1.623 alunos matriculados; e 2 escolas do II ciclo para 2.043 alunos matriculados. Entre 2008 (Sitra, 2009: 36) e 2012, surgiu mais 1 escola do ensino primário, 5 do I ciclo do ensino

secundário e 1 do II ciclo. Sendo que na listagem de projectos a executar de 2013 a 2017, o município verá construída apenas mais 1 escola (ver anexo D), e descreve alguns melhoramentos de que serão alvo algumas das escolas existentes.

Existe alguma dificuldade em contabilizar o número de crianças que se encontra fora do sistema educativo (Sitra, 2009: 37) calculando-se que existe um número muito elevado de crianças nesta situação. As famílias alegam como razões para não frequentar a escola: o custo que tal implica (demasiado elevado), o facto de se encontrarem longe, não considerarem importante e a falta de escolas e de professores.

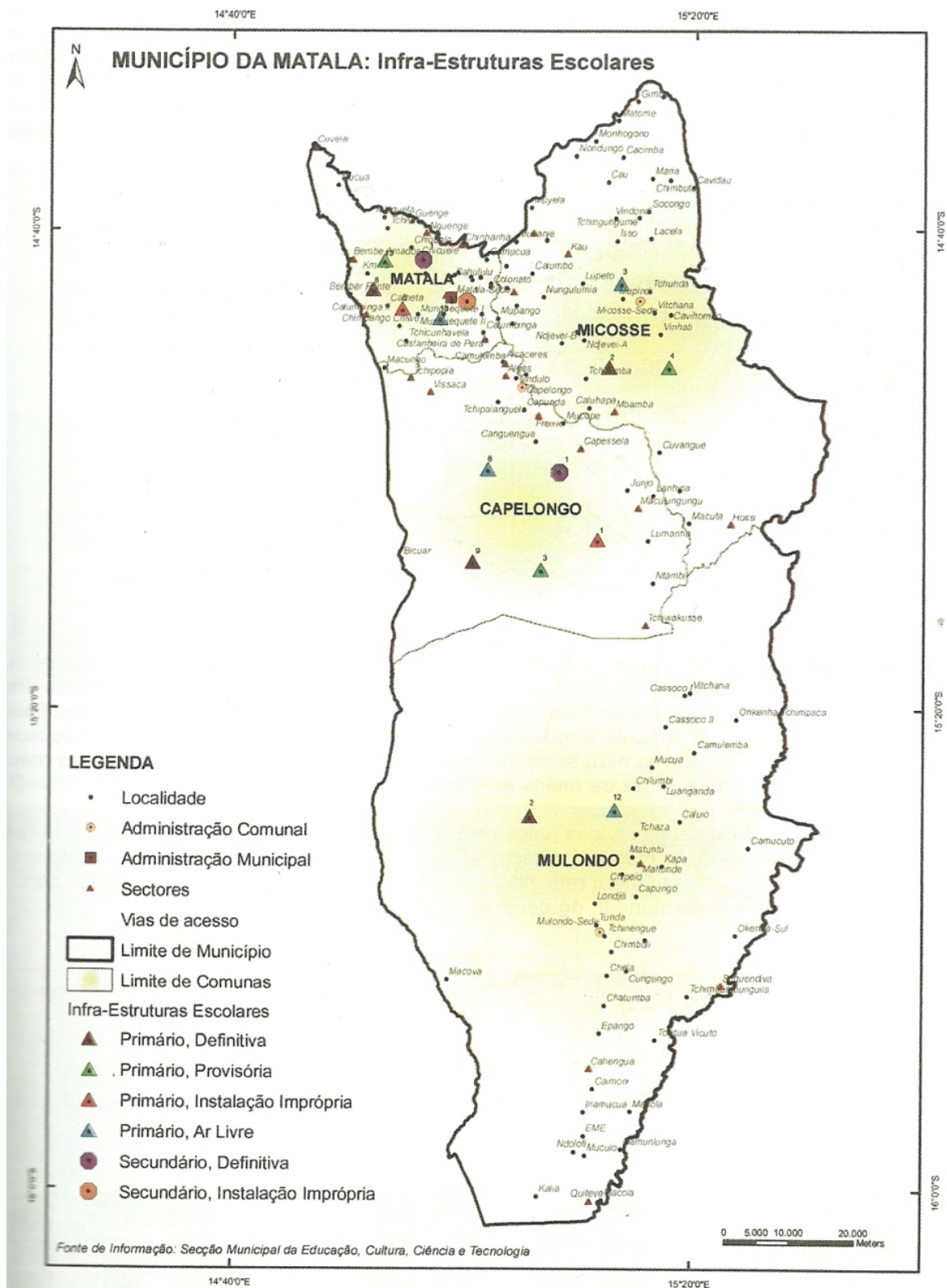
No que respeita às infra-estruturas, das escolas existentes em 2008 (referidas anteriormente),

Apenas 26,74% das escolas possuem condições mínimas apropriadas, enquanto que na grande maioria (73,26%) as condições são muito precárias (instalações provisórias, impróprias, ao ar livre ou debaixo das árvores). (Sitra, 2009: 38)

Embora na data já estivessem previstas algumas intervenções, é um facto que as escolas continuam a necessitar de intervenção, intervenção esta que conta com o financiamento da UNICEF.

Se observarmos a figura 2.4 contatamos que são muitas as localidades sem escola.

Figura 2.4 Infra-estruturas Escolares no Município de Matala



Fonte: Sitra, 2009: 39

No que concerne ao número de professores, existem cerca de 1.272 (Anexo C). Um número, que tal como em 2008 fica aquém das necessidades, nessa altura referia-se que em algumas escolas havia turmas de 80 e 120 alunos (Sitra, 2009: 39).

CAPÍTULO III – Apresentação, Análise e Tratamento de Dados

3.1. Líderes Académicos Provinciais (LP)

Identificação

Este grupo de entrevistados é composto por três personalidades: o ex-coordenador do curso pós-laboral, Dr. Joaquim Sapalo Castilho Cacumba (LP1), Vice-Director para os Assuntos Académicos, Dr. Carlos Pinto (LP2), o actual coordenador do curso pós-laboral, Dr. Rasga (LP3). A sua idade varia entre os 33 e os 45 anos.

3.1.1. Razões para Abertura da Sala do ISCED-Matala

Segundo os entrevistados após a identificação da necessidade de extensão do ISCED para a Matala, a sua implementação passou por um processo de intercâmbio burocrático entre o governo municipal da Matala e a direcção do ISCED-HLA (anexo E). A direcção do ISCED-HLA, usando da competência que lhe é atribuída pelo Artigo 18º, alínea n), Diário da República nº 120, I Série, viabilizou a criação da sala do ISCED-Matala. De acordo com o ex-coordenador do curso pós laboral do ISCED-HLA, Dr. Castilho (LP1), “A política do Executivo Angolano consiste em prestar serviços junto do consumidor, contrariamente ao que vinha acontecendo”, houve uma resposta do ISCED-Huíla para satisfazer as necessidades das sociedades Huilanas no âmbito da formação superior (Anexo N).

O Dr. Carlos Pinto reforça esta afirmação dizendo que: “a implementação do ensino superior na Matala baseou-se, em primeira instância, no cumprimento das orientações do governo central como o (MESCT), no sentido de se estender a rede do ensino superior em todo território do país, por forma a suprir a grande demanda de estudantes que se regista a nível da Província da Huila”, aliás “o Instituto Normal de Educação (IMNE) ter feito a sua extensão há mais de 10 anos, com cursos ligados ao ISCED, tendo formado durante este período, milhares de estudantes que hoje necessitam de ser absorvidos pelo ISCED” (anexo P) A título de exemplo, em 2011 houve 6.889 candidatos para 1.015 vagas (PDI-ISCED-Huíla, 2012: 7).

Também houve a pressão da população que exigia, na altura, a criação na Matala do ensino superior. O Município da Matala está a desenvolver-se economicamente e tem uma densidade populacional elevada em relação aos outros Municípios. Mesmo aqueles que estão

em pé de igualdade com o da Matala, a ministra rejeitou a proposta, o caso da Humpata e de outras regiões do território nacional”.

O Dr. Carlos Pinto considera que outra das vantagens da abertura da sala do ISCED-Matala, se prende com a alegria quer para a população em geral, quer para os “Cupapatas” em particular, que manifestam um grande entusiasmo, porque o negócio de transporte rende-lhes, quando há aulas no ensino superior. Além disso, os professores preferem dar aulas nos municípios, havendo quem peça transferência para lá se fixarem, pois o subsídio supera os salários mensais, ou seja, ganha-se mais com os subsídios do que com o salário estabelecido (a título demonstrativo, anexo R). A localização geográfica dos municípios é uma das condições que permitem aos municípios vizinhos terem acesso aos nossos serviços. O interesse e a disponibilidade da administração local em apoiar o Projecto, principalmente a nível institucional e de instalações (LP1, Vice Director do Instituto Politécnico de Arimba-Huíla).

3.1.2. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala

De acordo com o LP1, foram utilizadas estratégias que permitiram a instalação da SALA do ISCED e ultrapassar a inexistência de orientações para a extensão do ISCED-Matala. Assim, após algumas reuniões entre a Direcção do ISCED-Huíla, a Coordenação do Curso Pós-Laboral local e as Administrações Municipais, a que posteriormente se juntaram opiniões de dirigentes do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, adoptaram-se as seguintes estratégias:

1. Trabalhar estreitamente com o Governo Provincial da Huíla e com as respectivas Administrações municipais locais para o seu apoio em relação à sua disponibilização e comparticipação quanto às instalações de ensino e de habitação para os docentes que se deslocam do Lubango”;
2. Optar pela instalação de uma SALA e não um pólo, pois sabiam que não havia, tal como em Humpata infra-estruturas capazes de ter condições para a instalação de um pólo. Anteriormente o MECT recusou a instalação de um pólo do ISCED em Humpata.

A extensão do ensino superior está consignada no Programa do Governo do MPLA (2012: 88) “continuar o processo de expansão da infraestrutura escolar do país a todos os níveis do sistema de educação”. O ISCED da Matala é assim designada como sala, porque está sob dependência directa do ISCED-Huíla, quer administrativa quer financeiramente. Não se pode considerar pólo porque esta denominação é dada às instituições que

institucionalmente tenham autonomia, embora por vezes subordinadas à instituição mãe. (LP2, Director para os Assuntos Académicos do ISCED).

Em qualquer sociedade, os líderes são personalidades que possuem poder e autoridade. À primeira vista, parecem dois conceitos semelhantes que estão intrinsecamente ligados, contudo diferenciam-se. Deste modo partimos com o postulado de Max Weber, que relaciona o poder com a posição social, com o status social. Segundo (Weber, 1968: 927):

A posição de uma pessoa ou grupo na estrutura do tecido de uma sociedade se define pela real capacidade de influxo que detém, ordem aos fins que se propõe; é uma redundância desse poder, significado através de símbolos normais e por ventura ratificados socialmente pela formalização desse poder dentro da estrutura que exerce.

Partindo da lógica do pensamento do Weber quanto ao poder, que o concebe como a influência que o indivíduo exerce dentro da supra ou infra-estrutura sobre os súbditos, de realizar os seus propósitos mesmo que seja contra vontade do colectivo. Esta afirmação vai ao encontro do pensamento de Anthony Giddens que sublinha que, “o poder é a capacidade dos indivíduos ou grupos possuírem para fazer valer os seus próprios interesses mesmo quando os outros se opõem” (Giddens, 2010: 424). No caso da Matala os líderes através do poder e de autoridade que o governo central lhes legitimou, aplicaram estratégias que conduziram na implementação do ensino superior na Matala.

3.2. Líderes Municipais e Tradicionais

Identificação

Em todo o processo foi muito importante a intervenção dos Líderes municipal, nomeadamente o administrador municipal, Miguel António Paiva Vicente, de 52 anos, e tradicional, o Soba Grande, João Chitala Kahuvi, de 70 anos, que coordenaram esforços e encetaram contactos que conduziram à extensão da sala do ISCED na Matala.

3.2.1. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala

A Administração local possui uma estrutura orgânica, cujo poder decisório se baseia na Lei17/99, que integra os Serviços de Apoio como órgão do Conselho Municipal de Auscultação e Concertação Social constituído por vários responsáveis, entre os quais o Soba grande como autoridade tradicional que, segundo Sitra (2009), tem jogado um papel importante na resolução de vários problemas, como conflitos (familiares, caso de acusações

de feitiçarias, violência doméstica, uso de terras destinadas a pastos no seio das comunidades), sob a sua jurisdição.

O Administrador Municipal referiu-nos (anexo I) que o processo deu início a partir da pressão da comunidade local. Os jovens e adultos que concluíam o ensino médio e pretendiam a continuidade dos seus estudos tinham de abandonar o Município, além disso, “registávamos ausência constante dos funcionários nos locais de serviço porque deslocavam-se ao Lubango” para frequentar o Ensino Superior. Foi necessário, ainda antes de avançar com um pedido formal, fazer um levantamento do número de munícipes com curso médio, “houve uma grande articulação entre a Administração e as autoridades tradicionais que realizaram o censo da população académica com o curso médio concluído”.

Concluindo, o Administrador, referiu que a Matala tem um potencial económico que assegura a sustentabilidade do Município. Deste feita, a Administração está engajada nas seguintes tarefas:

1º – Desenvolver um diagnóstico retrospectivo do Município quanto a sua caracterização, análises das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças;

2º – Visão do Desenvolvimento a curte, médio e longo prazo: Redimensionamento da Agricultura;

3º – Aumento dos serviços sociais básicos e desenvolvimento comunitário. Assim, estamos primando pelos princípios estabelecidos pelo PNUD quanto aos ODM: Erradicação da pobreza, alcançar o ensino primário universal, integrar todas crianças fora do subsistema de ensino geral, reduzir a mortalidade infantil, assegurar a sustentabilidade ambiental, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

O Sr. Administrador pediu-me para fazer senso na minha área de jurisdição de estudantes com curso médio concluído”, foi com esta afirmação que o Sr. Soba Grande iniciou a nossa entrevista (anexo 21). O seu desempenho de Soba Grande, de autoridade tradicional, confere-lhe alguma vantagem no conhecimento mais detalhado do terreno, das pessoas, das suas necessidades. É ele que controla o Bairro Kahuvi Kahululu e aplica a justiça em casos domésticos como “adultério, feitiço e outros que a polícia não consegue resolver”. Foi também mediante o seu aval que a Sala se instalou na escola do I ciclo e que se identificou “o terreno com 15 hectares de superfície, onde se vai construir o complexo universitário.

3.3. Coordenadores de curso

Identificação

Os coordenadores de curso estão identificados no ponto 3.1 como líderes académicos provinciais – o ex-coordenador do curso pós-laboral, Dr. Joaquim Sapalo Castilho Cacumba (LP1), de 33 anos, e o actual coordenador do curso pós-laboral Dr. Rasga (LP3), de 42 anos – sendo que analisaremos agora em maior detalhe as estratégias que utilizaram para que fosse possível instalar a Sala do ISCED na Matala.

3.3.1. Estratégias utilizadas para a abertura da sala do ISCED-Matala

Entrevistados sobre as razões da implementação do ensino superior na Matala os coordenadores destacaram, por um lado, as potencialidades do Município face aos municípios vizinhos: “com elevado potencial demográfico, agro-pecuário e académico a nível da Província, para além de Caluquembe e Caconda. Faz fronteira com a Província do Cunene, Municípios do Quipungo, Kuvango, Chipindo e Chicomba que, também beneficiaram desta implementação do ensino superior e os seus alunos se encontram matriculados na Sala do ISCED-Matala. Estas foram as razões que presidiram na escolha da Matala. Todavia, este Município foi o último a beneficiar da extensão do ISCED, em Abril de 2012, com a designação de Sala do ISCED. Sala, porque a estrutura física é pertença do Ministério da Educação” (LP2, Coordenador do curso pós-laboral do ISCED-HUÍLA).

Por outro lado, salientaram a pressão da população local, com vontade e necessidade de prosseguir os seus estudos: “A motivação liga-se pelo elevado número de estudantes que procura ingressar no ensino superior. Esta demanda de estudantes só pode ser minimizada com criação de mais instituições do ensino superior. E foi nesta base que se implementou o ensino superior na Matala para contemplar a população académica naquele município que na sua maioria são professores dos distintos níveis do ensino” (Coordenador do curso pós-laboral, Dr. Rasga, de 43 anos de idade, sexo masculino, de profissão professor auxiliar no ISCED).

Esta motivação está estreitamente ligada com um dos objectivos do Programa do Governo do MPLA (2012: 88) “assegurar o ingresso de 200 mil novos estudantes no sistema do ensino superior”. Sobre a capacidade dos docentes ao serviço da SALA do ISCED, o Dr. Rasga enquanto coordenador do curso de formação de professores pós laboral, sublinhou que, “os professores que leccionam na Matala são quadros do ISCED-Lubango, em exercício há mais de 5 anos de serviço e possuem a qualidade exigida. Os professores que leccionam na Matala foram seleccionados pelo Conselho Científico do ISCED. Os seleccionados...

possuem competências para proporcionarem nos estudantes capacidades cognitivas, afectivas, psicomotoras, como o saber fazer, o saber investigar, saber ser, e outras competências...eles formam competências nos estudantes, como o saber-fazer, saber-ser e a investigação aplicada. Em relação ao aproveitamento académico, obtivemos os seguintes resultados: dos 126 alunos matriculados, seis vieram transferidos do Lubango, 102 transitaram para o 2º ano e reprovaram 20 e quatro desistências. Equivalente a 82% de sucesso” (anexo O). Através do método de observação constatou-se que a sala do ensino secundário I ciclo, onde esta instalada a sala do ISCED-Matala, está apetrechada de carteiras de acordo a estrutura fisiológica dos alunos daquele nível de ensino, com idades entre 14 e 16 anos. Esta situação requer uma especial atenção, pois a estrutura física dos alunos do ISCED é superior ao dos adolescentes. Contudo, são identificadas outras carências, “enfrentamos problemas dos quais se destacam; a falta de edifício escolar, internet e meios informáticos, recursos humanos como professores de línguas: Português, Inglês e Francês. Esta situação não vai comprometer a formação dos Estudantes” (LP3, Coordenador do Curso Pós Laboral do ISCED).

As competências são a capacidade do indivíduo de gerenciar as actividades que lhe forem incumbidas com habilidade, por forma a dar solução a qualquer situação imprevista, recorrendo aos conhecimentos adquiridos. Para Newberger (1983, citado por Jonnarert, 2009: 42) “ser competente é essencialmente pôr em acção um conjunto de habilidades, de conhecimentos e de capacidades que vão ter um impacto sobre a a tarefa a executar”.

Adoptaram-se medidas para motivar o corpo docente a engajar-se no desenvolvimento destes programas de extensão dos serviços e produtos do ISCED-Huíla aos municípios. Entre várias medidas podemos destacar o valor diferenciado em relação ao salário (devido à distância de cada município em relação ao Lubango, um docente da Chibia ganha 20% mais que o valor da mesma categoria no Lubango, o de Caluquembe e Matala 25% enquanto o de Caconda ganha 30% mais sobre o salário base). Esta compensação aos professores da Huíla, tem criado um mau estar no seio dos académicos porque são denominados “professor turbo” (ver anexo R).

Citando, Ferreira (2004: 144):

os salários auferidos pelos professores angolanos enquanto tais, não permitem um rendimento que garanta a sua sobrevivência e a da família. Assim, muitas vezes, acumulam a actividade docente como forma de conseguir condições mínimas de sobrevivência.

Para além da compensação financeira, os docentes beneficiaram de outras medidas: “a outra medida tem a ver com a disponibilidade de transporte para todos os dias e todos docentes. E por último, a clarificação dos reais benefícios profissionais que os docentes do ISCED-Huíla podem retirar desta inovação: não só como perspectivas de ganhos salariais, mas também como novas formas (mais amplas e colectivas) de relação professor/aluno, elaboração de novas dinâmicas de trabalho em equipa e o surgimento de novas concepções didácticas” (LP3, Coordenador do curso pós laboral do ISCED-Huíla).

A segunda, está estreitamente ligada na aplicação da política do Governo Central, que consiste em levar a universidade nas regiões onde há necessidade da sua existência por forma a resolver os problemas da formação dos estudantes como também os da sociedade onde ela está inserida. Para Lopes (2008: 69),

as universidades são centros de reprodução do capital intelectual, também é preciso que as universidades não fiquem só fazendo formação mas que tenham um papel activo na sociedade como as universidades que foram criadas na Europa.

Segundo Delors (citado por Hengemühle, 2004: 13):

aprender a conhecer, isto é, adquirir instrumento de compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente, aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes.

3.4. Os docentes

Identificação

Foram entrevistados nove professores (P), oito homens e uma mulher, sendo que oito têm idade compreendida entre os 40 e os 70 anos e uma entre os 50 e 59 anos.

Quadro 3.1 Ponto Médio por frequência

Idade	Frequência	Género
40 – 70	8	Masculino
50 – 59	1	Feminino
Total	9	

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bell (2010: 190)

3.4.1. Opinião dos docentes sobre a abertura da sala do ISCED-Matala

Os docentes entrevistados (anexo G) veem a instalação da SALA como um “acto de democracia” (P3), pois permite que a Educação chegue a mais angolanos, não só aos que residem na Matala mas também “veio colher os estudantes das regiões limítrofes como: Cunene, Jamba, Quipungo, Kuvango e Chicomba” (P1). A municipalização do Ensino Superior é encarada como a possibilidade de aumentar o número de quadros superiores, “É necessário, precisa-se, de quadros para satisfazer a grande carência que tanto se faz sentir a nível do município como noutras regiões do país” (P6) Consideram porém que tem de ser, urgentemente, acompanhada de infraestruturas, “Lamento, bastante, porque esta implementação tem mais carácter político do que formativo” (P5). Bibliotecas e tecnologias de informação e comunicação, são encaradas como necessidades basilares para o desenvolvimento de um ensino capaz de formar quadros competentes, “A política de estender as universidades nas zonas recônditas a nível do país precisa de ser acompanhada de políticas de sustentabilidade como a instalação de condições como imperativo de promover um ensino de qualidade, deixando o ensino de improvisações” (P9).

Apesar dos constrangimentos materiais, todos concordam que conseguirão desenvolver competências essenciais ao exercício de funções futuras nos seus alunos, ainda assim, apontam outro factor que pode afectar o processo de ensino-aprendizagem, “uma minoria de estudantes trazem consigo uma boa bagagem para enfrentar novos desafios de ensino, ao passo que os restantes apresentam muita debilidade” (P2). Os professores apontam também algumas fragilidades à SALA, identificando áreas de actuação urgente com vista ao desenvolvimento integral dos alunos e ao desenvolvimento de capacidades fundamentais.

É necessário que a Direcção do ISCED recrute mais professores na área de linguística para colmatar o grande fosso que existe porque sem as cadeiras de Português, Inglês e Francês a formação dos estudantes ficará mutilada. Os estudantes já vêm com algumas deficiências nesta área e se continuar com a mesma carência em nada se contribui. Também aludiu a carência de meios informáticos e bibliotecários (P1, sexo feminino, 57 anos de idade, professora assistente).

O académico João Mosca (2009, citado por Costa, 2012: 8), a propósito da proliferação do ensino superior, refere a este propósito:

Verifica-se a proliferação espacial de universidades, pequenas escolas e institutos universitários pelo país. Com “turbo docentes” e muitas vezes não capacitados. Sem instalações apropriadas, acervo bibliotecário, acesso à informação online, nem

laboratórios. O bom objectivo de fazer chegar escolas superiores às zonas menos desenvolvidas, não deve ser à custa dos requisitos mínimos para que o ensino se possa realizar com qualidade. As universidades necessitam ter escala e massa crítica como condição para o bom ensino e aprendizagem.

Outras dificuldades sentidas prendem-se com a falta de pré-requisitos dos estudantes e consequentemente com a necessidade de maior trabalho e estudo:

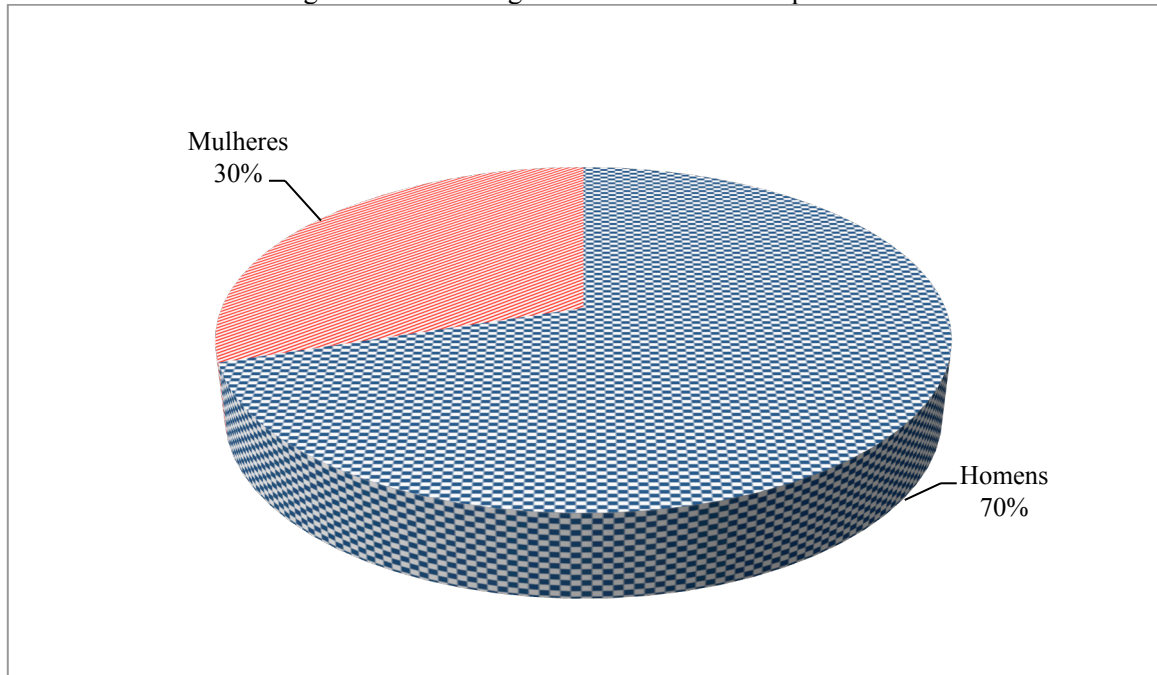
Os estudantes que frequentam esta sala do ISCED-Matala têm muitas debilidades, falta de capacidade reflexiva nas temáticas que temos dado. Torna-se imperioso sanar as debilidades através de muito trabalho com tarefas específicas e outras para desenvolverem o intelecto. (P2, sexo masculino, 54 anos de idade, professor Auxiliar).

3.5. Estudantes

Identificação

Foram entrevistados 30 alunos, estudantes do ISCED da Matala (alunos de história, psicologia e pedagogia). Foram encontrados de forma aleatória e constituem 1/3 do total dos alunos da sala ISCED da Matala (são 120). São do sexo masculino e do sexo feminino. O grupo de estudantes (ES) é o maior da amostra, totalizando trinta entrevistados. Destes, vinte e um são homens e nove são mulheres, cujas idades se compreendem entre os 20 e os 59 anos. A maioria, 23 alunos têm entre os 20 e os 39 anos e 7 entre os 40 e os 59 anos. 56,6% dos alunos são do Município da Matala, dos municípios do Kuvango, Jamba e Quipungo são oriundos 6,6%, respectivamente, e os restantes 23,3% de outros municípios. Entre os três cursos disponíveis encontramos 13 alunos inscritos em História, 8 homens e 5 mulheres, 12 em Pedagogia, 8 homens e 4 mulheres, e 5 em Psicologia, todos homens, conforme dados seguintes.

Figura 3.1 Percentagem de alunos inscritos por sexo



Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bell (2010: 128).

Quadro 3.2 Alunos inscrito por sexo

Homens	Mulheres	Total
21	09	30

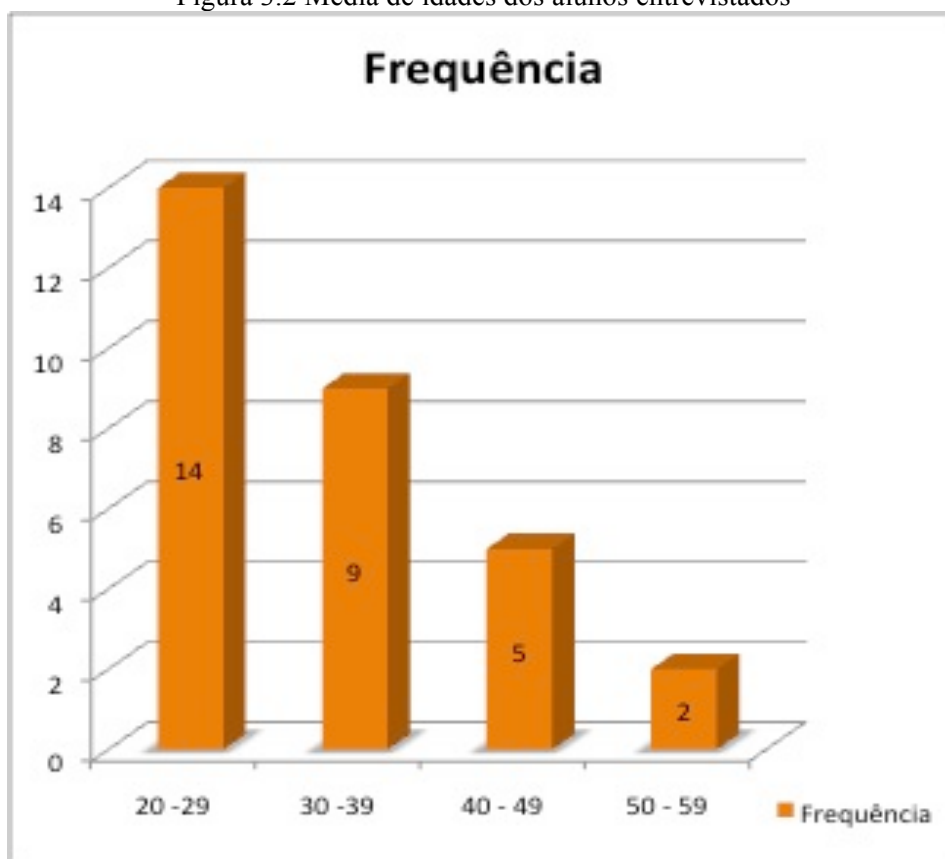
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bell (2010: 128).

Quadro 3.3 Média de idades dos alunos entrevistados

Idade	Frequência	Ponto médio	Frequência x ponto médio
20-29	14	25	350
30-39	09	35	315
40-49	05	45	225
50-59	02	55	110
Total	30		1000

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3.2 Média de idades dos alunos entrevistados



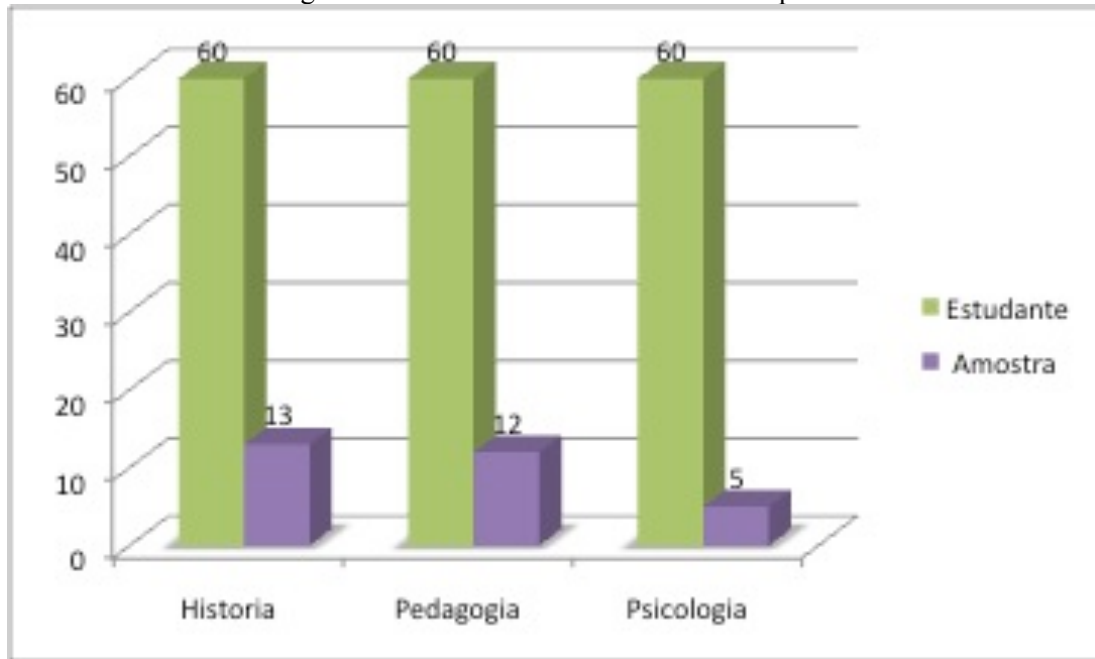
Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 3.4 Estudantes Inscritos por Cadeiras

População	Estudante	Amostra	Percentagens
Historia	60	13	10,84
Pedagogia	60	12	10
Psicologia	60	05	04,16
Total	120	30	25%

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3.3 Número de estudantes inscritos por cadeira



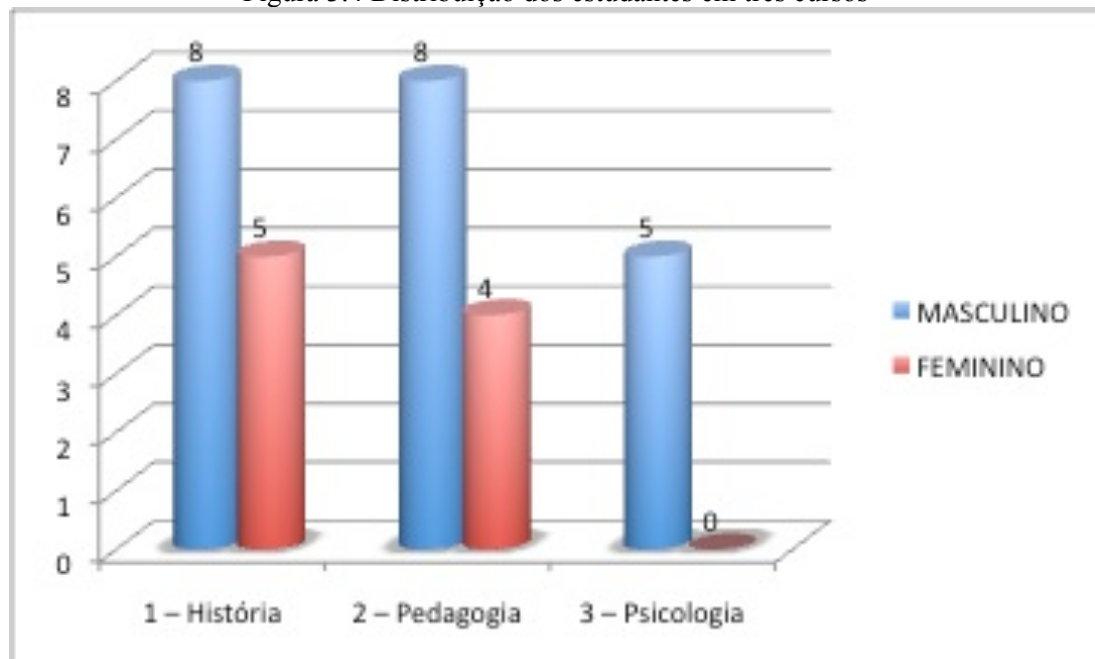
Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Bell (2010: 196)

Quadro 3.5 Distribuição dos estudantes em três cursos

Cursos	Masculino	Feminino	Total	Percentagens
1 – História	08	05	13	43,3%
2 – Pedagogia	08	04	12	40%
3 – Psicologia	05	-	05	16,7%
Total	21	09	30	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 3.4 Distribuição dos estudantes em três cursos



Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 3.6 Distribuição dos estudantes por municípios adjacentes a Matala

Municípios	Masculino	Feminino	Total	Porcentagens
Matala	12	05	17	56,6%
Kuvango	01	01	02	6,6%
Jamba	02	00	02	6,6%
Quipungo	01	01	02	6,6%
Chicomba	00	00	00	0%
Outros	06	01	07	23,3%
Total	22	06	30	100%

Fonte: Elaborado pelo autor

3.5.1. Opinião dos alunos sobre a abertura da sala do ISCED-Matala

Os estudantes foram unânimes em explicar que a implementação do ensino superior veio satisfazer a grande demanda de estudantes, na sequência da necessidade de ingressar no ensino superior, “A implementação do E.S. em Matala constitui uma grande opção governamental” (ES 16, anexo F), “A implementação do Ensino Superior veio dar resposta as urgentes preocupações dos jovens quanto ao seu ingresso ao Ensino Superior” (ES 18, anexo F), “A implementação do Ensino Superior é o esforço do governo local para absorver os jovens e adultos com o ensino médio concluído” (ES 24, anexo F).

Apesar do entusiasmo e até algum orgulho com que falam da implementação da Sala do ISCED na Matala, “A implementação do E.S. em Matala veio garantir a nossa presença e satisfazer o nosso grande desejo de formação superior no Município. Caso inédito no País” (ES 5, anexo F), alguns alunos registaram também as dificuldades que alguns dos seus pares têm no acesso ao ensino superior, “A implementação do E.S. em Matala é bem-vinda porque veio suprir a carência que se fazia sentir por parte dos jovens estudantes. Só que as propinas são elevadas para quem não trabalha” (ES 17, anexo F).

Os estudantes (anexo F) identificaram algumas fragilidades na SALA, relacionadas com a ausência de estruturas de apoio ao ensino e com as características do espaço onde se instalou a Sala, “É pena, não termos uma biblioteca e um laboratório informático” (ES1), ainda assim reforçam que o corpo docente tem muita experiência e qualidade, sendo por isso, capazes de colmatar essas necessidades. Outras fragilidades, não necessitam de ser pronunciadas, apenas observadas, as salas onde têm aulas apresentam mobiliário ajustado aos estudantes mais novos, do 1º ciclo, sendo, por isso, visível o desconforto gerado aos adultos, cujos corpos são demasiado grandes para as cadeiras e secretárias.

A ausência de biblioteca e de meios informáticos são apontados unanimemente como deficiências da Sala, mas há alunos que registam outros défices, “esta formação deveria estar aliada com cadeiras de Português e de Línguas estrangeiras” (ES03, anexo F). Porém, existe

nos alunos uma enorme confiança no corpo docente, “são professores que têm muita experiência” (ES16, anexo F), “são veteranos professores conhecedores das cadeiras que ensinam” (ES19, anexo F), que, associada à enorme vontade que têm de aprender, certamente constituirá uma forma de alcançar sucesso e suprir as necessidades. Haidt, a esse respeito, refere que, “a autêntica aprendizagem ocorre quando o aluno está interessado e se mostra empenhado em aprender, isto é quando está motivado. É a motivação interior do aluno que impulsiona e vitaliza o acto de estudar e aprender” (Haidt, 2004: 75).

3.6. Directores das Escolas Secundárias da Matala, Iº e IIº Ciclos

Identificação

Pintal Chitawa, de 42 anos, é o director da escola do Iº ciclo da Matala, e Manuel Morais Sitra, de 46 anos é o director da escola Secundária do IIº ciclo.

3.6.1. Opinião dos Directores das Escolas Secundárias da Matala, Iº e IIº ciclos sobre a Abertura da Sala do ISCED-Matala

O director da escola do Iº ciclo, Pintal Chitawa, demonstra grande satisfação pela instalação da Sala do ISCED na Matala, e com o facto desta funcionar na escola onde é director, “A implementação do ensino superior na região veio colmatar o grande problema que tínhamos da formação contínua”. Sendo uma figura importantíssima em todo este processo, “Fui indicado pela direcção do ISCED-HLA no sentido de gerir o período das aulas nocturnas para organizar os livros de sumário, registo das presenças dos professores e de outras questões inerentes a gestão da sala”. Manifesta, ainda, total confiança no corpo docente e na sua capacidade em formar futuros professores “os professores são competentes dispõe de competências no seu exercício” (anexo K).

Manuel Morais Sitra, reforça aquela que é uma opinião generalizada em todos os informantes que participaram neste estudo: “A implementação do ensino superior na região veio colmatar o grande problema que tínhamos de dar continuidade a formação superior aos quadros que concluíam o ensino médio no Município”. No seu entender, para além da razão anterior, a instalação da Sala contribuirá para o desenvolvimento da região, “as universidades têm um grande papel na transmissão de saberes que contribuirão de certo modo na transformação do capital humano e, conseqüentemente da sociedade”. Na sequência desta afirmação, referiu que na sua escola existem professores que se encontram a frequentar a sala e que já se sentem mudanças, “os professores desta escola desde a sua frequência na sala do

ISCED-Matala já se registam mudanças pela forma de ensinar, fruto de conhecimentos pedagógicos que adquiriram.” (anexo L).

3.7. Chefe de Repartição Municipal de Educação

Identificação

O chefe de repartição municipal de educação, Augusto João, tem 48 anos e é Licenciado.

3.7.1. Opinião do Chefe de Repartição Municipal de Educação sobre a Abertura da Sala do ISCED-Matala

Augusto João, reconhece a enorme necessidade que o município tinha e que foi suprida com a instalação da Sala “A implementação do ensino superior na região veio colmatar o grande problema que tínhamos de dar continuidade a formação superior aos quadros que concluíam o ensino médio no Município”. Desta forma, e na sua opinião será possível o desenvolvimento do município, “porque as universidades têm um grande papel na transmissão de saberes que contribuirão de certo modo na transformação do capital humano e, conseqüentemente da sociedade” (anexo J).

3.8. Empresários

Identificação

O grupo de empresários entrevistado constitui-se por três homens de diferentes áreas de actuação e com diferentes habilitações literárias – um professor de 48 anos, um agrónomo de 50 anos e um agricultor com a 4ª classe.

3.8.1. Opinião dos empresários sobre a abertura da sala do ISCED-Matala

Sendo esta “região predominantemente agro-pecuária é necessário que o governo pense em edificar escolas do ensino secundário para formar quadros na área referenciada. Exemplo, edificar um instituto agro-pecuário como a do Tchivinguiro” (empresário 1, anexo M). Um dos desafios do ISCED-Huíla consiste e em trabalhar no sentido de firmar parcerias (colaboração entre instituições de diferentes tipos, cooperação empresas/universidades, convénios com organizações públicas e/ou organizações não governamentais) para racionalizar e diminuir os custos envolvidos neste projecto.

Segundo o Programa de Governo do MPLA (2012: 38) no período entre 2012-2017 se deve adoptar políticas cooperação: “Criação e consolidação de dinâmicas entre empresas e,

entre estas e o sistema de ensino e formação, os centros do saber, as [...], criando o ecossistema de desenvolvimento dos clusters”.

Em síntese os líderes da província conceberam e aplicaram procedimentos políticos públicos na implementação do ensino superior e os quadros humanos foram encontrados por intervenção do conselho científico do ISCED-Huíla. Os professores que leccionam na sala do ISCED-Matala consideram possuir competências para formar outras nos seus estudantes, apesar das dificuldades nos níveis científico e tecnológico. A escolha do Município partiu dos pressupostos demográficos, geográficos e, conseqüentemente da pressão dos académicos aí residentes. Todos os entrevistados são unânimes na opinião positiva sobre a decisão o governo de implementar o ensino superior na Matala. Todavia, segundo os entrevistados a criação do ensino superior deveria ser acompanhada de dois elementos fundamentais: recursos materiais informáticos e recursos didáticos.

Este é um processo e como tal ainda não está concluído ainda assim podemos afirmar que a implementação do ensino superior nesta região sul da Angola é um acto de democracia que hoje se vive. Dando possibilidades a todos cidadãos acesso à educação como força motriz para o desenvolvimento. Formar quadros capazes de dar solução aos variados problemas que o país vive, referimo-nos a condições humanas como: água potável, saneamento básico, medidas profiláticas, etc. Citando Ferreira (2012: 19):

A educação é simultaneamente um direito humano fundamental e um factor essencial de desenvolvimento. Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26º) afirmava-se já que toda a pessoa tem direito à educação e que esta deve visar a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos e das liberdades fundamentais, favorecendo a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos grupos raciais ou religiosos [...] obrigação dos estados de tornarem o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajarem a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas crianças e tornarem o ensino superior acessível a todos em função das capacidades de cada um.

CONCLUSÃO

A educação deverá ser analisada como um fenómeno social em permanente evolução. Nela são imprescindíveis os actores sociais, com as suas motivações e participação, em articulação com as políticas educativas e formativas da sociedade em que se integram. É o principal factor responsável pela evolução das sociedades, na procura de desenvolvimento e bem-estar humano e social.

A municipalização do Ensino Superior em Angola, enquadra-se num processo de desenvolvimento que se quer para o país, procurando satisfazer as necessidades da comunidade local, descentralizando os pólos de tomada de decisão e dotando as populações locais de responsabilidade de execução e direcção (Desenvolvimento participativo e social).

Até esta fase de proliferação do Ensino Superior, Angola atravessou (e ainda atravessa) muitas dificuldades na implementação de uma educação verdadeiramente acessível a todos. As reformas educativas em Angola foram sempre resultado dos modelos importados do seu colonizador, tendo de enfrentar diversos constrangimentos, por um lado, a dificuldade de chegar a um território tão vasto, em detrimento de uma educação histórica não formal, mais apoiada na coesão familiar; por outro lado, as dificuldades económicas que impossibilitam muitos angolanos do acesso ao ensino básico e o desmotiva da prossecução dos mesmos, o que leva à enorme falta de quadros qualificados, de material didáctico, de instalações e de equipamentos.

Angola tem apresentado um crescimento económico sem precedentes. É neste contexto que o governo angolano tem implementado políticas de reforma educativa, de extensão de ensino geral, pretendendo cumprir um dos objectivos do ODM, no toca, “alcançar o ensino básico universal”, e de criação de regiões do subsistema do ensino superior, quer público quer privado em toda extensão territorial, sobretudo a partir de 2007 e 2009, com vista a incrementar estratégias para o desenvolvimento económico do país.

A implementação do Ensino Superior em Angola tem-se debatido com vários problemas: a distribuição espacial das instituições; a necessidade de docentes com especialização específica para assegurarem as cadeiras que de certo modo promoveriam competências que permitiriam aos alunos participar no seu desenvolvimento pessoal e no enriquecimento da estrutura socioeconómica do país; ausência de infra-estruturas importantes na formação como bibliotecas, laboratórios, tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Considerando a questão de partida, que orientou o presente trabalho – que estratégias os líderes provinciais e municipais académicos e políticos desenvolveram para a implementação

do ISCED-HLA no município da Matala e o impacto que esta sala tem no desenvolvimento global do município? –, a pesquisa teórica e no terreno, permitem-nos retirar as seguintes conclusões: a implementação do Ensino Superior na Matala foi o resultado da pressão exercida pela comunidade estudantil local sobre o governo do município que, por sua vez reuniu com os seus correligionários para análise do problema. A mobilização dos jovens veio demonstrar:

- que o Município não conseguia fazer face às suas necessidades de formação e evolução académica;
- havia uma geração de jovens atentos e interessados na sua aprendizagem;
- os jovens pretendiam que a educação superior viesse até eles, evitando a demanda de estudantes para prossecução dos seus estudos;
- que era necessário formar quadros técnicos superiores capazes de intervir nas necessidades locais.

Esta iniciativa da comunidade estudantil e posterior aceitação por parte do governo do município, com vista à satisfação das necessidades da comunidade local, insere-se nos pressupostos de Desenvolvimento local e humano, explanados na parte teórica deste trabalho.

Considerando as necessidades locais de professores – em 2008 em algumas escolas havia turmas de 80 e 120 alunos (Sitra, 2009: 39) – e o interesse dos estudantes nesta área, o Município procurou a colaboração das estruturas centrais da Província, em especial o ISCED-Huíla. Criaram-se então as condições necessárias à concretização deste projecto: identificação de infra estruturas para o funcionamento da SALA, alojamento e alimentação dos professores, havendo de antemão a garantia de que o transporte dos docentes seria da responsabilidade da Direcção do ISCED. Estas necessidades foram colmatadas com a ajuda e empenho das autoridades locais: o Soba Grande, que comunicou a necessidade dos jovens e identificou o local ideal para a construção das futuras instalações do ISCED-HLA; o Chefe da Repartição Municipal da Educação, que realizou um levantamento dos jovens interessados na prossecução dos estudos; o Director da Escola do I Ciclo, que disponibilizou as suas instalações para a instalação da SALA; o Administrador do Município e 1º Secretário do MPLA do Município, que remeteu todas as informações e estabeleceu contacto com a província; o Vice-director do ISCED para os Assuntos académicos, o Coordenador do Curso Pós-laboral e o pelo Director do ISCED-HLA, analisaram o pedido e perceberam a urgência do mesmo. Por fim o Sr. Governador e o 1º Secretário Provincial do MPLA-Huíla deram o processo como consumado, conforme a entrevista prestada pelo Sr. Administrador Municipal da Matala.

No que concerne ao impacto que esta sala tem no desenvolvimento global do município, os directores das escolas explanam que os professores que se encontram na formação nesta SALA, já aplicam no terreno os conhecimentos metodológicos e pedagógicos que aprendem nas aulas, sendo que, os primeiros alunos inscritos na formação inicial de professores ainda se encontram em formação, terminando em 2015. Também para o desenvolvimento global do município esta SALA é de grande importância porque evita a saída de activos/docentes para o exterior (contudo considerações mais pormenorizadas apenas podemos retirar dentro de alguns anos, através, por exemplo, da análise da escolarização da população local).

A educação superior, à semelhança dos outros níveis de ensino, continua a necessitar de um grande investimento público de forma diversificar a oferta de saídas profissionais, a contrariar as desigualdades existentes e a contribuir para uma maior equidade social.

A amostra entrevistada sugere a implementação do Ensino Superior noutros ramos que colmatariam as dificuldades que os munícipes jovens e profissionais enfrentam para a sua formação contínua, além do ISCED, essencialmente direccionado para a formação de professores. Assim seriam bem-vindos cursos como: Engenharia Agronómica, Medicina Veterinária, Enfermagem, Engenharia Informática, entre outros, aumentando assim a oferta de técnicos especializados no Município.

Como vimos, ao longo desta investigação, muitas crianças continuam a não frequentar a escola devido às dificuldades de deslocação e sobretudo às dificuldades financeiras das famílias. Da mesma forma, muitos alunos encontram-se arredados da prossecução dos estudos superiores, devido ao valor das propinas. Esta situação pode ter como consequência a elitização do ensino superior, à semelhança do que acontecia na época colonial. Segundo Torres (1991), na época colonial o ensino respondia às necessidades das elites e não à formação de uma mão-de-obra qualificada.

Embora importante, a descentralização e conseqüente municipalização do ensino superior, por si só não resolve estas diferenças de acesso: é necessário uma verdadeira política pública que implique a gratuidade do acesso ao ensino. Na ajuda ao desenvolvimento do ensino superior podemos considerar a cooperação internacional. Portugal tem sido um dos principais parceiros, tal como se segue,

A educação sempre foi um sector prioritário da Cooperação Portuguesa, em virtude de factores linguísticos, históricos e de semelhança jurídico institucional, tal como expresso nos principais documentos de orientação estratégica e nos Programas Indicativos de Cooperação (PIC) acordados com os principais países parceiros (Ferreira, 2012: 13).

Cardoso, chama atenção, que “a cooperação internacional constitui um valioso instrumento para o fazer mas para que ela cumpra cabalmente esta missão ela tem de ser descolonizada e fundada em relações novas, baseadas no princípio de parcerias” (2008: 45).

Entre 2002 e 2012, o corpo docente estrangeiro totalizou 14 Doutorados e 2 Mestres (PDI-Matala, 2012: 5).

BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, Henrique (1965), *História de Angola*, Porto, Edições Afrontamento.
- Alexandre, Valetim (2000), *Velho Brasil Novas Áfricas: Portugal e o Império (1822-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- Altbach, Phillip *et al* (2003), *Trends and Perspectives in African Higher Education: An International Reference Handbook*, Indianapolis, Indiana University Press.
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da Teoria à prática e da prática à teoria”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Anjos, Issac (2011), *Caracterização Económica, Social E Política Da Província*, Lugando, Governo Provincial da Huíla.
- António, Mário (1968), *Luanda, “Ilha Crioula”*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Assunção, Juliano J. (2006), *O perfil da pobreza em Angola, Resultados do IDR (2000-2001)*, Luanda, Instituto Nacional de Estatística.
- Baptista, Artur Fernandes (2000), *Guia do Mundo 2000-2001*, Lisboa, Trinova.
- Barber, Benjamim (2005), *O Império do Medo*, Rio de Janeiro, Editora Record.
- Beaud, Stéphane e Florence Weber (2007), *Guia para a Pesquisa de Campo*, Petrópolis, Vozes.
- Bell, Judith (2010), *Como realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva Publicações.
- Bogdan, Robert e Sari Biklen (1994), *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto, Porto Editora.
- Boynard, Aluizio Peixoto *et al* (1973), *Reforma do Ensino*, Brasil, Lisa – Livros Irradiantes S.A.
- Cardoso, Carlos (2008) “A experiência do CODESRIA em matéria de cooperação académica”, em André Corsino Tolentino *et al* (orgs.), *África-Europa: Cooperação Académica* (pp. 48-58), Lisboa, Fundação Friedrich Ebert.
- Carvalho, Paulo de (2002), *Angola. Quanto tempo falta para amanhã? Reflexões sobre as crises políticas, Económica e social*, Oeiras, Celta.
- Correia, Virgílio (2007), *Educação e Desenvolvimento*, Lisboa, Colibri.
- Costa, Ana Benárd (2012), “O Impacto das Instituições de Ensino Superior nos processos de desenvolvimento local de Moçambique: o caso de Nampula”, em Yves-A. Fauré e Cristina Rodrigues (org.), *Descentralização e Dinâmicas do desenvolvimento Local em Angola e Moçambique*, Lisboa, Almedina.
- Court, David (1991), “The development of Univesity Education in Sub-saharan Africa”, em Philip Altbach (ed.), *International Higher Education. An Encyclopaedia* (pp. 329-347), Chicago e Londres, St. James Press.
- Cunha, Anabela (2008), “O degredo para Angloa na segunda metade do séculko XIX”, *Revista Angolana de Sociologia*, 2, 69-86.
- David, Wilfred (2011), “The Human Right to Development”, em Lansana Keita (ed.), *Philosophy and African Development: Theory and Practice* (pp. 37-55), Dakar, CODESRIA.

- Delors, Jacques *et al* (1997), *Educação Um tesouro a Descobrir*, Lisboa, ASA.
- Dias, Jill (1984), “Uma Questão de Identidade: Respostas Intelectuais às Transformações Económicas no Seio da Elite Crioula da Angola Portuguesa entre 1870 e 1930”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 1, 61-94.
- Dias, Patrick V. (1990), “Educação e Desenvolvimento na África Sub-sariana: Desajustamentos Conceptuais e Logros Ideológicos”, *Revista Internacional de estudos Africanos*, 12-13, 263-320.
- Dower, N. (1986), “Sustainability and the Right to Development”, em R. Attfeld e B. Wilkins (eds.), *International Justice and the Third World*, Londres, Routledge.
- Ferreira, Maria João da Silva Mendes (2005), “Educação política em Angola. Uma proposta de diferenciação social”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 7-8, 105-124.
- Ferreira, Patrícia Magalhães (2012), *Entre o Saber e o Fazer: A educação na cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Gonçalo da Silveira.
- Ferreira, Raquel (2004), “A força de um Passado Comum: Relações Brasil-PALOP”, *Janus*, 86-87.
- Fortin, Marie-Fabienne (2003), *O processo de investigação: da Concepção à realização*, Lisboa, Lusociência.
- Frazão, Serra (1947), “Indígena e gentílico (breve apontamento filológico)”, *O Mundo Português*, 8, 183-187.
- Giddens, Anthony (2001), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Giddens, Anthony (2010), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Graça, Pedro Borges (2005), *A construção da Nação em África: (ambivalência Cultural de Moçambique)*, Lisboa, Almedina
- Grilo, Marçal (1987), *Estudo Global: Universidade Agostinho Neto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Haidt, Regina Célia Cazaux (2004), *Curso de Didática Geral*, São Paulo, Ática.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1990), “Educação e Desenvolvimento em África: Papel problemático das Teorias”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12-13, 253-261.
- Henderson, Lawrence (1990), *A Igreja em Angola*, Lisboa, Editorial Além-Mar.
- Hengemühle, Adelar (2005), *Gestão de Ensino e Práticas Pedagógicas*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Henriques, Isabel de Castro (1997), “Presenças Angolanas nos Documentos Portugueses”, em Jill R. Dias (org.), *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola Construindo a passado Angolano: As fontes e a sua Interpretação*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos dos Portugueses.
- Huquer, João (2010), *Projecto de Implementação do modelo de S.I.G. na Administração Municipal da Matala*, Dissertação de Mestrado em Estatística e Gestão de Informação, Lisboa, Universidade Nova Lisboa.
- Jonnaert, Philippe (2009), *Competências e Socioconstrutivismo*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Kajibanga, Víctor (2000), “Ensino Superior e dimensão cultural do Desenvolvimento: reflexões sobre o papel do Ensino Superior em Angola”, *Africana Studia*, 3, 137-151.
- Khôi, Lê Thânh (1990), “Educação, Cultura e desenvolvimento em África”, Lisboa, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12-13, 321-330.

- Lewis, W. Arthur (1960), *Teoria do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Liberato, Ermelinda (2013), *Educação e Desenvolvimento: Formação Superior de Angolanos em Portugal e no Brasil*, Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Lopes, Carlos (2008), “Os quatro desafios para a cooperação académica”, em André Tolentino *et al* (orgs.), *África-Europa: Cooperação Académica*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert.
- Martins, Oliveira (1953), *O Brasil e as colónias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores.
- Matos, Norton (1926), *A Província de Angola*, Porto, Edição de Marânus.
- Mazula, Brazão (1995), *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Menezes, M. Azancot (2010), *Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola. Estudo de caso nas Províncias de Luanda, Huambo e Huíla*. (Online). Disponível em: <http://iscd.ed.ao/assets/290/Azancot%20de%20Menezes-Reforma%20Educativa%20em%20Angola.pdf>
- Mills, Charles Wright (1982), *A imaginação Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Ministério da Educação (1978), *Princípios de Base para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na R.P.A*, Angola, Ministério da Educação.
- Monteiro, Agostinho dos Reis (s.a.), *Educação, Acto Político*, Lisboa, Livros Horizonte, LDA.
- Murteira, Mário (1983), *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Lisboa. Editorial Presença.
- Musgrave, W. P. (1979), *Sociologia da Educação*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Nascimento, Adão (2005), *Linhas Mestras para a melhoria da gestão do subsistema do Ensino Superior*, Luanda, Centro de documentação e de Informação (CD/SEES).
- Neto, António Agostinho (1978), *Discursos do Camarada Presidente António Agostinho Neto*, Luanda, Edição do Departamento de Educação Político Ideológica de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA-PT.
- Neto, Maria da conceição (1997), “Ideologas, contradições e Mistificações da Colonização de Angola no Século XX”, *Lusotopie*, 327-359.
- Neto, Teresa da Silva (2010), *História da educação e Desenvolvimento de angola: Grupos Nativos, Colonização e a Independência*, Brasil, Alpiarça.
- Neubert, Dieter (2008), “Cooperação universitária entre Alemanha e África – desafios e alguns ensinamentos”, em André Tolentino *et al* (org.), *África-Europa: Cooperação académica*, Lisboa, Fundação Friedrich Ebert.
- Neves, António (2011), *Justiça e Paz nas intervenções da Igreja Católica em Angola, (1989-2002)*, Tese de Doutoramento em Ciências Política, Lusofonia e Relações Internacionais, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias.
- Ngonda, Lucas Benghy (2008), “O Conceito de Desenvolvimento. Uma análise sociológica”, *Revista Angolana de sociologia*, 1, 21-33.
- Noronha, Mário de e Zélia de Noronha (1990), *Sucesso Escolar*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas.

- Olukoshi, Adebayo e Mohamed Chérif Diarra (org.) (2008), *Enjeux du financement et de la planification de l'éducation en Afrique : ce qui marche et ce qui ne marche pas ?* (pp. 1-3), Dakar, Codesria/ADEA.
- Piaget, Jean (1976), *A Equilíbrio das Estruturas Cognitivas*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Piletti, Nelson e Claudino Piletti (2003), *História da Educação*, São Paulo, Editora Ática.
- Pimenta, Fernando (2008), *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento.
- Pinto, José Madureira (1994), *Propostas para o Ensino das Ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Ponte, João Pedro (2006a), *A investigação em didáctica da matemática pode ser (mais) relevante?*, (Online).
Disponível em: [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/00-Ponte\(relevancia\).doc](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/00-Ponte(relevancia).doc)
- Ponte, João Pedro (2006), *Estudos de Caso em Educação Matemática*, (Online).
Disponível em: [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20\(Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/06-Ponte%20(Estudo%20caso).pdf)
- Prado, D. Lourenço de Almeida (1965), *Sistema de Educação do Estado da Guanabara*, Brasil, Edições de Aec Guanabara.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Reis, Felipa Lopes dos (2010), *Como Elaborar Uma Dissertação de Mestrado, Segundo Bolonha*, Lisboa, Edições de Ciências Sociais e Políticas Contemporâneas.
- Samoff, Joel (1990), "A Durabilidade da Modernização", *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 12-13, 331-353.
- Santana, Orlando Ribeiro de (1960), *Missão para o estudo da Missionologia africana. Ensino Missionário na Diocese de Sá da Bandeira*, Lisboa, s.l.
- Santo, Paula do Espírito (2010), *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génesis, Fundamentos e Problemas*, Lisboa, Edições Silabo.
- Santos, Américo Ramos dos (1984), "Problemas de Desenvolvimento de Recursos Humanos em África - O Caso dos Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa", *Revista Economia e Socialismo*, 60, 15-23.
- Santos, João Soares (2009), "Educar para Impugnar o Esquecimento", *Revista Vértice*, 146, 94-101.
- Santos, Martins (1970), *História do Ensino em Angola*, Angola, Edição dos Serviços de Educação.
- Sawyer, Akilagpa (2004), "Challenges Facing African Universities: Selected Issues", *African Studies Review*, 47 (1), 1-59.
- Secretaria de Estado para o Ensino superior (2006), *Plano de implementação das Linhas mestras para melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*, Luanda, Ministério da Educação.
- Sen, Amartya (2003), *O Desenvolvimento como Liberdade*, Lisboa, Gradiva.
- Serra, Almeida (1994), *Políticas Económicas em África: do Equilíbrio Conjuntural às Estratégias de Transformação Estrutural*, Setúbal, CESA-ISEG.

- Silva, Elisete Marques da (2003), “O papel Societal do Sistema de Ensino na Angola Colonial”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 16-17, 51-82.
- Silva, Eugénio Alves da (2009), “Educação, Globalização e Cidadania: Desafios, Tendências e Estratégias de Educação”, *Kulonga – Revista de Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares*, 4, 2-56.
- Silva, Eugénio Alves da (2012), *Universidade de Agostinho Neto. Quo vadis?*, Luanda, Editorial Kilombelombe.
- Sitra, Manuel Morais (2009), *Perfil da Matala, Província da Huíla*, EAL-Edições de Angola Lda.
- Soares, Amadeu Castilho (2002), “Levar a Escola à Sanzala - Plano de Ensino Primário Rural em Angola (1961-62)”, *Episteme: revista multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, 10, 11 e 12, 133-153.
- Soares, Amadeu Castilho (2003), “Levar a Escola Sanzala-Plano de Ensino Primário Rural em Angola”, *Revista de Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares*, Especial, 83-106.
- Soares, Amadeu Castilho (2004), “Universidade em Angola: A Sua Criação em 1962”, *Episteme: revista multidisciplinar da Universidade Técnica de Lisboa*, 13-14, 57-69.
- Sousa, Maria José & Cristina Sales Baptista (2011), *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios- segundo Bolonha*, Lisboa, Pactor.
- Sousa, Maria José e Cristina Baptista (2011), *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios – Segundo Bolonha*, Lisboa, Pactor.
- Tanga, Lino (2012), *O Ensino Indígena em Angola e o Papel dos Missionários*, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Teta, João Sebastião (2013), *Educação Superior em Angola*, (Online).
Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/cplp/arquivos/teta.pdf>
- Touraine, Alan (1992), *Crítica da Modernidade*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Vasconcelos, Marco António e Manuel Henriques Garcia (1998), *Fundamentos de Economia*, São Paulo, Saraiva.
- Veiga, Américo (1997), *A educação de Hoje*, Porto, Editorial Perpétuo Socorro.
- Vieira, Laurindo (2002), “A Construção da Escola para todos em Angola – Uma abordagem Sociológica sobre a Dimensão Política da Educação”, *Kulonga - Revista das Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares*, 1 (1) 11-25.
- Vieira, Laurindo (2003), “Educação e Desenvolvimento que relação?”, *Kulonga- Revista das Ciências da Educação e estudos multidisciplinares*, 139-146.
- Vitória, Simeão (1957), “O problema da Educação em Angola”, *Portugal em África*, 14, 5-26.
- Weber, Max (1978), *Economy and Society*, Vol. I e II, University of California Press, Berkeley.
- Weber, Max (2005), *Três tipos de poder e outros escritos*, Lisboa, Tribuna.
- Zau, Filipe (2002), *Trilhos para o Desenvolvimento*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Zau, Filipe (2009), *Educação em Angola: Novos Trilhos Para o Desenvolvimento*, Luanda, Movilivros.

Relatórios:

- Banco Mundial (BM) (1995), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- MINPLAN (2010), *Relatório sobre o Desenvolvimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, Ministério do Planeamento/PNUD-Angola.
- ONU (Organização das Nações Unidas) (2000), *Declaração do Milénio*.
- PNUD (1990), *Desarrollo Humano Informe*.
- PNUD (2000-2011), *Relatórios do Desenvolvimento Humano*.
- PNUD (2010), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- PNUD (2011), *Relatório do Desenvolvimento Humano, Sustentabilidade e equidade: Um Futuro Melhor para Todos*.
- PNUD (2013), *Relatório do Desenvolvimento Humano, A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado*.
- PNUD Angola (2000), *Os desafios Pós Guerra*.
- PNUD Angola (2002), *Os desafios Pós-Guerra*, Luanda, Nações Unidas.
- PNUD Angola (2005), *Relatório: Objectivos do Desenvolvimento do Milénio 2005*.
- PNUD Angola (2007), *Relatório do Desenvolvimento Humano*.
- Programa e Estatutos do MPLA-PT (1981), Luanda, Mukutanga-Fábrica de Livros-U:E:E.
- UNESCO (1990), *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem*.
- UNESCO (1999), *L, Éducation pour Tous: Cadre D, Action pour L, Afrique Subsaharienne: L, Éducation pour la Renaissance de L, Afrique au XXI Siècle*.
- UNESCO (2000), *Educação para todos: O Compromisso de Dakar*.
- UNESCO (2011), *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*.
- UNESCO/BREDA (2008), *Reformes de L Enseignement en Afrique: Elements de Cadrage*, Dakar.

Documentos:

- Anuário dos Estudos Gerais Universitários de Angola.
- Anuário Estatístico do Ultramar (1961-1973). Lisboa: INE.
- Boletim Informativo do ISCED-Lubango (1990), Huíla.
- Constituição da República de Angola (2010).
- Curso de Educação Política 78/79, *Documentos do 1º Congresso*, Constituição do MPLA em Partido.
- INIDE (2009). *Informação sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação*. Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (I.N.I.D.E.).
- MPLA (s.a.), *Manifesto Eleitoral*, Luanda, MPLA.
- MPLA (s.a.), *Programa de Governo do MPLA para 2012-2017*, Luanda, MPLA.
- PDI-ISCED-Huíla (2012), *Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2020)*.
- Princípios de Base Para a Reformulação do Sistema de Educação e Ensino na República Popular de Angola* (PBRSEE) (1978), Luanda, Ministério da Educação.
- PDI-Matala (Programa de Desenvolvimento Integrado) (2008).
- Programa e Estatutos do MPLA-PT (1981).

Projecto Portal do Governo, Ministério do Território, Decreto-Lei nº2/07 de 3 de Janeiro *Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário*. Luanda, Ministério da educação.
Relatório do Comité Central ao 1º congresso do MPLA (1977).
República Popular de Angola – Ministério da Educação, Decreto-lei nº 40/80 de 14 de Maio.
Universidade Agostinho Neto (UAN) (2008), *Livro do Finalista 2007/2008*, Luanda, UAN.

Boletins Oficiais

Boletim Oficial de Angola (1962), I Série Nº 36, 8 de Setembro 1962, Decreto Lei 44530.
Boletim Oficial de Angola (1969), I série Nº 2, 3 de Janeiro, Decreto Lei 48790.

Diário da República

Decreto nº 90/09, de 15 de Dezembro. DRI Série, nº 237 – aprova as Normas Gerais Reguladoras do Subsistema do Ensino Superior.
Diário da República de Angola, I Série – Nº 65, 31 de Dezembro de 2001.
Diário da República de Angola, I Série – Nº120, 25 de Junho de 2012.
Diário da República de Angola, I Série – Nº5, 9 de Janeiro de 2012.

Website

ANGOLA – Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação – http://www.inide.angoladigital.net/reforma_menu.htm.
Banco Mundial (BM) (2000), *Higher Education in Developing Countries: Peril and Promise*, Washington DC, The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, (Online).
Disponível em: <http://www.worldbank.org>
IOM - <http://www.iom.bd/>
Ministério da Administração e Território (MAT) – <http://www.mat.gov.ao/>

ANEXOS

ANEXO A

O Ministério do Ensino Superior e da Ciência e Tecnológica de Angola reconhecia, em 30/01/2012, as seguintes Instituições de Ensino Superior Particular:

- Universidade Católica de Angola
Decreto n.º 38-A/92; Dr-Suplemento de 07 de Agosto
- Universidade Jean Piaget de Angola
Decreto n.º 44-A/01; 1.ª Série n.º 30 de 6 de Junho
- Universidade Lusíadas de Angola
Decreto n.º 42-A/02; 1.ª Série n.º 66 de 20 de Agosto
- Universidade Independente de Angola
Decreto n.º 11/05; Dr 1.ª Série n.º 43 de 11 de Abril
- Universidade Privada de Angola
Decreto n.º 28/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade Gregório Semêdo
Decreto n.º 22/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade de Belas
Decreto n.º 25/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade Oscar Ribas
Decreto n.º 27/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade Metodista de Angola
Decreto n.º 30/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade Técnica de Angola
Decreto n.º 29/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Instituto Superior Técnico de Angola
Decreto n.º 24/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Universidade Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais
Decreto n.º 26/07; Dr 1.ª Série n.º 55 de 07 de Maio
- Instituto Superior Politécnico de Benguela
Decreto n.º 109/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico Metropolitano
Decreto n.º 110/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto

- Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências
Decreto n.º 111/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico de Humanidades e Tecnologias – Ekuikui II
Decreto n.º 112/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico de Cazenga
Decreto n.º 113/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico de Tundavala
Decreto n.º 114/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico de Kangojo
Decreto n.º 115/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico Independente
Decreto n.º 116/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico Pangeia
Decreto n.º 117/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto
- Instituto Superior Politécnico de Gregório Semêdo
Decreto n.º 118/11; Dr 1.ª Série n.º 149 de 5 de Agosto

Universidades públicas

- Universidade Agostinho Neto (Ciências Agrárias, Direito, Economia, Engenharia, Medicina e o Instituto Superior de Ciências da Educação), em Luanda;
- Universidade Katyavala Buíla (Benguela e Kuanza-Sul);
- Universidade 11 de Novembro (Zaire e Cabinda);
- Universidade Kimpa Vita (Úige e Kuanza-Norte);
- Universidade Lueji A’Nkonda (Lunda Norte, Lunda Sul e Malange);
- Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico);
- Universidade Mandume Ya Ndemofayo (Huíla, Cunene, Kuando-Kubango e Namibe).

ANEXO B



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA HUÍLA
GABINETE DE ESTATÍSTICA E PLANIFICAÇÃO

Para os devidos efeitos e em resposta a solicitação do docente do ISCED-Huíla, Dr. António Manuel, de 02 de Setembro de 2013, que solicita dados das instituições do Ensino Secundário I e II Ciclo, abaixo remetemos as informações:

DADOS ESTATÍSTICOS			
Designação	Nº de Escolas	Nº de alunos matriculados 2013	Nº de Professores Formados de 2010 à 2012
I Ciclo	54	76.673	0
II Ciclo Geral	03	22.223	0
II Ciclo T. Profissional	03	1.018	0
Formação de Professores	02	1.211	2.407
Magistério Primário	02	1.009	157
Total	64	104.354	2.564

Lubango, aos 03 de Setembro de 2013

Pela Área de Estatística e Planificação

ANEXO C

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
REPARTIÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA MATALA

ASSUNTO: INFORMAÇÃO SOBRE OS DADOS ESTATÍSTICOS REFERENTES ANO ^{AD}
LECTIVO 2012.

Vimos por este intermédio informar que em cumprimento ao calendário escolar estipulado pelo Ministério da Educação, após o arranque normal das aulas, a Repartição Municipal de Educação da Matala colheu os seguintes dados:

Chefe de repartição-----	1
Chefe de Secções-----	2
Directores de Escolas-----	86
Professores do Ensino Primário-----	806
Professores do I Ciclo do Ensino Secundário-----	429
Professores do II Ciclo do Ensino Secundário-----	37
Pessoal menor (Aux. limpeza e guardas)-----	12
TOTAL -----	1.373

ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizadores do Programa-----	29
Alfabetizadores efectivos-----	18
Total-----	47

ALUNOS MATRICULADOS - ALFABETIZAÇÃO

Modulo 1 -----	2.380
Modulo 2 -----	2.291
Modulo 3 -----	1.630
Total-----	6.301

ANEXO C (continuação)

NÚMERO DE ESCOLAS

Escolas do Ensino Primário-----	84
Comuna Sede-----	41
Comuna do Micosse-----	9
Comuna de Capelongo-----	21
Comuna do Mulondo-----	13
Escolas do I Ciclo do Ensino Secundário-----	8
Comuna Sede-----	5
Comuna do Micosse-----	1
Comuna de Capelongo-----	1
Comuna do Mulondo-----	1
Escolas do II Ciclo -----	2
Antena do PUNIV afecta a Comuna da Arimba-Lubango-----	1
Colégio "A Verdade vos Libertará" Ensino Secundário-----	1

ALUNOS MATRICULADOS

Ensino Primário-----	53.864
I Ciclo do Ensino Secundário-----	8.216
II Ciclo do Ensino Secundário (PUNIV)-----	1.623
Colégio "A Verdade vos Libertará" II Ciclo-----	420
Total-----	64.123

Queremos salientar que durante o ano lectivo passado, esta Repartição apoiou com 120 chapas de zinco para a cobertura de algumas salas de aulas construídas pelas comunidades.

Neste momento está em fase conclusiva a construção e apetrechamento de duas Escolas com seis (6) salas de aulas, uma na localidade da Calombinga I, Comuna de Capelongo e outra também com seis (6) salas de aulas na Comuna do Mulondo, assim como teve início a construção de 20 salas de aulas para o PUNIV.

Repartição Municipal da Educação da Matala, aos 05 de Setembro de

2012



República de Angola
 Governo Provincial da Huíla

(ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA MATALA)

LISTAGEM DE PROJECTOS À EXECUTAR DE 2013 À 2017

N.º	Designação do Projecto	Valor Kz
01	Construção de um mercado Municipal para aproximadamente 1000 ocupantes	1.17.000.000,00
02	Construção de um aterro sanitário com a devida cerca	50.000.000,00
03	Construção de uma residência para o Administrador Municipal	22.000.000,00
04	Construção de um estádio Municipal de futebol (com bancadas e balneários)	40.000.000,00
05	Construção de uma Administração Comunal de Capelongo	15.000.000,00
06	Construção de uma escola do II ciclo (ensino Médio)	75.000.000,00
07	Requalificação de 4 áreas turísticas	88.000.000,00
08	Aquisição de uma brigada de manutenção das vias	99.000.000,00
09	Construção de um complexo turístico ao longo do rio Cunene (restaurante, quadra multi-uso...)	89.503.000,00
10	Construção de PIC-PEC` s no Bairro Muvale	30.000.000,00
11	Construção de uma escola de formação profissional, Artes e Ofícios	70.000.000,00
12	Construção de 1 parque infantil	96.000.000,00
13	Electrificação do Sector de Kandjanguite	50.000.000,00

ANEXO E



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO PROVINCIAL DA HUÍLA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA MATAÍLA

(GABINETE DO ADMINISTRADOR MUNICIPAL)

À
DIRECÇÃO DO INSTITUTO
SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO DA HUÍLA

=LUBANGO=

ASSUNTO: Solicitação S/Nº/GAMM/2010

Tendo se verificado o número crescente de quadros humanos com a formação média e ausências de funcionários nos seus locais de trabalho para a formação superior na cidade do Lubango, com vista a colmatar tal situação e elevar o nível académico profissional dos munícipes neste nível, a Administração deste município, vem através desta solicitar os bons ofícios da direcção acima citada, a abertura de algumas salas anexas do ISCED – Huíla na sede Municipal da Mataíla.

Cientes que o assunto merecerá vossa especial atenção, queiram aceitar os nossos; Respeitosos cumprimentos.

GABINETE DO ADMINISTRADOR MUNICIPAL DA MATAÍLA, aos 04 de
Outubro de 2010. -

O ADMINISTRADOR MUNICIPAL

MIGUEL ANTÓNIO RAIVA VICENTE
//ECONOMISTA//

ANEXO E (continuação)

T.C.
Margarida
Margarida
Aureliano
7/12/10
M

T.C. 03/14/10
M

REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTERIO DO ENSINO SUPERIOR E CIENCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO DIRECTOR GERAL

À
Administração Municipal da Matala

- M a t a l a -

198/GAB.DIR.GERAL.ISCED_HUILA/MESCT/2010

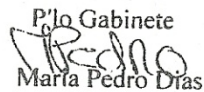
Respeitosos Cumprimentos

Em resposta a V /Solicitação S/NGAMM/2010 de 04 de Outubro 2010, Sua Excelência Senhor Director Geral em exercício , exarou o seguinte despacho.

- 1 - T.C.
 - 2 - Para uma resposta definitiva, solicitamos uma visita para um "in loco" constataremos as condições existentes.
 - 3 - Solicitamos também que no encontro a termos no local nos seja dada informação sobre o nº de possíveis candidatos e cursos de maior interesse
- ASS/Illegível
Carlos Rodrigues Pinto
15/11/010

Sem outro assunto de momento, Subscrevemo-nos com elevada consideração.

Gabinete do Director Geral do ISCED/Huíla , aos 16 de Novembro de 2010.-

P'lo Gabinete

Maria Pedro Dias

1020
002
0 P3 3010
Elisabet M

ANEXO F

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS ESTUDANTES DA SALA DO ISCED-MATALA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Caracterizar o informante	1) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, Curso que frequenta, Profissão	É possível fornecer-me os seus dados pessoais?
Compreender a importância da implementação do ensino superior em Matala e o Nível de Satisfação do estudante e as motivações dos estudantes.	2) Implementação do Ensino Superior em Matala	1ª Pergunta: Qual a sua opinião em relação a implementação do Ensino Superior em Matala?
Saber dos estudantes se os professores desenvolvem competências	3) Competências / desenvolvimento de competências.	2ª Pergunta: O ensino desenvolvido pelos professores promove competências nos estudantes? Porquê?
Conhecer as dinâmicas de organização da sala do ISCED-HLA	4) Organização da Sala	3ª Pergunta: A sala do ISCED-Matala tem biblioteca e sala de informática?

ANEXO F (cont.) - Transcrição de entrevistas dos estudantes da Sala-ISCED-Matala

ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS ESTUDANTES DA SALA DO ISCED-MATALA

ESCOLA DO ENSINO SECUNDÁRIO I CICLO “Joaquim Kahuvi Kahululu

UNIVERSO: 120 Horário Normal de Aulas

AMOSTRA: 30 Hora: 17H00 às 22H00

Dia: 04/09/2012

1ª Pergunta: Que opinião tem em relação a implementação do Ensino Superior na Matala?

2ª Pergunta: O ensino desenvolvido pelos professores promove competências nos estudantes?

3ª Pergunta: A Sala do ISCED da Matala tem Biblioteca e Sala de informática?

ENTREVISTA Nº01

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala veio beneficiar a demanda dos estudantes que se encontrava pendurada. Assim os mesmos deixarão de percorrer mais de 360 Km diários.

2ª Resposta: Sim, temos professores experientes e já estamos a registar mudanças na nossa actividade cognitiva.

3ª Não. É pena, não termos uma Biblioteca e um laboratório informático.

ENTREVISTA Nº02

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é uma mais-valia para nós. Assim temos a possibilidade de sermos formados localmente e torna-se mais económico e produtivo.

2ª Resposta: Sim, temos professores com muita experiência.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº03

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala trouxe grandes benefícios para nós, já não será necessário percorrer tantos Km para estudar ou fazer o Ensino Superior.

2ª Resposta: Sim, temos professores com muita experiência. Mas esta formação deveria estar aliada com cadeiras de Português e de Línguas estrangeiras.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº04

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala trouxe grandes benefícios para nós, já não será necessário percorrer tantos Km para estudar ou fazer o Ensino Superior.

2ª Resposta: Sim, temos professores com muita experiência.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº05

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala veio garantir a nossa presença e satisfazer o nosso grande desejo de formação superior no Município. Caso inédito no País

2ª Resposta: Sim, estou aprender algumas questões que enriquecem o meu intelecto no aspecto moral cívico, ético e noutras esferas do conhecimento.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº06

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala veio garantir a nossa presença e satisfazer o nosso grande desejo de formação superior no Município. Caso inédito no País

2ª Resposta: Sim, estou aprender coisas que eu nunca tivera ouvido e aprendido.

3ª Falta-nos bibliotecas e meios informáticos.

ENTREVISTA Nº07

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala traduz o esforço do governo na democratização do ensino.

2ª Resposta: Pelas condições a que estamos sujeitos, sim.

3ª Não. Mas seria necessário a presença das bibliotecas e de meios informáticos

ENTREVISTA Nº08

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é um bem válido, só que as propinas são elevadas para quem não trabalha.

2ª Resposta: Sim. Mas seria necessário a presença das bibliotecas e de meios informáticos.

3ª Não

ENTREVISTA Nº09

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é um bem válido, só que as propinas são elevadas para quem não trabalha.

2ª Resposta: Sim. Mas seria necessário a presença das bibliotecas e de meios informáticos

3ª Não

ENTREVISTA Nº10

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala veio satisfazer os anseios de muitos jovens que querem prosseguir com os estudos superiores.

2ª Resposta: Sim. Mas seria necessário a presença das bibliotecas e de meios informáticos

3ª Não

ENTREVISTA Nº11

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala sinónimo de salvação dos estudantes carentes do ensino superior no Município.

2ª Resposta: Sim. Mas seria necessário a presença das bibliotecas e de meios informáticos.

3ª Não

ENTREVISTA Nº12

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é a solução possível para que os utentes do município beneficiem deste valioso evento a nível do País.

2ª Resposta: Sim. Todavia seria coadjuvar as competências com a existência de bibliotecas e de meios informáticos

3ª Não

ENTREVISTA Nº13

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é benéfica para o desenvolvimento humano e da sociedade. Factor de uma mais-valia

2ª Resposta: Acho que sim, porque eles são muito dedicados para nós.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº14

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala satisfaz os nossos desejos em continuarmos para formação superior.

2ª Resposta: Sim, porque eles são muito experientes e ensinam muito bem.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº15

1ª Resposta: Sentimo-nos muito felizes com a implementação do E.S. em Matala.

2ª Resposta: Sim, porque são professores antigos e têm muita experiência.

3ª Não

ENTREVISTA Nº16

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala constitui uma grande opção governamental. Porém seria ideal que implementassem também bibliotecas e informática.

2ª Resposta: Sim, porque são professores que têm muita experiência.

3ª Não

ENTREVISTA Nº17

1ª Resposta: A implementação do E.S. em Matala é bem-vinda porque veio suprir a carência que se fazia sentir por parte dos jovens estudantes. Só que as propinas são elevadas para quem não trabalha

2ª Resposta: Sim, porque são professores dotados de muita experiência.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº18

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior veio dar resposta as urgentes preocupações dos jovens quanto ao seu ingresso ao Ensino Superior

2ª Resposta: Sim, porque são nobres professores. Porém deveria estar presentes as salas de informática e de bibliografia

3ª Não.

ENTREVISTA Nº19

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é uma mais-valia para nós continuarmos com os nossos estudos. Falta-nos livros e computadores

2ª Resposta: Sim, porque são veteranos professores conhecedores das cadeiras que ensinam.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº20

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior foi a melhor oferta que o governo granjeou a Matala e especificamente a sua população

2ª Resposta: Sim, são experientes, conhecidos os melhores professores do ISCED.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº21

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior foi a melhor oferta que o governo granjeou a Matala e especificamente a sua população

2ª Resposta: Sim, são experientes, conhecidos os melhores professores do ISCED.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº22

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é fruto das nossas preces que veio para ficar e sedentarizar os jovens.

2ª Resposta: Sim, porque são experientes. Lamenta-se a falta de bibliografia.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº23

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior veio salvar as nossas necessidades. É um bem valorizado por nós.

2ª Resposta: Sim, porque demonstram experiência. É pena que não há livros e computadores para a net.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº24

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é o esforço do governo local para absorver os jovens e adultos com o ensino médio concluído.

2ª Resposta: Sim, porque são bons professores.

3ª Não

ENTREVISTA Nº25

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior veio favorecer os técnicos médios da Educação.

2ª Resposta: Sim, porque são grandes professores.

3ª Não

ENTREVISTA Nº26

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é valorizada pelo facto de favorecer a camada mais jovem.

2ª Resposta: Sim. Porque são cientistas do tempo.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº27

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior veio salvar as nossas vidas.

2ª Resposta: Sim. Porque são os melhores professores da região.

3ª Não.

ENTREVISTA Nº28

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é uma condição que vai promover desenvolvimento humano e social da Matala.

2ª Resposta: Sim. Porque dominam os conteúdos científicos da cadeira que ministram.

3ª Não

ENTREVISTA N°29

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é uma condição que vai promover desenvolvimento humano e social da Matala.

2ª Resposta: Sim. Porque dominam os conteúdos científicos da cadeira que ministram.

3ª Não

ENTREVISTA N° 30

1ª Resposta: A implementação do Ensino Superior é uma condição que vai promover desenvolvimento humano e social da Matala.

2ª Resposta: Sim. Porque dominam os conteúdos científicos da cadeira que ministram.

3ª Não

ANEXO G

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS PROFESSORES DA SALA DO ISCED-MATALA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Caracterizar o informante	5) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecíamos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Saber se a criação da sala do ISCED-Matala foi um procedimento mais adequado no contexto da extensão do ensino superior.	6) Criação da Sala do ISCED-HLA em Matala	1ª Pergunta: Qual a sua opinião em relação a implementação do Ensino Superior em Matala?
Identificar as competências dos docentes e os pontos fortes e fracos que influenciam na formação dos estudantes.	7) Competências dos docentes	2ª – Acha que o ensino ministrado pelos professores do ISCED-HLA aos estudantes desta sala lhes promoverá competências para o exercício profissional?
Averiguar o nível intelectual actual dos estudantes	8) Competências actuais dos estudantes	3ª – O que nos pode dizer sobre as competências actuais dos estudantes de um modo geral?

ANEXO G (cont.) - Transcrição de entrevistas aos professores da Sala-ISCED-Matala

UNIVERSO: 09

AMOSTRA: 09

Perguntas

1ª - Qual a sua opinião em relação a implementação do Ensino Superior em Matala?

2ª- Acha que o ensino ministrado pelos professores do ISCED-HLA aos estudantes desta sala lhes promoverá competências para o exercício profissional?

3ª O que nos pode dizer sobre as competências actuais dos estudantes de um modo geral?

Professor – 01

R1:-A decisão foi óptima porque diminuiu a distância que separava entre os estudantes do município e o ensino superior por um lado e por outro veio colher os estudantes das regiões limítrofes como; Cunene, Jamba, Chipindo, Quipungo, Kuvango e Chicomba. Todavia, dever-se-ia ter em conta a formalização de todos recursos necessários para asseguramento da formação do estudante com competências requeridas que permitam a sua participação no desenvolvimento pessoal e da sociedade onde ele está inserido.

R2: Logicamente que sim. Mas se não forem tomadas as devidas providências quanto ao recrutamento de professores de Português e de Línguas Estrangeiras para este ano lectivo e para os restantes, não haverá desenvolvimento humano nem da sociedade.

R3: As bases dos estudantes são débeis mas com um trabalho árduo por parte dos professores e dos alunos alcançar-se-á as competências.

Professor - 02

R1.- A implementação do ensino superior na Matala é um acto de democracia que se vive hoje Angola dando possibilidade a todo cidadão o acesso a Educação. Em contra partida encontramos alguns empecilhos ligados com o ensino superior no tange a carência de edifício, internet e laboratórios informáticos. Na minha singela opinião, não se devia implementar o ensino superior sem contudo se criasse as mínimas condições para o desenvolvimento do capital humano.

R2- Claro que sim. Para isso não estaríamos aqui.

R3.Em relação a esta pergunta, sou claro e frontal, uma minoria de estudantes trazem consigo uma boa bagagem para enfrentar novos desafios de ensino, ao passo que os restantes apresentam muita debilidade. E esta debilidade vai influenciar negativamente no seu aproveitamento.

Professor - 03

R1– Esta pergunta é bastante importante na medida que o Isced Huila esta a cumprir com um dos desafios cruciais para o desenvolvimento da província no que se refere a implementação do ensino superior em Matala. Nós em Cuba não temos analfabetos, todos são letrados. Os únicos analfabetos que temos são crianças de 0 a 3anos de idade, que ironia. Agora, Angola precisa de mais quadros a todos os níveis para atingir os níveis de desenvolvimento humano e económico.

R2 – Temos competências para tal. Para isso a sala do Isced da Matala precisa de mais condições como um edifício próprio, instalação da internet e de biblioteca. Além disso é necessário o estabelecimento de intercâmbio com outras universidades das Américas, europa, África etc. para troca de experiências.

R3 – Acho que se eles estão neste nível é porque trazem consigo bases para os novos desafios.

Professor - 04

R1 – Em relação a esta questão tenho a salientar que a implementação do ensino superior na Matala veio colmatar mais uma das lacunas da necessidade de satisfazer a grande demanda de estudantes que querem ingressar ao ensino superior. Estamos todos de parabéns é uma mais-valia para todos efeitos. Seria necessário que o governo dotasse políticas de: onde existir uma escola quer do ensino médio quer do ensino superior deve-se instalar bibliotecas, Internet e laboratórios informáticos não só para os alunos como também para os professores.

R2 – Sim, por isso é que o ISCED-HLA depositou confiança em nós.

R3 – Esta pergunta torna-se um pouco abstracta em respondê-la na medida que é necessário uso de instrumentos para diagnosticar o nível do desenvolvimento de cada estudante. Contudo, ainda é prematuro de se proceder avaliação, porque estamos no princípio do ano lectivo.

Professor - 05

R1– A política de implementação é muito relevante porque visa incorporar no ensino superior os que anseiam integrar-se na sociedade do conhecimento. É bem-vinda esta extensão universitária para minimizar a demande de estudantes que se encontra fora do sistema. Lamento bastante porque esta implementação tem mais carácter político do que formativo. Isto porque há falta de infraesturas adequadas, de meios informáticos e laboratoriais.

R2 – Acho que sim, quantos já não foram formados netas circunstâncias. Temos professores competentes para potenciar estes estudantes de competências requeridas.

R3 – Apresentam muita debilidade. Como estamos no princípio do ano lectivo não dá para qualifica-los.

Professor - 06

R1 – Em verdade te digo que é um mal necessário. Mal porque esta implementação deveria ser acompanhada de recursos humanos credíveis e de meios informáticos para moldar o aluno de acordo com os objectivos da sociedade angolana. É necessário, precisa-se de quadros para satisfazer a grande carência que tanto se faz sentir a nível do município como noutras regiões do país.

R2 – Logicamente serão dotados de capacidades e de competências, é por isso que estamos aqui, abandoamos as nossas famílias para ajudar a desenvolver a mente dos jovens. Mas não serão aquelas competências requeridas. Vale apenas assim do que nada.

R3 – Apesar dos pesares não demonstram muita debilidade e com o tempo tudo mudará.

Professor – 07

R1 –Para mim a implementação do ensino superior na Matala é sinal de bons ventos ligado ao desenvolvimento da democracia no país. A extensão universitária como instituição da transmissão de

conhecimentos científicos, de investigação e de debates de temas cadentes; a sua existência cá, irá ser muito útil na formação dos quadros para educação nomeadamente para o ensino dos 1º e 2º Ciclos.

R2 – Senão tivéssemos estaríamos aqui?

R3 – No que se refere as competências, considero pertinente a formação deste precioso conceito, mas não é o momento oportuno para testarmos se os alunos estão dotados ou não. No meu ponto de vista pedagógico vejo-os que têm bases para aquisição de novas competências.

Professor - 08

R1 – Implementação do ensino superior em Matala foi pensado há muito tempo. Hoje é uma realidade, apenas tenho a dizer que parabéns a Matala.

R 2 – Por isso é que estamos cá. O governo provincial enviou-nos a Matala para darmos o nosso contributo para formamos os futuros quadros que serão absorvidos pelo ensino primário e secundário da região da Matala.

R3 – Se fossem fracos teriam reprovado no exame de acesso.

Professor - 09

R1 – Foi uma nobre tarefa que o governo provincial desenvolveu nos últimos anos no sentido de cumprir com os objectivos consignados nos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) por forma a democratizar a educação a nível do país em geral, em particular na província da Huila. A política de estender as universidades nas zonas recônditas a nível do país precisa de ser acompanhada de políticas de sustentabilidade como instalação de condições como imperativo de promover um ensino de qualidade, deixando o ensino de improvisações.

R2 – Como não serão dotados de competências, se nós estamos aqui com a confiança do governo, fomos seleccionados para este fim que não termina aqui, este é o começo do processo para o desenvolvimento futuro dos jovens e da sociedade que é a Matala.

R3 – Claro que os estudantes da Matala possuem competências.

ANEXO H

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO SOBA GRANDE DA MATALA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Caracterizar o informante:	9) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Compreender o papel do soba na criação da sala do ISCED-Matala	10) Contributo do Soba grande	1ª Pergunta: Sr. Soba Grande, qual foi o seu papel na implementação do Ensino Superior na Matala?
Entender as funções do soba no município da Matala	11) Funções do Soba Grande	2ª Pergunta: Porquê razão o Sr. Administrador lhe incumbiu fazer o senso populacional na sua área de jurisdição?
Saber o nível de satisfação da população da Matala em relação a criação da sala do ISCED-Matala.	12) Nível de satisfação da população	3ª Pergunta: Sr. Soba Grande, o que diz a população da Matala sob a sua jurisdição quanto a criação da sala do ISCED-Matala?

ANEXO H (cont.) - Transcrição de entrevistas ao Soba grande de Matala

DATA: 21/09/12

<p>1ª Pergunta: Sr. Soba Grande, qual foi o seu papel na implementação do Ensino Superior na Matala?</p> <p>2ª Pergunta: Porquê razão o Sr. Administrador o incumbiu estas tarefas?</p> <p>3ª Pergunta: Sr. Soba Grande, o que diz a população da Matala sob a sua jurisdição quanto à criação da sala do ISCED-Matala?</p>	<p>1ª Resposta: A população académica pressionava-me para informar ao Conselho de Auscultação e Concertação Social da administração (CACCS) no sentido de se abrir uma sala do ISCED na Matala. Depois informei ao conselho e o Sr. Administrador pediu-me para fazer senso na minha área de jurisdição de estudantes com o ensino secundário 2º ciclo ou médio concluído e, conseqüentemente dar o aval para ser utilizada a escola do ensino secundário I ciclo. Para além disso indiquei o terreno com 15 Hectares de superfície, onde se vai construir o complexo universitário.</p> <p>2ª Resposta: Porque, eu sou soba grande, controlo toda extensão da Matala sou coadjuvado pelos séculos que gerenciam as Quatro comunas. Eu vivo perto da Sala do ISCED. Faço parte do Conselho da Administração Municipal. Faço justiça do Adultério, Feitiço e outros que a polícia não consegue resolver. Substitui o meu pai Joaquim Kahuvi Kahululu. A escola e o Bairro têm o nome do meu pai.</p> <p>3ª Resposta: A população da Matala e de outros Municípios limítrofes está muito satisfeita com a criação da sala ISCED-Matala</p>
---	--



Soba grande da Matala

ANEXO I

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO SR. ADMINISTRADOR MUNICIPAL DA MATALA E, CONSEQUENTEMENTE, SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PARTIDO MPLA.

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Caracterizar o informante	13) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Compreender as estratégias aplicadas na implementação do ensino superior	14) Estratégias	1ªPergunta:Estamos interessados em saber que estratégias conceberam e aplicaram para que se implementasse o ensino superior na Matala?
Conhecer a opinião do secretario sobre a situação socioeconomica do municipio	15) Caracterização	2ª-Pergunta: Agradecemos que falasse sobre a situação socioeconómica da Matala?
Caracterizar a opinião do secretario sobre o impacto do ensino superior no desenvolvimento do município	16) Caracterização	3ª- Com a funcionalidade da sala do ISCED-HLA , acha que vai proporcionar o desenvolvimento social no município?

ANEXO I (cont) - Transcrição de entrevista ao Sr. Administrador Municipal da Matala

1ª Pergunta: Sr. Administrador, estamos interessados em saber que estratégias conceberam e aplicaram para que se implementasse o ensino superior na Matala?

Começaria por explicar que nós fomos pressionados pela comunidade local para implementarmos o ensino superior no sentido de satisfazer os jovens e adultos que concluíam o ensino médio localmente. Também registávamos ausência constante dos funcionários nos locais de serviço porque deslocavam-se à Lubango, frequentando o ensino superior. Assim, remetemos à Direcção do ISCED-Huíla a nossa grande preocupação. Conforme os documentos com as seguintes referências: S/Nº/GAMM/2010 e 198/GAB.DIR.GERAL.ISCED-HUÍLA/MESCT/2010.

Posteriormente a Direcção do ISCED-HLA delegou uma equipa que se deslocou ao Município para constatar as condições, se eram eficazes para instalação do Ensino Superior. Daí a comissão concluiu que poderíamos criar as condições para o início das aulas. Assim, viabilizamos um acervo de condições como, localização das instalações de ensino, alojamento, alimentação e transporte para os professores.

Houve uma grande articulação entre a Administração, as direcções das escolas do 1º e 2º Ciclos, Repartição Municipal da Educação e as autoridades tradicionais. Estas realizaram o censo da população académica com o curso médio concluído. E foram elas que indicaram o terreno para a construção do complexo universitário. Tenho expectativas que a sala do ISCED promoverá desenvolvimento humano e local. Este desenvolvimento não é imediato é visto a médio prazo. Mesmo assim já se nota algumas transformações no Ensino primário e secundário quanto a postura dos professores em relação a arte de ensinar.

2ª Pergunta: Agradecíamos que falasse sobre a situação socioeconómica da Matala?

Esta questão requer uma abordagem genérica, pois que temos uma carteira de projectos ligada ao desenvolvimento do Município e está plasmado no PDI (Programa do Desenvolvimento Integrado) 2009-2013. Em síntese: A Matala tem um potencial económico que assegura a sustentabilidade do Município. Deste feita Administração está engajada nas seguintes tarefas:

1º – Desenvolver um diagnóstico retrospectivo do Município quanto a sua caracterização, análises das fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças.

2º – Visão do Desenvolvimento a curte, médio e longo prazo: Redimensionamento da Agricultura.

3º – Aumento dos serviços sociais básicos e desenvolvimento comunitário

Concluindo. Estamos primando pelos princípios estabelecidos pelo PNUD quanto aos ODM: Erradicação da pobreza, alcançar o ensino primário univ ersal, integrar todas crianças fora do

subsistema de ensino Geral, reduzir a mortalidade infantil, assegurar a sustentabilidade ambiental, desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento. Para o efeito, a Matala necessita de quadros com a formação superior nas distintas áreas do conhecimento.

A Matala possui vários recursos de água, sobressaindo o portentoso rio Cunene, onde se encontra a barragem hidroeléctrica que fornece energia as cidades do Lubango e Namibe, e um canal de irrigação numa extensão de 45km que contribui para o desenvolvimento de agricultura.

Ainda é detentora as redes de comunicação como a UNITEL, MOVICEL, Angola-Telecom, TPA e a Rádio Nacional e a Rádio 2000. Tem o Parque Nacional do Bicuar.

3ª Pergunta – Acha que da sala do ISCED-HLA vai proporcionar o desenvolvimento social no município?

O nosso objectivo e a nossa preocupação é de formar recursos humanos a nível superior. Pois que, mesmo a administração não tem funcionários com nível superior. Agora com a criação do ensino superior nesta região, em breve teremos os nossos quadros a nível superior. E isto, faz parte ao desenvolvimento do capital humano e social, no sentido de se criar o bem-estar das populações .A pobreza aumentará se a base de economia não for diversificada e gerida por técnicos competentes formados em instituições superiores

Até 2025, a nossa perspectiva, o município estará urbanizado, com uma economia baseada na agropecuária, industria e turismo, onde toda gente, especialmente mulheres, jovens e crianças têm acesso aos serviços básicos sociais, saúde, educação, segurança, emprego para o seu bem-estar.

A Matala é um dos raros municípios de Angola onde ainda é possível estabelecer com custo muito baixo uma indústria de produção, promover o turismo e beneficiar de vida saudável e decente. A publicitação só poderá ter sucesso, se o município conseguir demonstrar que está crescer de forma integrada.

ANEXO J

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS CHEFE DA REPARTIÇÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DA MATALA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do Informante	17) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Compreender a importância da criação da sala do ISCED-Matala	18) Criação da Sala ISCED	1ª Pergunta: Que opinião tem sobre a criação da sala do ISCED-HLA na Matala?
Conhecer a opinião sobre as competências profissionais dos professores	19) Competências dos professores	2ª Pergunta: Como ex-estudante do ISCED o que tem a dizer sobre as competências dos professores que leccionam na Sala ISCED-Matala.
Conhecer a opinião sobre o impacto do ensino superior no desenvolvimento do capital humano e do município.	20) Tipo de formação	3ª Pergunta: Na sua óptica, o ensino ministrado no ISCED Matala desenvolverá competências profissionais nos estudantes? Que outros subsídios nos possa fornecer.

ANEXO J (cont.) –Transcrição da entrevista ao Chefe da Repartição Municipal da Matala

Local: REPARTIÇÃO M.E.MATALA

1ª Pergunta: Que opinião tem sobre a criação da sala do ISCED-HLA na Matala?

A direcção do ISCED-HLA, cumpriu com as orientações superiores no tange a extensão do ensino. Superior onde for necessário. A criação da sala do ISCED-Matala é bem-vinda veio suprir a grande demanda de estudantes que ingressam no ISCED para sua formação contínua.

2ª Pergunta: Como ex-estudante do ISCED o que tem a dizer sobre as competências dos professores que leccionam na Sala ISCED-Matala.

Os professores que leccionam na sala do ISCED foram eles que me formaram durante a minha permanência durante 5 anos. Reconheço-os como grandes docentes.

3ª Pergunta: Na sua óptica, o ensino ministrado no ISCED desenvolverá competências profissionais nos estudantes? Que outros subsídios nos possa fornecer

Assim como fui formado pelo ISCD-HLA , tenho a sensação de que o ensino ministrado na sala do ISCED-Matala proporcionará competências nos alunos. Seria ideal que se instalasse uma biblioteca e uma sala de informática tal como no Lubango.

ANEXO K

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO DIRECTOR DA ESCOLA DO ENSINO SECUNDÁRIO I CICLO.

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do entrevistado	21) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Saber a tipologia da contribuição	22) Contributo	1ª Pergunta: Qual foi o contributo da direcção desta escola na criação da Sala do ISCED?
Conhecer a opinião do entrevistado sobre as competências dos professores e caracterizar as instalações da escola	23) Competências dos professores	2ª – Como responsável desta escola e como estudante da Sala do ISCED-Matala, que subsídio tem a dar sobre as competências dos professores e dos alunos?
Saber da existência das TICs e de recursos didácticos.	24) Recursos didácticos e informáticos	3ª – A escola possui biblioteca e sala de informática para os alunos e está organizada administrativamente de acordo o PDI?

ANEXO K (cont.) – Transcrição da entrevista ao Director da escola do ensino secundário I Ciclo

Local: Escola Secundária I Ciclo

17/09/12

1ª Pergunta: Qual foi o contributo da direcção desta escola na criação da Sala do ISCED?

A implementação do ensino superior na região veio colmatar o grande problema que tínhamos da formação contínua. O contributo consistiu na cedência das instalações da escola sob a orientação do Chefe da Repartição da educação do Município.

2ª Pergunta: Como responsável desta escola e como estudante da Sala do ISCED-Matala, que subsídio tem a dar sobre as competências dos professores?

Fui indicado pela direcção do ISCED-HLA no sentido de gerir o período das aulas nocturnas para organizar os livros de sumário, registo das presenças dos professores e de outras questões inerentes a gestão da sala. Em relação às competências tenho a referir que os professores são competentes dispõe de competências no seu exercício, ao passo que para os alunos é necessário a existência de critérios que permitam aferir as competências dos estudantes, ainda é prematuro pensar-se em competências adquiridas ou por adquirir.

3ª A escola possui biblioteca e sala de informática para os alunos e está organizada administrativamente de acordo o PDI?

De facto não possui. Claro que está organizado segundo o Programa do Desenvolvimento Institucional do ISCED. Tem um responsável administrativo que vela pela organização e protecção do edifício escolar; ainda consta no seu quadro orgânico o pessoal auxiliar que tem a função de velar pela higiene e limpeza da instituição.

ANEXO L

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO DIRECTOR DO ENSINO SECUNDÁRIO II CICLO e SEGUNDO SECRETÁRIO DO PARTIDO MPLA/MATALA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do Informante	25) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Identificar os procedimentos utilizados para a implementação do ISCED-Matala	26) Procedimentos aplicados	1ª Pergunta: Quais foram os procedimentos que utilizaram para que a Matala beneficiasse do ensino superior
Conhecer a opinião do entrevistado sobre o impacto do ensino superior no desenvolvimento do capital humano e do município da Matala em geral	27) Impacto do ensino superior na Matala	2ª – No seu ponto de vista, esta implementação contribuirá para o desenvolvimento sustentável e social do Município?

**ANEXO L (cont.) – Transcrição da entrevista ao Director da escola do ensino secundário II
Ciclo**

Local: Escola Secundária II Ciclo

17/09/12

1ª Pergunta: Quais foram os procedimentos que utilizaram para que a Matala beneficiasse do ensino superior?

A implementação do ensino superior na região veio colmatar o grande problema que tínhamos de dar continuidade a formação superior aos quadros que concluíam o ensino médio no Município. Os procedimentos que aplicamos para a criação do ISCED-Matala, foram, precisamente burocráticos depois da pressão exercida pela população local para que se instalasse o ISCED. A decisão partiu do Conselho de Auscultação da administração.

2ª Pergunta: No seu ponto de vista, esta implementação contribuirá para o desenvolvimento sustentável e social do Município?

Se o ensino superior vai contribuir para o desenvolvimento sustentável e do Município. Acho que sim, porque as universidades têm um grande papel na transmissão de saberes que contribuirão de certo modo na transformação do capital humano e, conseqüentemente da sociedade. Neste momento ainda, não é visível e nem é possível quantificar o desenvolvimento porque estamos na fase inicial. Todavia os professores desta escola desde à sua frequência na sala do ISCED-Matala já se registam mudanças pela forma de ensinar, fruto de conhecimentos pedagógicos que adquiriram.

ANEXO M

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS EMPRESÁRIOS EP 1, 2 e 3

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação dos Informantes	36) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Perceber os benefícios da implementação para a população académica.	37) Valor da implementação	1ª Pergunta: A implementação do ensino superior em Matala, na sua opinião que benefícios traz para a população em geral?
Aferir o nível de satisfação da população	38) Nível de Satisfação	2ª Pergunta: Pode informar-me se a população local ficou satisfeita com a criação da sala do ISCED?
Colher opinião sobre os complementos que deveriam estar presentes na criação da Sala ISCED	39) Complementos que deveriam acompanhar a implementação da sala do ISCED-Matala	3ª Acha que algo faltou na implementação da sala do ISCED?

ANEXO M (cont.) – Transcrição de entrevistas dos (EMPRESÁRIOS AGRO-PECUÁRIOS DA MATALA)

Data:11/09/12

1ª – Por favor, é possível pronunciar-se sobre a implementação do ensino superior na Matala?

2ª – Acha que o ensino superior contribuirá para o desenvolvimento humano e local?

3ª – Acha que algo faltou na implementação da sala do ISCED?

Empresário(EP1)

R1 – É uma mais-valia para o Município. Trará transformações sócios económicas se o ensino superior moldar competências aos estudantes através de um ensino teórico prático com base na aplicação de investigação aplicada e fundamental. Mas também é necessário que se crie mais universidades diversificadas e especificamente um ensino superior agro-veterinário porque a região é predominantemente agro-pecuária.

R2 – A população local ficou bastante satisfeita com a criação do ensino superior na Matala.

R3 – A sala criada devia ser acompanhada de uma biblioteca e de meios informáticos, tal como acontece no resto do mundo, quando são criadas as universidades, geralmente instalam-se também as TIC. Gostaria de chamar atenção pelo seguinte, os professores que vêm do Lubango para leccionar a noite na Matala, fazem triplo esforço (leccionam Manhã e tarde, depois percorrem uma distância 200kms) e chagam cá já cansados, neste sentido penso que a produtividade do professor será pedagogicamente deficiente. Eu sou também Professor e empresário, reconheço o grande exercício que os meus colegas fazem. Mas a vida actual nos permite trabalhar assim.

Empresário(EP 2)

R1– O ensino superior em qualquer país contribui para o desenvolvimento sociocultural e económicas.

R2 – De facto a população ficou muito entusiasmada. No entanto o governo devia organizar todas as condições de ensino, como, edifícios escolares, meios informáticos e outros. O governo deveria criar instituições do ensino médio ligado a formação dos agrónomos, veterinários. Eu sou empresário e tenho pouco apoio do governo em termos de crédito financeiro, Se o tivesse, contribuiria muito mais para o desenvolvimento do município. Neste momento tenho 3 Pivós os consegui através de meios próprios. A nossa região é por excelência agrícola. Por isso é necessário que o governo aposte mais na formação de agrónomos, veterinários e nas outras áreas.

R3 – É o que já disse, a falta de meios informáticos vão condicionar muito no aproveitamento

dos alunos. Estudei na Escola de Regentes Agrícolas no Tcivinguiro, mas tínhamos material didáctico em quantidade e em qualidade na altura do Dr. Seródio.

Empresário (EP3)

R1– O ensino superior no município da Matala veio para contribuir para a formação dos cidadãos no sentido de desenvolverem o município nos seus vários aspectos socioeconómico.

R2 – Acho que sim, mas é preciso que o governo tenha a preocupação não somente de formar professores como também outras profissões ligadas com a especificidade do município. Também criar bancos que promovam créditos bonificados aos agricultores, criadores de gado. Os bancos que cá funcionam só dão crédito as pessoas mais influentes, olham pelas caras e não pela lógica das necessidades dos empresários. Dir-se-ia que não dão nenhum apoio aos cidadãos, s mas sim aos homens do partido no poder.

R3 – Sou português e residente em Angola, podemos comparar as universidades portuguesas e angolanas. Estas padecem de insuficiências como a falta de meios didácticos e de outros.

ANEXO N

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AOS: DIRECTOR PARA OS ASSUNTOS ACADÉMICOS E O EX-COORDENADOR DO CURSO PÓS-LABORAL ISCED-HLA

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do Informante	40) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Compreender as estratégias usadas na implementação do ensino superior em Matala.	41) Estratégias	1ª Pergunta: Que estratégias conceberam e aplicaram para que se implementasse o ensino superior em Matala?
Identificar os critérios que estiveram na base da escolha dos quatro municípios para implementação do ensino superior	42) Critérios	2ª Pergunta: Quais foram os critérios que presidiram na selecção dos quatro municípios para que beneficiassem do ensino superior
Conhecer a opinião do entrevistado sobre as competências dos professores	43) Competências dos professores	3ª Pergunta: Os professores colocados na sala do ISCED-Matala desenvolverão competências aos estudantes para o exercício profissional?

ANEXO N (cont) – Transcrição da entrevista ao ex-coordenador do curso pós-laboral

Local: ISCED Dr. Castilho Cacumba

Que estratégias conceberam e aplicaram para que se implementasse o Ensino Superior em Matala?

Antes de mencionar as estratégias, gostaria de começar pelos muitos motivos que motivaram a abertura de cursos nos municípios (Caconda, Chibia, Kaluquembe e Matala), e entre eles, podemos destacar esses cinco.

Primeiro, a transformação do ISCED-Lubango em ISCED-Huíla, tornando-se numa instituição provincial, com princípios próprios de ensino-pesquisa-extensão e de autonomia universitária (didático-científica, administrativa e de gestão financeira-patrimonial) estabelecidos no Decreto nº 7/09 do Conselho de Ministros, de 12 de Maio de 2009.

Segundo, o facto de que em Angola, no geral, e na província da Huíla, em particular, o diploma de nível superior torna-se cada vez mais um requisito necessário. Por outras palavras, para além da política educacional do Estado que aumenta cada vez mais as vagas nas universidades públicas, a política económica torna a necessidade dos cursos superiores ainda maior.

Terceiro, há cada vez mais uma elevada procura de cursos de graduação oferecidos pelo ISCED-Huíla, e essencialmente os provenientes desses municípios. Um exemplo claro é que quando, em 2004, o Curso Pós-Laboral começou no ISCED-Huíla, havia cerca de 250 candidatos, para cerca de 300 vagas. Em 2010, isso é, seis anos depois, este número aumentou em 1000%, isto é, para cerca de 2500, num universo de cerca de 850 vagas disponíveis.

Quarto, o facto de as Administrações Municipais terem visto a grande vantagem desta opção já que manteria os funcionários públicos nos seus locais de serviço, evitando assim o anterior abandono dos mesmos para a frequência de aulas no Lubango em pleno período de trabalho. Para além disso, a abertura dessas salas aumentaria o número de quadros superiores, maior oferta de emprego e uma imagem mais positiva dos mesmos municípios.

Quinto, a necessidade de se responder à política do Executivo Angolano em levar os serviços e produtos junto do consumidor, contrariamente ao que acontecia até a altura. Por outras palavras, esta foi uma das respostas do ISCED-Huíla às necessidades e demandas das sociedades Huilana e Angolana no âmbito da formação universitária.

Portanto, assim o ISCED-Huíla dissemina para além das fronteiras do Lubango o conhecimento de que é detentor, e assim forma profissionais de nível superior e busca novos conhecimentos, novas habilidades e novas competências.

Em relação às estratégias utilizadas, podemos dizer aqui que apesar de na altura não ter havido um documento orientador sobre este Projecto, das discussões tidas entre a Direcção do ISCED-Huíla,

a Coordenação do Curso Pós-Laboral local e as Administrações municipais, a que, posteriormente se juntaram opiniões de dirigentes do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, podemos destacar as seguintes estratégias:

1. Trabalhar estreitamente com o Governo Provincial da Huíla e com as respectivas Administrações municipais locais para o seu apoio em relação à sua disponibilização e comparticipação quanto às instalações de ensino e de habitação para os docentes que se deslocam do Lubango;
2. Adotar uma aproximação e adaptação progressiva, e sistemática, pela introdução de cursos nos municípios estratégicos, demográfica e geograficamente falando, e após avaliação da eficácia dos mesmos, adotar, progressivamente, as experiências e políticas bem sucedidas, nos outros municípios da província da Huíla que necessitem os mesmos serviços e produtos;
3. Adequar os cursos ao público a que se destinam, através de amplas pesquisas de mercado sobre as demandas de cada município e sobre as características particulares do público-alvo;
4. Adotar medidas para motivar os membros do corpo docente a engajarem-se no desenvolvimento deste programas de extensão dos serviços e produtos do ISCED-Huíla aos municípios. Entre várias medidas podemos destacar a um valor diferenciado em relação ao salário. Por outras palavras, e devido à distância de cada município em relação ao Lubango, um docente da Chibia ganha 20% mais que o valor da mesma categoria no Lubango, o de Kaluquembe e Matala 25% enquanto o de Caconda ganha 30% mais. A outra medida tem a ver com a disponibilidade de transporte para todos os dias e todos docentes. E por último, a clarificação dos reais benefícios profissionais que os docentes do ISCED-Huíla podem retirar desta inovação: não só como perspectivas de ganhos salariais, mas também como novas formas (mais amplas e colectivas) de relação professor/aluno, elaboração de novas dinâmicas de trabalho em equipa e o surgimento de novas concepções didácticas.

Trabalhar no sentido de firmar parcerias (colaboração entre instituições de diferentes tipos, cooperação empresas/universidades, convénios com organizações públicas e/ou organizações não governamentais) para racionalizar e diminuir os custos envolvidos neste projecto

Quais foram os critérios que presidiram na selecção dos Municípios para que beneficiassem do Ensino Superior?

1. A localização geográfica, para que a oferta pudesse responder a outros municípios vizinhos, não só os da Huíla mas de outras províncias vizinhas como Benguela, Huambo e Cunene;
2. O número de candidatos que procura pelos serviços de ensino superior a nível do ISCED sede, em cada localidade;
3. O interesse e a disponibilidade da administração local em apoiar o Projecto, principalmente a nível institucional e de instalações;

4. A não existência de condições laboratoriais fez com que se escolhessem mais cursos de Ciências Sociais, que na altura eram os mais procurados, com duas excepções de Biologia e Química. Assim, Caconda conta com Pedagogia, Psicologia e Química. Chibia com Biologia, História e Psicologia. Kaluquembe com Biologia, Filosofia e História. Matala com Pedagogia, História e Psicologia.

Acha que os professores desenvolverão competências nos estudantes para o seu exercício profissional?

A experiência mostra-nos que o ensino superior enxerga a importância e a urgência de se buscar a actualização, de olhar para os académicos como futuros profissionais actuantes na sociedade. Segundo Pimenta e Anastasiou (2002), a universidade tem as seguintes funções:

Criação, desenvolvimento, transmissão e crítica da ciência, da técnica e da cultura; preparação para o exercício de actividades profissionais que exijam a aplicação de conhecimentos e métodos científicos e para a criação artística; apoio científico e técnico ao desenvolvimento cultural, social e económico das sociedades (p.163).

Daqui pode-se depreender que a universidade deve fomentar e proporcionar espaço de estudo e construção de um conjunto de conhecimentos que favoreça a aprendizagem de saberes científicos e profissionais de áreas específicas. Realmente, na conversa informal que temos tido com vários docentes e discentes desses municípios, algumas vantagens são avançadas.

- 1. Contextualização da formação:** “Assim, tem-se hoje como princípio que, para a formação do profissional cidadão, é imprescindível sua efectiva interacção com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá que enfrentar.” (Nogueira, 2000: 120). Ao levar os cursos junto das comunidades, cumpre-se um dos desideratos da educação que é o retrato e a reprodução da sociedade e, ao mesmo tempo a projecção da sociedade que se deseja. Outrossim, possibilita-se a aproximação do saber científico com a realidade local, representando uma possibilidade de conduta pautada na vida e no quotidiano das pessoas;
- 2. Conhecimento da Realidade Local:** Facilita o conhecimento da realidade da comunidade em que o ISCED-Huíla está inserido e possibilita a integração universidade-comunidade o que faz com que a comunidade universitária conheça a problemática local, e também nacional, e actuar na busca de soluções plausíveis. Tardif (2008) assegura que, num programa de formação de professores com qualidade, os formadores necessitam preocupar-se em propor aos estudantes uma concepção do ensino centrada no aprendizado dos alunos, a partir de seus interesses, suas necessidades, expectativas e seu desenvolvimento integral.

3. **Proximidade:** Elimina barreiras de distância e proporciona a oportunidade de actualização e aprendizagem das pessoas que tenham dificuldades de deslocação. Para além disso, há maiores possibilidades de aprendizagem já que, na maior parte dos casos, esta tem lugar no meio social, educacional e familiar conhecido pelo estudante;
4. **Economia:** Reduz-se em grande medida os custos em relação à frequência dos mesmos cursos no ISCED sede. O próprio ISCED sede ganha já que esta modalidade pode ser menos onerosa, demográfica e socialmente, em relação à possibilidade da construção de novas salas a nível do Lubango;
5. **Fonte de Renda:** É uma fonte de renda para o ISCED-Huíla, docentes, alunos, funcionários e habitantes da região, suaviza a questão da pobreza, uma acção social capaz de contribuir para uma boa imagem institucional, uma geradora de novos problemas de pesquisa, um auxílio para o credenciamento pelo Ministério do Ensino Superior de Angola, mas, acima de tudo, o cumprimento de uma obrigação, de uma missão e de uma visão, a de levar, até aos municípios longínquos, os conhecimentos de que o ISCED-Huíla é detentor, os novos conhecimentos que produz com a pesquisa, e que normalmente divulga com o ensino, e a de socializar e democratizar o conhecimento.
6. **Ligação com Resultados de Pesquisas:** De acordo com Saraiva (2007) a prática da ... [actividade] universitária deve resultar em: democratização do conhecimento académico; instrumentalização do processo dialéctico teoria e prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efectiva da comunidade na actuação da universidade; visão integrada do social.

Pensamos que com essas vantagens podemos concluir que os professores podem desenvolver competências nos estudantes para o seu futuro exercício profissional

ANEXO O

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO ACTUAL COORDENADOR DO CURSO PÓS-LABORAL DO ISCED-HLA.

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do Informante	44) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Saber o valor nominal dos subsídios que auferem os professores por aula	45) Subsídio por aula	1ª Pergunta: Gostaríamos que nos informasse sobre os subsídios que auferem os professores das salas do ISCED dos 4 municípios sob a vossa jurisdição.
Identificar os pontos fortes e fracos que influenciam na formação dos estudantes.	46) Pontos fracos	2ª Pergunta: Constatamos que nas quatro salas há carência de professores de línguas e de TCS. Não acha que se deveria parar e pensar melhor na criação de condições porque a formação dos estudantes é deficiente?
Perceber das dinâmicas selectivas de instalação das salas do ISCED	47) Critérios de selecção dos municípios	3ª – O porquê das escolhas dos municípios em referência, enquanto há outros com os mesmos problemas?

ANEXO O (cont.) - Transcrição da entrevista ao Dr. Rasga (LP3)

Data: 21-02-2013- hora 16-17

- 1- Quais foram as motivações que levaram com que a Direcção do ISCED implementasse o ensino superior em Matala?

A primeira motivação liga-se pelo elevado número de estudantes que procuram ingressar no ensino superior. Esta demanda de estudantes só pode ser minimizada com criação de mais instituições do ensino superior. E foi nesta base que se implementou o ensino superior na Matala para contemplar a população académica da Matala que na sua maioria são professores dos distintos níveis do ensino.

A segunda, está estreitamente ligada na aplicação da política do Governo Central, que consiste em levar a universidade nas regiões onde há necessidade da sua existência por forma a resolver os problemas da formação dos estudantes como também os da sociedade onde ela está inserida.

- 2- O porquê da Matala, enquanto existem outros municípios com os problemas semelhantes que os da Matala, quanto a população académica?

É bem verdade que a Matala é o segundo Município com elevado potencial demográfico, agro-pecuário e académico a nível da Província, para além de Caluquembe e Caconda. Também esteve na base de selecção, a localização, pois que, ela faz fronteira com a Província do Cunene, Municípios do Quipungo, Kuvango e Chicomba que, também beneficiaram desta implementação do ensino superior e os seus alunos se encontram matriculados na Sala do ISCED-Matala. Estas foram as razões que presidiram na escolha da Matala. Todavia, este Município foi o último a beneficiar da extensão do ISCED, em Abril de 2012, com a designação de Sala do ISCED. Sala, porque a estrutura física é pertença do Ministério da Educação.

- 3^a- Os professores que leccionam na sala do ISCED-Matala estão habilitados para formação de competências aos alunos? E qual o nível de aproveitamento académico?

Os professores que leccionam na Matala são quadros do ISCED-Lubango, em exercício há mais de 5 anos de serviço, possuem qualidade exigida. Por isso posso dizer, sem medo de errar, que eles formam competências aos estudantes, como o saber- fazer, saber- ser e a investigação aplicada. Em relação ao aproveitamento académico, obtivemos os seguintes resultados: dos 126 alunos

matriculados, seis vieram transferidos do Lubango, 102 transitaram para o 2º ano e reprovaram 20 e quatro desistiram. Equivalente a 82%.

4ª- Constata-se o deficit de professores nas cadeira de linguísticas (Português, Inglês e Francês), como compensar esta insuficiência de forma a não comprometer a formação do estudante como futuro formador?

Esta é uma realidade que o ISCED vive porque não tem docentes para cobertura das cadeiras em referência, o que não tem comprometido a formação do estudante, porque, para a linguística portuguesa tem-se recorrido aplicação de notas administrativas nos 2º e 3º anos, atribuindo-se à cada estudante a nota 10, que não faz parte na média final. Enquanto para as restantes cadeiras, utiliza-se seminários intensivos de capacitação.

5ª-Com estas insuficiências aclaradas, acha que a sala do ISCED contribuirá para o desenvolvimento humano e da sociedade.

Acho que sim, porque a função do Ensino Superior é formar o capital humano. Assim a preocupação do ISCED, consiste em preparar professores que irão assegurar todos os níveis de ensino onde inclui o superior. Também irá contribuir para o desenvolvimento da sociedade nas distintas áreas. Porém o ISCED não só forma quadros para a educação como também para diversas áreas do conhecimento.

6ª- Depois desta abordagem relacionada com a implementação do ensino superior na Matala, que considerações tem a dar na qualidade de coordenador do curso pós-laboral?

O regime funcional na Matala é Pós-laboral, temos encontrado muitas dificuldades em termos de energia. Por vezes somos forçados a recorrer ao uso de geradores que o seu consumo de combustível é excessivo.

ANEXO P

GUIÃO DAS ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS AO DIRECTOR DO ISCED PARA OS ASSUNTOS ACADÉMICOS.

Objectivos	Variáveis	Perguntas
Identificação do Informante	48) Nome, Naturalidade, sexo, Idade, Habilitações, e a, Profissão	Agradecemos que nos fornecesse os seus dados pessoais.
Saber os instrumentos jurídicos usados	49) Instrumentos jurídicos que serviram de intercâmbio	1ª – Quais foram os instrumentos jurídicos utilizados para a criação das salas do ISCED nos quatro municípios?
Conhecer a opinião do entrevistado sobre o impacto do ensino superior no desenvolvimento do capital humano e do município da Matala.	50) Impacto socioeconómico no município	2ª – Que impacto proporcionará o ensino superior na Matala?
Saber do perfil dos professores a nível de competências	51) Perfil dos professores	3ª – Agradecemos que abordasse sobre o perfil dos professores que leccionam nos municípios e de outros aspectos que achar conveniente, quanto a organização das salas?

ANEXO P (cont.) - Director do ISCED para os assuntos académicos, Dr. Carlos Pinto (LP2)

PERGUNTAS:

P1 – Que estratégias conceberam e aplicaram para que se implementasse o Ensino Superior em Matala?

P2 – Quais foram os critérios que presidiram na selecção dos quatro municípios para que beneficiassem do ensino superior?

P3 – Os professores colocados no ISCED-Matala desenvolverão competências aos estudantes para o exercício profissional?

R1 – Antes de abordar as estratégias que concebemos e aplicamos para a implementação do ensino superior em Matala, gostaria de fazer referências as motivações políticas e sociais.

A primeira consistiu ao cumprimento das orientações do governo provincial no sentido de se estender a rede do ensino superior em todo território do país, por forma a suprir a grande demanda dos estudantes que se regista a nível da Província da Huila.

A segunda liga-se, pelo facto do Instituto Normal de Educação ter feito a sua extensão a mais de 10 anos, com cursos ligados ao ISCED, tendo formado durante este período, milhares de estudantes que hoje necessitam de ser absorvidos pelo ISCED.

A terceira está relacionada com a pressão da população que exigia na altura a existência em Matala do ensino superior. O Município da Matala constitui uma potência económica com uma densidade populacional elevada em relação aos outros Municípios.

Neste contexto usamos determinadas estratégias, começando por contactos directos entre a Administração da Matala com o ISCED do Lubango através de acções burocráticas conjuntas que culminaram com a implementação do ensino Superior em Matala. Institui-se o ISCED local como Sala e não como Pólo.

Enfrentamos problemas dos quais se destaca a falta de edifício escolar, internet e meios informáticos.

O ISCED da Matala é designada como sala com dependência directa do ISCD HUILA, quer administrativa quer financeiramente. Não se pode considerar como Pólo porque esta denominação é dada as instituições que constitucionalmente tenham autonomia, embora por vezes subordinadas a instituição mãe.

R2 – Os critérios que presidiram foram: situação geográfica dos municípios, maior congregação populacional académica e Vias de acesso.

R3 – Pela qualidade de professores seleccionados pelo Conselho Científico do ISCED, a fim de leccionarem na Matala estão dotados de competências para proporcionarem nos estudantes capacidades cognitivas, afectivas, psicomotoras, como o saber fazer, o saber investigar, saber ser, e outras competências.

Segundo as informações provenientes dos directores das escolas da Matala dizem que está havendo progressos no ensino, no que diz respeito as regras de ensinar por parte dos professores que estudam na sala.

Outro aspecto económico , os cupapatas estão satisfeitos com o negócio de transporte, porque quando há aulas no ensino superior o rendimento financeiro é maior.

Também é de referenciar que muitos professores preferem dar aulas nos municípios e pedem transferência para lá se fixarem, porque o subsídio supera os salários mensais, quer dizer ganha-se mais com os subsídios do que com o salário.

ANEXO Q – Transcrição da entrevista ao 1º Secretário do Partido, MPLA

Data: 10/09/12

O entrevistado exerce cumulativamente as funções de Administrador e de Secretário Municipal do partido local. No entanto realçou que O MPLA é um partido virado a resolver os problemas do povo. É neste contexto que o 1º Secretário local chegou junto do camarada Secretário Provincial para que fizesse chegar a Direcção do ISCED a preocupação da Matala.

Obs.: Os líderes de outros partidos não se encontravam presentes porque se tinham deslocado à Província devido ao pleito eleitoral que decorreu dia 31 de Agosto de 2012

ANEXO R – Subsídio aos professores

Subsídio por aula, à razão de 50.00USD=5.000.00 Kwanzas que os professores auferem por aula no curso pós-laboral.

Nº de Ordem	Município	Categoria	Valor por Aula	Prof. Auxil. e Titulares
01	Lubango	Assistente	Kwz. 3.840.00	Kwz. 4.608.00
02	Chibia	Assistente	Kwz. 4.608.00	Kwz. 5.529.00
03	Matala e Caluquembe	Assistente	Kwz. 5.184.00	Kwz. 6.220.00
04	Caconda	Assistente	Kwz. 5.376.00	Kwz. 6.452.00

Fonte: Rasga, 2013.

ANEXO S – Inauguração da Escola Joaquim Kahuvi-Kahululu

República de Angola

Ministério da Educação

Escola do 1º Círculo do ensino secundário Joaquim Kahuvi-Kahululu

Assunto: Históric da atribuição do nome a escola Joaquim Kahuvi

O nome atribuído a escola acima citada Inaugurada aos 07 de Novembro de 2011 pela sua excelência engenheiro ISAÁC MARIA FRANCÍSCO DOS ÂNJOS governador da província da Huíla, em homenagem aos feitos do 1º soba deste Município que nasceu aproximadamente no ano de 1900, na povoação da handa Município de Kuvelai Província dokunene.

Entre os seus 18 á 20 anos de idade a procura de melhores condições de vida viu-se obrigado abandonar a província do Kunene para a província da Huíla tendo-se fixado na povoação do Maculungungu, Município da Matala, onde é indicado a marinho da quela povoação, não concordando com o cargo, já mencionado, retirase para a localidade da Matala, tendo-se fixado o seu quimbo num dos espaços do nosso município actualmente (soma fel *João dos C.F.M. — local.*)

Dai é indicado a cargo de soba, pelos seus cooperadores ou povos. em 1953, assistiu o lançamento da primeira pedra para a construção da ponte da Barragem hidroeléctrica da Matala, permitindo assim, a comunicação com os restantes Municípios do leste e as duas províncias vizinhas, isto é, o Kuadocubango e Bié. O ano de 1957 é consagrado oficialmente ao soba reinado este que durou aproximadamente trinta e dois anos.

Com o crescimento da vila e a construção dos C.F.M. muda para a zona do camasio actulmente aeroporto.

Em 1974 com a construção do aerotódromo e com a movimentação dos movimentos de libertação nacional, transfer o seu Kimbo na ária do Kahululu local onde está construída a escola de raiz.

Em 1989 Joaquim Kahuvi deixa o mundo dos vivos vítima de uma prolongada doença.

Como é óbvio as culturas tradicionais nunca ficaram de parte, é imediatamente substituído pelo seu filho João Chitala Kahuvi actual soba grande pelo facto deste, estar sempre ao lado do seu pai permitindo-lhe assim adquirir boas experiências, experiências estas, que valem até a data presente

Os seus feitos continuam e continuaram para todo sempre aos Huílanos em particular e em especial ao povo da Matala.

Em suma estas foram as razões que levaram com que a escola fosse atribuída este nome.

Matala, República de Maldivas, 06 de Mayo de 2012

O DIRECTOR DE ESCOLA
PINTA KANDELMA CHITENI



ISCED-Matala